



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA

CÍNTIA REGINA RIBEIRO DOS SANTOS

**MATRIZES DE SENTIDOS COLONIAIS - UM ESTUDO INTERSECCIONAL SOBRE A
RACIALIZAÇÃO DA DESINFORMAÇÃO NO BRASIL: DOS DISCURSOS FUNDADORES
ÀS FAKE NEWS**

MACEIÓ

2024

CÍNTIA REGINA RIBEIRO DOS SANTOS

**MATRIZES DE SENTIDOS COLONIAIS - UM ESTUDO INTERSECCIONAL SOBRE A
RACIALIZAÇÃO DA DESINFORMAÇÃO NO BRASIL: DOS DISCURSOS FUNDADORES
ÀS FAKE NEWS**

Tese apresentada para Defesa no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, área de concentração em Linguística, linha de pesquisa em Discurso – Sujeito, História e Ideologia, como requisito para obtenção do grau de Doutorado em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Sóstenes Ericson Vicente da Silva

MACEIÓ

2024

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S237m Santos, Cíntia Regina Ribeiro dos.

Matrizes de sentidos coloniais - um estudo interseccional sobre a racialização da desinformação no Brasil : dos discursos fundadores às *fake news* / Cíntia Regina Ribeiro dos Santos. – 2024.
137 f.

Orientador: Sóstenes Ericson Vicente da Silva.

Tese (doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura. Maceió, 2024.

Bibliografia. f. 128-137.

1. Análise do discurso. 2. Desinformação - Racismo - Brasil. 3. Fake news - Racismo. 4. Interseccionalidade. 5. Antirracismo. 6. Decolonialidade. I. Título.

CDU: 81'42:323.14(81)

Laroiê!

Peço licença para assentar este trabalho a Exu.

*Às mulheres pretas, que marcaram o chão para
que meus pés reconheçam o caminho.*

*Às lésbicas, que morreram para que eu pudesse
existir e resistir.*

AGRADECIMENTOS

A minha avó (Isaltina), à minha mãe (Beth) e ao meu pai (Cido, *in memorian*), pela origem que me interpela e ressignifica em tantas outras;

À Cármen, esposa e companheira, pelo amor em todos os efeitos de sentido possíveis. Pelo posicionamento político lésbico;

À Isa, irmã/filha, que brotou em mim a maternidade simbólica;

À Cláudia e Francisco, que seguram firme em minhas mãos;

À Lara, Lucas, Lana, Laura, Olívia e Henry, sobrinhes que, mesmo à distância, renovam o brilho dos meus olhos;

À Duda, neta do coração, pela torcida em todas as etapas;

Ao meu orientador, Sóstenes Ericson, pelo cuidado e presença constantes. E por tantos saberes, generosamente, partilhados;

Às professoras e professor, Socorro Aguiar, Belmira Magalhães, Maria Virgínia Borges Amaral, Débora Massmann e Helson Silva Sobrinho, pela longa jornada de aprendizados e trocas;

À Ana Calazans (*in memorian*) por existir entre livros, cigarros, pizzas e bolos de chocolate;

À Gêice Lima, pela cumplicidade e rede de proteção feminista;

À Gabriela Moura pelas mimosas que aliviam minhas neuroses;

A José Washington Silva, pelo socorro carinhoso em mares de PDFs;

Aos colegas do GrAD e do GEDON, pela trilha acadêmica compartilhada;

Às pesquisadoras e pesquisadores da Análise do Discurso que, de forma pioneira, *tomaram posição* pela análise de discursos racializados e antirracistas. Em especial, Glória França, Mariana Jafet Cestari e Rogério Modesto;

À banca examinadora – Profas. Dras. Débora Massmann, Glória França, Ana Josefina Ferrari e Maria Virgínia Borges Amaral, pelas contribuições sem as quais este trabalho não avançaria.

RESUMO

Esta pesquisa trata da relação entre desinformação, raça, classe social e gênero a partir da retomada de matrizes de sentidos coloniais, dos *discursos fundadores* (Orlandi, 1993) sobre um Brasil imaginário, às fake news. Analiso o modo como as *discursividades desinformativas*, conceito que proponho na perspectiva da Análise do Discurso materialista, em sua heterogeneidade tipológica, simulam informar tais categorias num funcionamento universalista e eugenista. Em diálogo com epistemologias negras, feministas, antirracistas e decoloniais, parto da análise do trajeto temático da sequência discursiva de referência “Deus, Pátria e Família”, para identificar no simulacro desinformativo contemporâneo a repetibilidade de sentidos constitutivos do discurso colonizador, ressignificado nas notícias falsas. Proponho o recorte interseccional com o objetivo de demonstrar a eficácia ideológica de uma política discursiva desinformativa, atravessada pela ascensão da extrema direita no Brasil. A centralidade da pesquisa está no modo como a interseccionalidade articulada às *imagens de controle* (Collins, 2019), organiza nas *discursividades desinformativas* espaços de poder e de desigualdade. Assim, a desinformação produz o que denomino *territórios de efeito* que resultam na objetificação dos sujeitos racializados, gendrados e subalternizados pela classe social.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Desinformação racializada. Fake news racializada. Interseccionalidade. Antirracismo. Decolonial.

ABSTRACT

This research deals with the relationship between misinformation, race, class and gender from the resumption of matrices of colonial meanings, from the founding discourses (Orlandi, 1993) about an imaginary Brazil, to fake news. I analyze the way in which disinformative discourses, a concept that I propose from the perspective of materialist Discourse Analysis, in their typological heterogeneity, simulate informing such categories in a universalist and eugenicist functioning. In dialogue with black, feminist, anti-racist and decolonial epistemologies, I start from the analysis of the thematic path of the discursive reference sequences “God, Homeland and Family”, to identify in the contemporary disinformative simulacrum the repeatability of constitutive meanings of the colonizing discourse, resignified in fake news. I propose the intersectional approach in order to demonstrate the ideological effectiveness of a disinformative discursive policy, crossed by the rise of the extreme right in Brazil. The centrality of the research is the way in which intersectionality, articulated with images of control (Collins, 2019), organizes spaces of power and inequality in disinformative discursivities. Disinformation thus produces what I call territories of effect that result in the objectification of racialized subjects, gendered and subalternized by class.

Keywords: Analysis of Discourse. Racialized Disinformation. Racialized Fake news. Intersectionality. Genre. Anti-racism. Decolonial.

RESUMEN

Esta investigación aborda la relación entre desinformación, raza, clase social y género desde la reanudación de matrices de significados coloniales, desde los discursos fundacionales (Orlandi, 1993) sobre un Brasil imaginario, hasta las fake news. Analizo la manera en que los discursos desinformativos, concepto que propongo desde la perspectiva del Análisis del Discurso materialista, en su heterogeneidad tipológica, simulan informar tales categorías en un funcionamiento universalista y eugenista. En diálogo con epistemologías negras, feministas, antirracistas y decoloniales, parto del análisis del recorrido temático de la secuencia discursiva de referencia “Dios, Patria y Familia”, para identificar en el simulacro desinformativo contemporáneo la repetibilidad de significados constitutivos de El discurso colonizador, resignificado en fake news. Propongo un enfoque interseccional con el objetivo de demostrar la efectividad ideológica de una política discursiva desinformativa, permeada por el ascenso de la extrema derecha en Brasil. La centralidad de la investigación es la forma en que la interseccionalidad, articulada con imágenes de control (Collins, 2019), organiza espacios de poder y desigualdad en discursos desinformativos. Así, la desinformación produce lo que yo llamo territorios de efecto que resultan en la cosificación de sujetos racializados, generizados y subalternizados por clase social.

Palabras clave: Análisis del Discurso. Desinformación racializada. Noticias falsas racializadas. Interseccionalidad. Anti racismo. Decolonial.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
AD	Análise do Discurso
CEAP	Centro de Articulação de Populações Marginalizadas
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CTTRO	Comunidades Tradicionais de Terreiro
CP	Condições de Produção
DD	Discursividades Desinformativas
DNL	Discurso neoliberal
DOI_Codi	Departamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna
FN	Fake News
FD	Formações Discursivas
FDR	Formações Discursivas de Referência
Gelédes	Instituto da Mulher Negra
GSI	Gabinete de Segurança Institucional
GDI	Índice Global de Desinformação
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Ipea	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
OBAN	Operação Bandeirante
OLR	Observatório das Liberdades Religiosas
OMS	Organização Mundial de Saúde
OEA	Organização dos Estados Americanos
PT	Partido dos Trabalhadores
PSL	Partido Social Liberal
SD	Sequência Discursiva
SDR	Sequência Discursiva de Referência

TCU

Tribunal de Contas da União

Unesco

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 DISCURSIVIDADES DESINFORMATIVAS E TIPOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO: novas e antigas questões imbricadas nos efeitos de real.....	34
2.1 ESPAÇOS ENUNCIATIVOS DIGITAIS FAVORECEM REPETIÇÕES E CIRCULAÇÕES ESTRATÉGICAS.....	38
2.2 CONCEITO EM PROPOSIÇÃO: <i>discursividade desinformativa</i> considera funcionamentos e natureza complexa do arquivo.....	43
3 SEQUÊNCIA DISCURSIVA DE REFERÊNCIA E RELAÇÕES PARAFRÁSTICAS NO ARQUIVO DA DESINFORMAÇÃO.....	51
3.1 SEQUÊNCIA DISCURSIVA DE REFERÊNCIA: trajeto temático na simulação de raça, classe social e gênero forjados em matrizes coloniais.....	51
3.2 DEUS: uma alegoria patriarcal e eugenista a serviço da ideologia dominante....	55
3.3 TAREFA CIVILIZATÓRIA RACISTA: a Pátria imaginária produz efeitos de sentidos totalitários.....	64
3.4 SILENCIAMENTO E ALIENAÇÃO DA MULHER NEGRA NA FAMÍLIA HETEROPATRIARCAL CRISTÃ: violência da miscigenação deixa rastro de sangue e desigualdades.....	72
4 FASCISMO E INTEGRALISMO INFORMAM SENTIDOS ÚNICOS NA SIMULAÇÃO DA VOZ DE DEUS.....	82
4.1 O NAZIFACISMO BRASILEIRO EM SEU EFEITO-HERÓICO - Caxias, presente! Ustra, presente! Hitler, presente! Mito, presente!.....	85
4.2 GOVERNAR E GUERREAR EM NOME DE DEUS: discurso do poder supremo aniquila sentidos antagônicos.....	96
5 TERRITÓRIOS DE EFEITO E AS IMAGENS DE CONTROLE INTERSECCIONADAS EM QUADROS DE UMA GUERRA DISCURSIVA.....	101

5.1 A DESINFORMAÇÃO COMO TÁTICA DISCURSIVA DA <i>RALÉ</i> CONSERVADORA: o grande pacto entre colonialismo/branquitude e capital.....	103
5.2 OS CONDENADOS NA DESINFORMAÇÃO: corpos e corpos marcáveis.....	108
5.2.1 Recortes de análise – quadros de uma guerra discursiva.....	109
5.2.2 Territórios de Efeito: discursividades desinformativas retomam sentidos de porão e de senzala.....	120
6 EFEITO DE CONCLUSÃO.....	128
REFERÊNCIAS.....	131

1 INTRODUÇÃO

Preâmbulo - Ninguém escapa às condições de produção: entre corpos silenciados encontro meu *corpus* de matriz colonizada

Este estudo de doutoramento, realizado entre março de 2020 e junho de 2024, é efeito de movimento de resistência, decorrente de dois *acontecimentos discursivos*: a ascensão da extrema direita no Brasil, culminando, em 2018, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro (PSL) à presidência da República e a irrupção avassaladora da pandemia da Covid-19.

Articulados em suas memórias e atualidades, tais acontecimentos cristalizam o *certo lugar* (Pêcheux, 2014), o *lugar de negro* (Gonzales, 2022) e os *lugares de enunciação* (Zoppi-Fontana, 1999; Cestari, 2015) que me atravessaram e dos quais derivam esforços, emocional e teórico, demandados pela indagação central desta tese: de que maneira as *discursividades desinformativas*, conceito que proponho, ao simular “informar” raça, classe social e gênero, retomam efeitos de sentido de discursos fundadores sobre o Brasil? E em que medida, a partir da repetição/regularidade interseccional¹, articulada a imagens de controle (Collins, 2019), a desinformação retoma matrizes coloniais sobre tais categorias?.

Definidos os questionamentos prioritários e estabelecidas as interlocuções teóricas preliminares, passo a desenhar a relação entre tais questões e as respectivas respostas na perspectiva do que Pêcheux (2014, p.78) apresenta como *Condições de produção*. Dentre as hipóteses consideradas pelo autor na definição do dispositivo teórico que orienta a integralidade desta tese, está a que se refere a “um estado dado das condições de produção” como aquele que corresponde a um tipo de estrutura definidora dos processos de produção de discursos. Processos esses tomados a partir da língua.

¹ O conceito apresentado originalmente pela estadunidense Kimberlé Crenshaw em 2001, é acrescido nesta tese de contribuições e atualizações propostas pelas pensadoras feministas afro-americanas Angela Davis e Patricia Hill Collins.

Para o autor (idem, ibidem), isso significa dizer que “se o estado das condições de produção é fixado, o conjunto dos discursos suscetíveis de serem engendrados nessas condições manifesta invariantes semântico-retóricas estáveis no conjunto considerado e que são características do processo de produção colocado em jogo”. Dito de outra maneira, passo a considerar, parafrasticamente, a partir de Pêcheux (idem, p. 76) que a construção de minha pesquisa, assim como o discurso, é pronunciada “a partir das condições dadas”. Isto posto, identifico, dentre as dificuldades iniciais impostas pelas condições de produção, manter o foco na produtividade acadêmica face ao desaparecimento de mais de 700 mil vidas (números oficiais) no Brasil, em decorrência da contaminação pelo SARS-CoV-2², foi o mais desafiador. Mortes, dentre as quais 400 mil evitáveis, de acordo com o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia³. No mundo, o número de vítimas fatais divulgados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) ultrapassa 15 milhões. A ênfase ao número de óbitos é posta em referência à escrita em luto pessoal e coletivo.

Considerada “acontecimento discursivo” por Eni Orlandi (2021, p. 3), a Covid-19 teve efeitos para além do aspecto viral, da doença em si. Como “metaforização”⁴ para ameaça global de saúde pública, Orlandi mobiliza a pandemia em sua capacidade de contágio, para afirmar que esta afeta “não só as posições-sujeito, mas também as palavras, os sentidos”. Ou seja, a pandemia é lida como um “ponto de partida” no qual o funcionamento metafórico cruzou fronteiras “na linguagem, indistinguindo sentidos em palavras que surgem de qualquer parte” (idem, ibidem).

Tomada por essa discursividade, instituída pela Covid-19 e principalmente pela condução negacionista da pandemia por parte do governo federal, eu me vi diante da escalada vertiginosa das perdas humanas em curva ascendente durante 2020-2021, divulgadas diariamente pelos veículos de mídia, e então iniciei uma série

² O Instituto Butantan define o SARS-CoV-2 como vírus da família dos coronavírus que, ao infectar humanos, causa uma doença chamada Covid-19. Por ser um microrganismo que até pouco tempo não era transmitido entre humanos, ele ficou conhecido, no início da pandemia, como “novo coronavírus”.

³ A CPI da Pandemia foi instalada no Senado Federal em 27/04/2021. Presidida pelo senador Omar Aziz (PSD-AM), apurou o agravamento da crise sanitária que assolou o país e irregularidades no enfrentamento à Covid-19; dentre as quais: ações e omissões do Governo Federal na aquisição de vacinas, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos da área da saúde. Os trabalhos da referida CPI foram concluídos em 05/11/2021.

⁴ Referindo-se à metáfora, não apenas como a tomada de “uma palavra por outra” (Pêcheux e Lacan), Orlandi (2021, p.3) afirma que “na metáfora, penso que “palavras falam com palavras”, “uma palavra fala “com” outras”, produzindo transferências de sentidos, equívocos”.

de reflexões. Em um primeiro momento, procurei estabelecer algum tipo de relação entre o aumento de casos da doença e o avanço do que sistematizo conceitualmente mais adiante como *discursividades desinformativas* no Brasil. Centralizei a leitura em dois conjuntos de textos de arquivos políticos e arquivos de fake news (notícias falsas).

No cruzamento de informações recolhidas, cheguei a um grupo de documentos heterogêneo e amplo demais. No processo de extração e identificação de singularidades e regularidades discursivas, chamou minha atenção a notícia⁵ de que a primeira vítima oficial da Covid-19 no Rio de Janeiro, e a quinta no Brasil, foi Cleonice Gonçalves, 63 anos. Mulher negra, empregada doméstica, Cleonice morava com a família em Miguel Pereira, município localizado a 100 km de seu local de trabalho, no Leblon, bairro nobre da capital fluminense. Infectada pela patroa recém-chegada da Europa, cuja identidade não foi revelada em nenhuma das reportagens, Cleonice não resistiu. Faleceu no dia 17 de março de 2020.

A leitura sobre a morte de Cleonice ocorreu um mês após a apresentação de minha dissertação⁶ em 2020, momento em que o efeito do *corpus* analisado no mestrado ainda mobilizava o meu imaginário, na perspectiva de ampliá-lo no doutorado. Defendida com o título “O real em redes de sentidos virais: o discurso de gênero em *fake news*” (Santos, 2020), a pesquisa problematizou as condições de produção nos enunciados de fake news que evocam a heteronormatividade num funcionamento universal, impossibilitando, dessa maneira, “deslocamentos nos processos de subjetivação sexual e de gênero” (p. 14).

A constatação da vulnerabilidade de corpos negros face à crise sanitária instalada no Brasil e no mundo acionou em mim gatilhos ancestrais e discursivos. A primeira imagem que fixei foi a de um navio negreiro à deriva no Oceano Atlântico como metáfora para a regularidade da vulnerabilidade de determinados corpos face a situações extremas. Até que ponto a morte de Cleonice Gonçalves sinalizava para

⁵ A reportagem *Morte por coronavírus em Miguel Pereira ressalta riscos e provoca debates*, assinada por Gram Slattery e Rodrigo Viga Gaier foi produzida pela agência Reuters e reproduzida pelo site UOL em 24 de março de 2020 e está disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/03/24/morte-por-coronavirus-em-miguel-pereira-ressalta-riscos-e-provoca-debates.htm>.

⁶ A Dissertação intitulada “O real em redes de sentidos virais: o discurso de gênero em *fake News*” foi defendida, sob orientação do Prof. Dr. Sóstenes Ericson, no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) da Universidade Federal de Alagoas, em 21 de fevereiro de 2020.

a atualização da memória da violência contra corpos negros? E, principalmente, o que diferenciava o meu corpo do corpo de Cleonice?

Naquele momento, a distinção principal era a significação de nossos corpos que, de acordo com Zoppi-Fontana e Cestari (2014, p. 6), representam nossa função social, nosso lugar na sociedade. A designação sobre Cleonice Gonçalves nos principais jornais se dava com base na articulação de uma das mais arraigadas *imagens de controle*, responsável por restringir o funcionamento de sentidos sobre a mulher negra à condição de empregada doméstica. Tal interpelação implicava em séries de regularidades relativas a ciclos de opressão, subalternizações e injustiças sociais, incluindo a naturalização da morte decorrente da total desproteção face à contaminação dos padrões (brancos).

Essa naturalização se refere ao que Zoppi-Fontana (2017, p.125) considera como “um lugar de enunciação delimitado a partir do funcionamento enunciativo e político de um *eu doméstica*, racializado, que contrasta com o *eu pesquisadora*”. Dito de outra forma, estabelecendo um jogo imaginário entre as posições de vida e de morte, na perspectiva das condições materiais de existência: o *eu pesquisadora*, mulher negra, jornalista, cercada de privilégios, trabalho remoto, acessei compulsoriamente o direito à vida, negado a Cleonice.

Paradoxalmente, o impacto do silenciamento/morte evitável de Cleonice Gonçalves não alterou apenas a direção de meu olhar disperso entre trajetos e aportes teóricos distintos. Cleonice retoma/evoca a memória de que “nossos passos vêm de longe!”, expressão seminal de Jurema Werneck, transformada num *relicário* do pensamento feminista negro no Brasil. Parafrasticamente, é como se o sentido de “Nossas mortes vêm de longe!” funcionasse como expressão máxima do apagamento da mulher negra. Isso implica em reconhecer que nós, mulheres e homens negros, experienciamos retomadas contínuas de opressão em um país no qual, de acordo com Carneiro (2011, p. 15), prevalece a concepção de que a raça define o grau de humanidade e, conseqüentemente, “leva à naturalização da desigualdade de direitos”.

Na perspectiva discursiva, a partir de (Pêcheux e Fuchs, 2014, p. 164), reconheço que o episódio trágico da morte de Cleonice, assim como as circunstâncias que o validam, produziram um *efeito* que culminou num posicionamento epistemológico. Na tentativa de evitar ambiguidades relacionadas à

complexidade do conceito de condições de produção, os referidos autores fazem uma distinção do termo “produção”, entre os sentidos econômico, epistemológico e sociolinguístico para reiterar que o mesmo deve ser apreendido enquanto “produção de um efeito”.

Profundamente afetada pelo contato com a experiência de vida e de morte de Cleonice, passo a pensar na tese como um lugar essencialmente constituído por encruzilhadas. O uso do substantivo feminino plural refere-se às contribuições de Cestari (2015, p. 25), para quem “mulheres negras significam inscritas numa encruzilhada de memórias, dentre elas, a diaspórica, na qual circulam noções de continuidade e ruptura”, em meio a lutas e resistências “desde África até a diáspora, instaurada/reorganizada/reinventada nos discursos”. E, extensivamente, de acordo com Martins (2021, p. 51), penso na encruzilhada enquanto possibilidade de intermediação e “constituição epistemológica”, centrada no pensamento e no reconhecimento de saberes afrodiaspóricos”.

Proponho, desse modo, o uso de encruzilhada como possibilidade de trânsito epistemológico e saberes construídos a cada seção, a partir de:

1- “certo lugar” responsável por puxar a racialização para centralidade das reflexões e análises sobre as *discursividades desinformativas*. Parafrasticamente a Cestari (2015, p.16) ao se referir à teoria, sinto que a partir desse *certo lugar*, a racialização “me puxa o pé na cama, quando acordo” e quando durmo.

2- “lugar de negro”, no qual insiro as bases epistemológicas e discursivas quanto aos pressupostos teóricos mobilizados, na perspectiva da Análise do Discurso em diálogo com o pensamento negro⁷.

3- “lugar de enunciação”, que torna possível o meu processo de reafirmação e “autoidentificação” (Collins, 2019) em que me assumo, mulher negra, feminista, cis, lésbica, gorda e pesquisadora .

⁷ Almeida (2019), Bento (2022), Borges (2018), Bueno (2020), Carneiro (2005, 2011, 2023), Collins (2019), Césaire (2020), Davis (2018, 2011), Ericson (2022), Fannon (2008, 2022), Faustino (2023), Ferdinand (2022), França (2017), Gonzales (2020, 2022), Hooks (2020), Kilomba (2019), Lorde (2007, 2019), Martins (2021), Mombaça (2021), Munanga (2020), Nascimento (2016), Nogueira (2020), Modesto (2018), Moreira (2019), Ribeiro (2022), Santos (2019, 2020), Milton Santos (2000), Sodré (2002).

Situo o desafio imposto pela confluência dos “lugares” acima nominados, articulados tanto na estruturação metodológica não convencional⁸, quanto na escrita desta pesquisa, em um entremeio. De um lado, uma entrada analítica profundamente afetada pelas reflexões trazidas por Zoppi-Fontana (2018, p. 64) quanto à articulação entre distintas identificações nos processos de subjetivação, nos quais vozes/corpos historicamente silenciados ou interditados entram em cena e, na mesma medida, são discursivamente “tomados como alvo de um processo de subjetivação gerando um saber e um *modo de falar sobre si*”. De outro, uma tomada de posição do “ponto de vista das mulheres negras” no discurso, considerando que Cestari (2015, p. 34) amplia a possibilidade analítica da “experiência” posta como um “constructo teórico e objeto discursivo” e, ao mesmo tempo, algo “constitutivo deste lugar de interpretação destas posições sujeito nas relações sociais gendradas e racializadas”.

É como se, lembrando Pêcheux (2014, p. 77), em um determinado momento de busca/definição do *corpus*, eu tivesse a sensação de que, assim como a linguística, meu corpo político foi “solicitado constantemente para fora de seu domínio”. Ou, dito de outra forma, meu corpo político voltou-se para si, como que mimetizado ao que Messeder (2020, p.155) apresenta sobre o desmantelamento da ideia de que nós, mulheres cientistas, não deveríamos ser afetadas pelos objetos de pesquisa. Para a autora (idem, p. 167), a saída de epistemes colonizadas e eurocêntricas implica na compreensão de que somos seres afetados “em nossa pele e sangue, por uma política de conhecimento racializada, classista e heterossexista”.

O que poderia ser apreendido como uma leitura subjetiva reveste-se de coletividade face à articulação entre a escolha da desinformação como objeto de análise e as forças materiais, que constituem corpos e corpos negros, LGBTQIAPN+⁹, e periféricas, nesse dado tempo sócio-histórico. E porque, como

⁸ Opto por não centralizar conceitos e dispositivos teóricos em única seção por entender que a apresentação gradual, de acordo com as demandas analíticas, favorece a construção de um desenho orgânico da pesquisa. Não se trata de negar o método convencional, mas de conectar tais dispositivos às especificidades do *corpus* deste trabalho. Busco, desse modo, favorecer não apenas uma melhor compreensão, mas a leitura fluída do estudo proposto.

⁹ Utilizada por organismos internacionais (ONU e Anistia Internacional) a sigla LGBTQIAPN+ representa: **L**: Lésbicas; **G**: Gays; **B**: Bissexuais; **T**: Transgêneros, Travestis e, Transexuais; **P**: Pansexuais; **Q**: Queer; **I**: Intersexuais; **A**: Assexuais, agêneros; **P**: Pansexuais e polissexuais; **N**: não-binaries; **+** Outras identidades e orientações.

Lorde (2019, p. 234) nos diz, “entre as mulheres lésbicas, eu sou negra; e entre as pessoas negras, eu sou lésbica. Qualquer ataque contra as pessoas negras é um problema para lésbicas e gays”. E diante da impossibilidade (idem, p. 235) de hierarquizar opressões, acrescento ao *real* da língua e da história, a *distorção* do “real” nas *discursividades desinformativas*¹⁰ estabelecidas como regularidade manifesta de ataques racistas, misóginos e sexistas.

Este é, portanto, um movimento discursivo em que me volto para a retomada de memórias e de deslizamentos de sentidos, cujas materialidades na desinformação perpetuam e ressignificam ciclos de opressões raciais e de gênero. O uso do plural em referência aos silenciamentos (Orlandi, 2007) compulsórios ampara-se no que é reiterado por Lorde (2007, p. 6), para quem “não existe tal coisa como uma luta de uma só questão, porque nós não vivemos vidas de uma só questão”. O emaranhado de singularidades postas a partir da reflexão inicial, com a racialização dos estudos sobre desinformação, resulta nesta tese na qual assumo meu corpo interpelado pelas *condições de produção* dadas e seus enfrentamentos no tempo presente.

Assim, metaforicamente, meu corpo racializado e lésbico assenta minha cabeça, no que respeitosamente chamo de “peji [altar] epistemológico”. Refiro ao território onde deposito a produção de meu conhecimento acadêmico, considerando parâmetros científicos e simbólicos. Reafirmo a impossibilidade de neutralidade epistêmica em concordância com Kilomba (2019, p. 50), para quem o território acadêmico representa “um espaço branco onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas negras”. Reitero que, desse lugar de isolamento pandêmico, adentrei aos domínios interseccionais que me constituem e, principalmente, encarei como possibilidade de observação as “imagens de controle” (Collins, 2019), enquanto representações que, historicamente, tornaram-me cativa de um imaginário centrado na colonialidade discursiva engendrada na produção da desinformação no Brasil.

¹⁰ Uso do plural justifica-se, dentre outros, pelo fato de que analiso diferentes tipologias constitutivas do que denomino *discursividades desinformativas*. Desse modo, ao longo do texto, trago a forma plural, em referência à complexidade do todo; e o singular demandado na análise de especificidades.

Nessa perspectiva, o diálogo com Kilomba (2019, p. 51) é fundamental no reconhecimento de que precisamos validar espaços e lugares de escuta acadêmica, pois “não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido”. É exatamente a qualificação de minha voz, enquanto pesquisadora negra e lésbica, que apresento como substrato desse trabalho. Nessa perspectiva, conecto a minha experiência pessoal à inquietação sobre o modo como no Brasil diferentes fatores de ordem sócio histórico-discursiva estão imbricados nos processos desinformativos.

É dessa *posição-sujeito* que problematizo e enfrento inquietações sócio/epistêmicas diante da brutalidade dos efeitos de sentido sobre corpos negros nos enunciados desinformativos, com ênfase nas popularizadas *fake news* racializadas, em circulação predominantemente nos períodos pré e pós eleições presidenciais brasileiras, especificamente 2018/2022. Nesse ponto, enquanto jornalista e analista de discurso, não tenho alternativa senão “começar a quebrar espelhos” (Pêcheux, 2014, p. 26), forjados no que Carneiro (2005, p. 60) define por “dualismo do discurso militante versus discurso acadêmico”.

Assim como França (2017, p. 82-83), em seu estudo sobre “uma certa identidade brasileira” em diferentes materialidades, assumo posições “teórico militante”¹¹ e “Teórico-política”, profundamente atravessadas pelo funcionamento da raça e do gênero na desinformação. Se, por um lado, neste trabalho, não há como desconsiderar os movimentos da língua e da história no discurso das práticas desinformativas de nosso tempo, por outro lado, meus passos se juntam àqueles que vêm de longe, resistem e rompem a lógica epistemicida da desqualificação do pensamento negro.

Caminhando para a conclusão deste preâmbulo, sinto uma fígada gelada a percorrer o fígado e coração diante do risco de trazer a historicidade de corpos para esta escrita. Assim como Anzaldúa (2000, p. 231), entendo que de agora em diante “o significado e valor de minha escrita são medidos pelo quanto eu me arrisco e por quanta nudez eu alcanço”. Se há algo ainda por ser dito sobre o caminho até a conclusão desse estudo, é que o entrego despida de todas as peles

¹¹ A autora reflete sobre a possibilidade da aproximação entre a militância teórica empreendida na Análise do Discurso e a desenvolvida nos estudos *queer* e pós-coloniais.

compulsoriamente grampeadas em meu corpo negro, feminista, lésbico e gordo. Em carne viva, escrevo como forma de resistir às determinações impostas a este corpo na constituição das *discursividades desinformativas* em circulação desde os discursos fundadores sobre o Brasil, até os dias atuais.

Entre a memória e a atualidade – regularidades e estratégias discursivas no arquivo da desinformação

O preâmbulo introdutório foi pensado como forma de demonstrar o trajeto reflexivo até o encontro com o *corpus* de pesquisa. Reuni um conjunto de **discursividades** (grifo meu) de arquivos, político e histórico, com o propósito de dar conta do alcance de uma outra ordem de discursividade, a *desinformativa*, constituídas por diferentes tipologias que atravessam indistintamente o discurso. A ênfase à discursividade do arquivo é trazida em sua relação com a língua. Para (Pêcheux, 1994, p. 9) “É esta relação entre língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos lingüísticos [sic] materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo”.

Quanto ao “nó” inicial identificado pelo autor, a primeira inquietação no processo de seleção do *corpus* de arquivo e das respectivas sequências discursivas foi evitar o que Pêcheux (2014, p. 63) chamou de “policiamento dos enunciados”, sob o risco de incorrer no “apagamento seletivo da memória histórica”, ainda que simulada na e pela desinformação. E mais, diante da heterogeneidade analisada em dispositivos de arquivos distintos, considero pertinente reiterar, de acordo com Guilhaumou, Maldidier e Robin (2016, p.126), que “a materialidade do arquivo impõe sua própria lei à descrição”. Para os autores (idem, p.238), não se trata de um tipo de trabalho que inclui e exclui “textos e sentidos, o arquivo “exibe” de algum modo, um sentido determinado; ele introduz restrições do semantismo dos enunciados”.

Tal preocupação justifica-se pelo fato de que trabalhei com enunciados inscritos em seu *funcionamento desinformativo*, o que poderia levar o trabalho a um jogo de inclusão e exclusão a partir de uma ideia restrita dos *efeitos de verdade*,

desconsiderando o grau ampliado de opacidade discursiva na desinformação. A resposta sobre como escapar a tais questões veio com Guilhaumou e Maldidier, (2014, p. 177), primeiramente, no reconhecimento da relação constitutiva, na análise do *corpus*, entre língua, história e o real. E, na sequência, ao descreverem o lugar em que a Análise do Discurso constrói suas provas, referindo-se ao “quando na análise, se chega às estratégias discursivas ligadas às relações de força, numa conjuntura dada”. Esse é o ponto de corte na seleção do *corpus* que proponho analisar.

Encontro na discursividade do arquivo a regularidade de estratégias discursivas e relações de força em funcionamento na desinformação sobre raça, classe social e gênero. Isto é, a seleção pressupõe a identificação por meio de análise preliminar da “relação parafrástica no arquivo” que, de acordo com Zoppi-Fontana (1999, p. 212), é responsável por “delimitar as posições de sujeito a partir das quais são produzidos os enunciados”. Além disso, foi preciso reconhecer em meio à dispersão do arquivo, o que a referida autora, a partir de Guilhaumou, (1983) traz como *relações de co-referencialidade*, que possibilitam a análise a partir de diferentes camadas enunciativas, do *intradiscurso* (o dito) ao que é silenciado. Ou seja, o modo como manejo a seleção do *corpus* considera a relação de co-referencialidade e a identificação da composição de famílias parafrásticas entre os enunciados como conceitos fundamentais para a coesão dos recortes.

A apresentação segmentada, por sua vez, atende à sistematização dos dispositivos de análise, considerando cada recorte como fragmento correlacionado da situação discursiva dada, como proposto por Orlandi (1984, p. 14). A opção pela segmentação, orientada por critérios de atualidade/memória/atualidade, permite ainda o reconhecimento da regularidade do jogo de retomada e de ressignificação de acordo com as sequências em análise:

I - Atualidade - Sequência Discursiva de Referência, doravante (SDR) “Deus, Pátria e Família”, constitutiva das bases do Movimento Integralista, analisada em dois momentos distintos.

II- Memória - Discurso fundador - enunciados extraídos de artigo elaborado pelo botânico bávaro Karl Friedrich Phillip von Martius (1794-1868), por ocasião de concurso público realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1844.

III – Memória/Atualidade - Fake news: enunciados em circulação em ambientes digitais, verificados por agências de checagem e inseridos no que se convencionou chamar de notícias falsas, inscritas, conforme apresentado na Seção 5, como uma tipologia das *discursividades desinformativas*.

Dentre os desafios decorrentes da questão central desta tese (de que maneira as *discursividades desinformativas*, ao simular “informar” raça, classe social e gênero, retomam efeitos de sentido de discursos fundadores sobre o Brasil?), coloco a identificação da maneira como a raça, a classe social e o gênero são retomados nas *discursividades desinformativas*, na perspectiva colonial? Em outras palavras, implica ainda em demonstrar o como as matrizes coloniais na desinformação informam raça, classe social e gênero? E ampliando um pouco mais, como raça, classe social e gênero, informados com base em tais matrizes, reproduzem e retomam imagens de controle?

Organização metodológica em costuras discursivas racializadas - a materialidade da simulação ideológica dos discursos fundadores às fake news

A construção do trajeto de pesquisa e desenvolvimento da escrita, na perspectiva da Análise do Discurso Materialista, em diálogo com o pensamento negro, alinhava¹² a organização da perspectiva teórica deste estudo. Metodologicamente, proponho retomar a **memória discursiva** (grifo meu) acionada na enunciação de conteúdos racializados, sistematicamente forjados e repetidos. Proponho a ênfase para chamar atenção ao que Pêcheux (2015, p.45-46) afirma: “a memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização”. É importante destacar que o foco no fenômeno desinformativo representa outra mirada importante em relação ao estudo empreendido durante a pesquisa de minha dissertação, cujo recorte era o cruzamento entre a eclosão das notícias falsas e a lógica do funcionamento da circulação de sentidos amplificados em hiperescala.

¹² Alinhavo é posto metaforicamente em referência a Cestari (2023), em “Costura da memória: Rosana Paulino e o olhar sob(re) corpos de mulheres negras”. Outras referências são as exposições “A costura da memória” (2018) e “Tecido Social” (2010), da artista visual Rosana Paulino.

Naquela ocasião, demanda pelas condições de produção, trouxe a ação algorítmica¹³ como determinante na validação do controle do gênero não binário a partir do que denomino “sentidos virais”¹⁴ (Santos, 2020, p. 87). Dito de outra maneira, a ausência de ênfase na ação algorítmica em sua relação com a produção/circulação das discursividades desinformativas justifica-se no fato de que no doutoramento a centralidade é de outra ordem. No presente estudo, coloco em primeiro plano as matrizes de discursos coloniais e o viés eugenista da desinformação em suas diferentes tipologias.

Na perspectiva do discurso, volto o meu olhar de analista aos efeitos de sentido construídos sobre corpos que por questões raciais, de classe social e gênero são sucessivamente desumanizados por meio de políticas desinformativas sistemáticas. Considero com Fanon (2008, p. 29) que “todo problema humano exige ser considerado a partir do tempo. Sendo ideal que o presente sempre sirva para construir o futuro. E esse futuro não é cósmico, é o do meu século, do meu país, da minha existência”. Por esta razão, todos os recortes e abordagens discursivas propostas, da SDR à SD16, levam em conta o fato de que a desinformação assumiu na contemporaneidade níveis de complexidade inimagináveis. Não me refiro apenas à capacidade de circulação, mas sobretudo à relação entre este tipo de discursividade e a disseminação de políticas desinformativas, em vigor no país, com ascensão da extrema direita. Desse modo, o estudo da intersecção entre racialização e colonialidade na desinformação se dá pelo reconhecimento de que ambos operam em matrizes de “discursos fundadores” (Orlandi, 1993) e apontam para a reprodução de práticas racializadas, racistas e heterocentradas.

Trato, portanto, de um tipo de discursividade com ramificações mundiais, demandada desse tempo sócio-histórico que no Brasil, desde a colonização, apresenta regularidades que precisam ser consideradas na perspectiva discursiva. Nesse aspecto, interessa compreender o modo como variáveis discursivas da desinformação articulam e modulam a ideologia conservadora que remonta à colonização do país. O que possibilita identificar o viés colonial, na perspectiva de

¹³ No projeto anterior inscrevo os algoritmos como chave para a reprodução desinformativa do gênero normativo na sociedade capitalista.

¹⁴ Considero sentidos virais como aqueles que funcionam a partir das posições ideológicas e das formações discursivas que autorizam os dizeres sobre gênero nas *fake news*. Essa configuração se dá no entremeio entre tais formações, ao mesmo tempo ideológica e discursiva (Santos, 2020, p. 87).

Lugones (2019, p.357), para quem a amplitude da “colonialidade” extrapola a questão racial, perpassando o sexo e os sistemas de poder, trabalho e de subjetivação. Desse modo, operam no mesmo, na repetição de um padrão discursivo colonizado.

Metodologicamente, organizo a apresentação dos resultados da pesquisa em quatro momentos, a partir desta Introdução. Na **Seção 2 - Discursividades desinformativas e tipologias em construção – novas e antigas questões imbricadas nos efeitos de real** reconheço a impossibilidade de delimitar um início “assinalável” do fenômeno desinformativo no Brasil. É o momento em que busco aproximar variantes conceituais da Análise do Discurso e de outras áreas que possibilitam pensar na proposição do conceito. Ou seja, trato das distinções que fundamentam e trabalham a desinformação em seu aspecto amplo. Dito de outra maneira, organizo a construção do conceito de *discursividades desinformativas*, metaforicamente em seu efeito guarda-chuva, com capacidade de representar variáveis e tipologias (Orlandi, 2011) constitutivas de um mesmo fenômeno.

Estabeleço como dispositivo orientador de análise, ao longo da argumentação, as *condições de produção*, forças materiais que possibilitam pensar as *discursividades desinformativas*, enquanto método de uma ação política engendrada no bojo do avanço da extrema direita no Brasil. E não me refiro apenas à articulação das popularizadas *fake news*, articuladas à cena política, mas considerando sobretudo seus efeitos, nas “condições de vida materiais dos sujeitos” (Paveau, 2019, p. 291).

Articulo o funcionamento *discursivo desinformativo* a partir de alguns trabalhos realizados no campo de estudo da Análise do Discurso. Dentre eles, o Boato e a volatilidade interpretativa (Orlandi, 2012, 2021); Discursividades Prêt-à-porter (Mariani, 2018); Efeito-rumor (Silveira, 2019); Torção discursiva e falsificação do ocorrido (Indursky, 2019); Fake news e discrepância de sentidos (Grigoletto e Silva Sobrinho, 2019); *Fake news* e sentidos virais (Santos, 2020); Imposição de sentidos (Mariani e Dela Silva, 2019); Efeito de simulação (Pêcheux, 1988; Ernest, Silva e Vieira, 2019) que teorizam, sobre diferentes aspectos, a partir dos pressupostos inaugurados por Pêcheux na França e desenvolvidos por Orlandi, no Brasil.

Trago a produção de analistas em aproximação com estudos que problematizam o assunto em suas distinções conceituais com base em particularidades que possibilitam a identificação de funcionamentos discursivos e histórico-temporais atualizados. A elasticidade conceitual da desinformação é pensada também na perspectiva de Wardle e Derakhsan (2017), Marioni e Galassi (2020). A reflexão e a conceituação estão organizadas em duas subseções: *Espaços enunciativos digitais favorecem repetições e circulações estratégicas*; e *Conceito em proposição - discursividade desinformativa considera funcionamentos e natureza complexa do arquivo*.

Por sua vez, a **Seção 3 - Sequência discursiva de referência e relações parafrásticas no arquivo da desinformação** é um momento da análise em que priorizo a *historicidade* e as condições de produção da sequência discursiva de Referência (Courtine, 2014) “Deus, Pátria e Família”. A singularidade está no fato de que as forças materiais são pensadas a partir de dois marcadores (1) a colonialidade da desinformação racializada e genderizada (2) a análise do real, sob base imaginária. Tomo por referência as proposições de Eni Orlandi (1993; 2008), a saber “Discurso Fundador” e “Terra à vista-discurso do confronto: Velho e Novo mundo”, respectivamente.

Direciono a análise à maneira como tais dizeres entram em circulação e se estabelecem no discurso político brasileiro, sobretudo nas retomadas e deslizos para campos semânticos divergentes. Saliento que na disputa entre memória e atualidade, proposta por Pêcheux (2015), esta é uma seção predominantemente sobre a memória discursiva, que atravessa a religião, a ciência e o político.

Num escopo ampliado, analiso os efeitos de sentido incitados nas subjetivações de gênero e de sexualidade, na classe social e na violência racial. Para efeito de análise, a observação do funcionamento de “Deus, Pátria e Família” articula dispositivos teóricos da Análise do Discurso em diálogo com autores/as do pensamento negro, a exemplo de Borges (2018), Carneiro (2005, 2011), Davis (2011), Fanon (2008, 2022), França (2017), (Gonzales (2020), Martins (2021), Mombaça (2021), Munanga (2020), Nascimento (2016), Nogueira (2020).

É importante demarcar que a seção não se refere às fake news propriamente ditas, mas à complexidade de discursividades, cujo efeito desinforma sentidos sobre raça, classe social e gênero. Organizo a análise em três subseções: 1- Deus: uma alegoria patriarcal e eugenista a serviço da ideologia da classe dominante; 2- Tarefa civilizatória racista: a Pátria imaginária produz efeitos de sentidos totalitários; 3- Silenciamento e alienação da mulher negra na família heteropatriarcal cristã: violência da miscigenação deixa rastro de sangue e desigualdades.

O propósito é priorizar o modo como um recorte se constitui em elemento de base da discursividade desinformativa sobre raça e o mito da democracia racial no Brasil. Desinformação, entendida como meio de evocação a discursos já proferidos e ressignificados no processo de produção/reprodução de sentidos. Nessa busca, interessa a identificação de substratos simbólicos sinalizados interdiscursivamente no jogo violento da desinformação na atualidade. Desenhada na perspectiva discursiva desde os discursos fundadores, materializados a partir do texto de Karl Friedrich Phillip von Martius (1794-1868), objeto de análise nesta seção, a SDR perpassa ainda as bases e práticas da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)¹⁵ até às retomadas posteriores, a partir de 2018, por meio de slogans, falas públicas e notícias falsas, a serem analisadas na Seção 4.

A fragmentação é demandada por processos parafrásticos estabelecidos entre os episódios integralistas de 1932 e 2018, com a retomada no slogan do governo federal, na gestão do ex presidente da República Jair Messias Bolsonaro, “Brasil acima de tudo. Deus, acima de todos”. Por ora, busco retomar a historicidade das SDR, com ênfase nos anos de 1840, período em que alguns dos mais representativos, ainda que questionáveis, discursos sobre a formação dos sentidos, até então inexistentes, de Pátria, Brasil, Família e consequentemente raça, classe social e gênero foram forjados por meio de discursividades desinformativas.

Na Seção 4 - Fascismo e integralismo informam sentidos únicos na simulação da voz de deus, retomo a análise da Sequência Discursiva de Referência “Deus, Pátria e Família”, com o intuito de estabelecer uma entrada

¹⁵ Definido como a fusão entre movimento e partido políticos de extrema direita, o Integralismo brasileiro se estabelece no país na década de 1930. Com forte influência de práticas fascistas foi fundado em 1932 com a alcunha de Ação Integralista Brasileira (AIB). Sob a liderança do jornalista Plínio Salgado, o integralismo brasileiro tinha por lema “Deus, pátria, família”..

possível para o modo como a extrema direita no Brasil articula, em diferentes momentos de nossa história, discursos autoritários, fascistas e nazistas. A opção pela retomada da SDR nesta seção tem o propósito de identificar a relação associativa entre os discursos integralista (1930), Adolf Hitler, entre 1933-1945, reproduzidos no discurso de Jair Messias Bolsonaro (2018). O recorte proposto possibilita o estudo da atualidade da propagação da desinformação, observada simultaneamente a alguns dos principais efeitos reais de sua disseminação. E aqui não me refiro apenas, e como exemplo, a resultados das eleições majoritárias e estaduais no Brasil¹⁶. Especificamente no Brasil, demarco o início no processo de colonização ao qual somos submetidos e nos subsequentes movimentos.

O sentido de retomada e regularidade discursivas a partir de Pêcheux, (2014, 2015) está no cerne desse momento analítico segmentado em duas subseções: O nazifacismo brasileiro em seu efeito-heróico - Caxias, presente! Ustra, presente! Hitler, presente! Mito, presente! e Governar e guerrear em nome de Deus: discurso do poder supremo aniquila sentidos antagônicos. O recorte discursivo vai da SDR às SD5 à SD15, analisadas em diferentes momentos, em seus domínios de memória (Conein, 2016) em associação à política do silêncio (Orlandi, 2007) e às teorias raciais supremacistas e unicidade étnica (Munanga, 2020).

O objetivo é trabalhar o caráter material dos discursos fundadores, postulados, na perspectiva de Orlandi (1993, p.7), enquanto categoria passível de delimitação a partir do “exercício da análise dos fatos que o constituem, observada sua relevância teórica”. Orlandi (idem, p. 12) se refere a tais discursos como “aqueles que vão nos inventando um passado inequívoco e empurrando um futuro pela frente e que nos dão a sensação de estarmos dentro de uma história, um mundo conhecido”. Proponho, desse modo, deslocamentos, entre memória e atualidade, no que considero particularmente importante ressaltar, primeiro: suas intersecções com a fé, a política e o capital; segundo, as repetibilidades predominantes no processo de silenciamento de corpos desviantes das normatizações. A retomada do discurso religioso e a reflexão sobre os mecanismos de incorporação de vozes cristãs tomam por base as contribuições de Orlandi, (2011). Em sentido amplo, mostro o funcionamento de tais retomadas, da matriz

¹⁶ Embora relevante nessa discussão, o avanço da extrema direita, ratificado nas eleições de 2018, e o resultado das urnas em 2022 são tratados na última Seção.

colonial à linguagem do terceiro Reich (Klemperer, 2009), por Jair Bolsonaro, implicando na reprodução dos processos de *racialização* da *desinformação* no Brasil (grifos meus).

Na **Seção 5 - Territórios de efeito e as imagens de controle interseccionais em quadros de uma guerra discursiva**, estabeleço uma simetria simbólica entre a marcação de corpos a “ferro e fogo”, a que eram submetidas mulheres e homens negros no período escravagista e as discursividades desinformativas. Pensando na tentativa de obliteração do *outro* (outra raça, outro gênero, outra classe social) na desinformação, problematizo a nomeação que fere, estigmatiza raça, silencia populações e subjuga *territórios*. Ainda que inicialmente a simetria entre o corpo físico e o simbólico possa parecer apressada, discursivamente, entendo que não. Parto do pensamento de Fanon (2008, p.142) para quem “é na corporeidade que se atinge o preto. É enquanto personalidade concreta que ele é linchado”, para em seguida articular tal concepção ao funcionamento de dispositivos e conceitos da Análise do Discurso. Formações discursivas, intradiscurso, objetos paradoxais e efeitos de sentido são acionados em diálogo com teóricas e teóricos negros. Esta é também a seção em que as *discursividades desinformativas* são analisadas em sua variante contemporânea, as fake news.

Centralizo a análise de diferentes recortes de *arquivo desinformativo*, estratificados a partir da regularidade parafrástica e racializada de notícias falsas previamente verificadas por agências de checagem. Para a análise das sequências, mobilizo conceitos como Imagens de poder, *território* e interseccionalidade. Estruturalmente, o trajeto teórico organiza a análise em: *Corpos marcáveis e classe marcante*; e *Territórios de efeito de sentidos respectivamente em seus desdobramentos*.

No entremeio dessa articulação, sistematizo o conceito de *territórios de efeito*. Demandado pela natureza discursiva do *corpus de arquivo*, o conceito é tomado em sua exterioridade, como *efeito* na e a partir da expropriação, da pilhagem em de sentidos. Expropriar e pilhar são utilizados como recurso de reiteração do funcionamento ideológico de uma guerra discursiva, na qual sentidos e seus efeitos se constituem e funcionam metaforicamente como *armas químicas*. E, assim, são

lançados contra alvos específicos que, uma vez atingidos, possibilitam que em sua exterioridade, os efeitos de sentidos permaneçam ativos. É o lugar da atualidade, no qual analiso o modo como sentidos anteriores, por meio da desinformação, são retomados, em sua variante atual, as notícias falsas.

Na perspectiva teórica assumida neste estudo, estabeleço inicialmente o diálogo entre Césaire (2020), na reiteração do caráter desumanizador da colonização; Faustino e Lippold (2023) na relação entre capitalismo e colonização; Bento (2022), sobre os sucessivos pactos da branquitude; Sodré (2002), em se tratando das configurações ideológicas do território. Na medida em que avanço nas subseções, mobilizo outras contribuições e dispositivos teóricos. Em *A desinformação como tática discursiva da ralé conservadora – o grande pacto entre colonialismo/branquitude e capital*, proponho uma aproximação entre Fanon (2008), no que se refere à racialização e linguagem; Marx (2011), com o aparato de produção de dominação; Arendt (2013) sobre a ralé; Cestari (2017) sobre a tomada de posição na Análise do Discurso; Ferdinand (2022) com relação   política do porão e Butler (2015), sobre os esquemas normativos.

Na abordagem de *Os condenados na desinformação – corpos e corpos marcáveis*, trago Ernst, Silva e Vieira (2019) para tratar da simulação em seu efeito de sentido; Modesto (2018) sobre interpelação ideológica e tensão racial; Zoppi-Fontana, 2014) sobre as relações de identificação do sujeito enunciator; e Collins (2019) imagens de controle e interseccionalidade. Na subseção *Terr rios de efeito – discursividades desinformativas retomam sentidos de porão e de senzala*, articulo as contribuições de Pêcheux (2014) nas relações ideológicas; os processos de significação (Orlandi, 2003); os processos de exclusão e articulações nos territórios (Sodré, 2002); e a noção de território usado (Santos, 2000).

2 DISCURSIVIDADES DESINFORMATIVAS E TIPOLOGIAS EM CONSTRUÇÃO: novas e antigas questões imbricadas nos efeitos de real

Em um determinado momento de “A ferramenta imperfeita”, Paul Henry (2013, p. 29) pondera sobre a impossibilidade de estabelecermos um “começo histórico assinalável” para as reflexões sobre a linguagem. O referido autor avança, dizendo sobre o quanto historiadores da linguística restringem-se “às buscas no tempo e no espaço das civilizações do que chamam de ‘configurações polêmicas’” (idem, ibidem). Mais adiante, entretanto, Henry reconhece o imbricamento na “questão de um real da língua”, de algo inscrito no que seria a “disjunção maior entre a noção de uma ordem própria à língua, imanente à estrutura de seus efeitos e de uma ordem exterior, que remete a uma dominação a conservar, a reestabelecer ou a inverter” (idem, p.30).

Parafrasticamente à reflexão proposta por Henry, reconheço a impossibilidade de traçarmos um início “assinalável” para a problematização sobre o funcionamento decorrente da formulação e circulação da desinformação. Mas assim como a língua, um estudo *das condições de produção* nos aproxima das bases que estruturam seus andaimes, na perspectiva do discurso. Ao adentrar no modo como algo da esfera do ordinário, do comum nas práticas sociais, transformou-se num fenômeno complexo e devastador, até mesmo para as democracias, vislumbro um feixe do que na desinformação remete aos sentidos de dominação e sujeição. Desse modo, penso que a identificação do funcionamento das *discursividades desinformativas* implica estabelecer as *condições de produção* que as validam.

Embora não exista consenso entre estudiosos de mídia e comunicação quanto a denominações correntes, especificar o que se entende por desinformação e num sentido restrito, *fake news* (notícias falsas), é importante. De acordo com a Análise materialista do Discurso, homogeneizar tais conceitos, ignorando particularidades ou simetrias, leva a resultados reducionistas que desconsideram não apenas a opacidade discursiva, mas também a abrangência dos efeitos de sentido em circulação. Na perspectiva das *condições de produção*, definidas por Orlandi (2013, p. 30) como aquelas que relacionam o sujeito e a situação, considerando as circunstâncias de enunciação e o “contexto sócio-histórico,

ideológico”. Ou seja, é preciso considerar que estamos diante de um tipo de discursividade que mobiliza países, governos e pesquisadores em escala mundial. No campo da pesquisa, estudos recentes envolvem desde questões referentes a marcos regulatórios da comunicação no Brasil; plataformização da economia, com novos modelos de negócios e relações de trabalho, ameaça à democracia, transparência, negacionismos, liberdade de expressão, manipulação e outras variáveis correlatas.

Para tratar dessa questão, começo por um marco sócio-histórico que estabelece a relação constitutiva entre o processo amplo de desinformação e seus desdobramentos na memória atualizada e principalmente no que Pêcheux/Fuchs (2014/1975, p.163) definem por “materialidade ideológica”. A pauta desinformativa entra no radar mundial em 2016¹⁷, com inúmeros desdobramentos¹⁸ em escala planetária¹⁹. Em 2018, seus efeitos são predominantemente sentidos no Brasil, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro para a presidência da República. Sobre o período eleitoral em 2018, Morozov (2018, p.11) aponta para o alto custo que as sociedades, em situação de co-dependências das plataformas digitais e, ao mesmo tempo, alheias ao alcance do poder da plataformização, pagam. Ao se referir aos modelos de negócios no formato *Big Tech*²⁰, o autor afirma a irrelevância da verdade e ou da mentira em circulação nas redes face à viralização “sob a ótica das plataformas digitais, as *fake news* são apenas as notícias mais lucrativas”.

Sobre articulação entre tecnologia, sítios digitais e discurso, trago (Santos, 2019) para a Análise do Discurso a reflexão teórico analítica sobre o funcionamento do viral, nas *discursividades desinformativas*, articulado à reprodução sistemática

¹⁷ Ano em que ocorrem as eleições presidenciais nos Estados Unidos da América (2016) e no Brasil (2018). Em ambos os casos, os candidatos eleitos se beneficiaram da convergência de comunicação em plataformas digitais, num processo marcado pela desinformação para fins eleitorais.

¹⁸ Dois acontecimentos políticos relevantes e com impactos em escala mundial foram determinantes para a entrada da pós-verdade na pauta pública. O primeiro deles foi a eleição de Donald. J. Trump como presidente dos EUA. O segundo, a votação do Brexit, campanha sobre a permanência da Grã-Bretanha na União Europeia.

¹⁹ Em 2016, a empresa Cambridge Analytica acessou e compartilhou ilegalmente dados de 87 milhões de usuários do Facebook. No mesmo ano, o republicano Donald Trump, então candidato à presidência dos EUA, utilizou a expressão Fake News, tentando estabelecer a falsa simetria entre sites e blogs sensacionalistas às notícias jornalísticas contrárias à sua candidatura.

²⁰ Expressão na língua inglesa que define as grandes empresas tecnológicas que têm como base de negócios a extração e o tratamento de dados dos usuários.

das chamadas notícias falsas. Enquanto, nos ambientes virtuais, o viral designa o volume massivo de propagação, o viral discursivo obedece a outro funcionamento, acionado por mediações ideologicamente estabilizadas.

Tecnicamente ancorado em sistemas de inteligência artificial, algoritmos, com propagação em hiperescala mecanizada – uso de perfis falsos, *bots* (robôs de internet) – em seu aspecto regulador, inscrevemos o sentido viral no escopo do que Pêcheux (2014, p.132) define como “objetos ideológicos regionais [...] Deus, a moral, a família”. Embora Pêcheux (2015, p.33) não trate propriamente das informações manipuladas, apresenta o sujeito pragmático, “cada um de nós”, os usuários, e as “*coisas a saber* [...] conhecimentos a gerir e transmitir socialmente”, representando valores morais impostos como verdade (Santos, 2020, p.14).

O investimento numa leitura discursiva do viral foi fundamental para o reconhecimento de um tipo de funcionamento que ocorre em retomadas de sentidos, estabelecidos por meio de um jogo simbólico, no qual a aderência ao *dito* relaciona-se ao *já lá*. Metaforicamente, problematizo o viral da seguinte forma:

a condição para inoculação do viral nos sentidos é sua inscrição em formações ideológicas e discursivas dadas. Fora desse ambiente ideologicamente estabilizado, o sentido viral não se sustenta, pois a flexibilização dos limites entre tais formações ideológicas representaria a possibilidade de um funcionamento polissêmico. Entendemos, dessa maneira, que o antídoto para os sentidos virais sobre gênero em *fake news* é, portanto, dessa ordem, ou seja, da ordem do polissêmico (Santos, 2020, p.99).

Para o Coletivo Intervozes²¹ (2021, p. 11), uma das limitações do conceito de *fake news* é a ocultação do que seriam variáveis relacionadas à produção de notícias e que levam a um distanciamento da informação verdadeira. No mais recente estudo sobre o tema “*fake news*” como as *plataformas enfrentam a desinformação*, publicado em 2021, o Coletivo trouxe, com base em Wardle e Derakhsan (2017), a distinção entre “mis-information”, referindo-se à circulação de notícia falsa sem a intenção de prejudicar pessoas ou grupo; e des-information, indicando a intenção do dano por meio da disseminação manipulada.

Por sua vez, Marinoni e Galassi (2020, p. 25) reiteram a importância de se buscar a compreensão do modo como tal fenômeno se materializa nas redes digitais em distinção à mídia tradicional. Deve-se ainda considerar como determinantes,

²¹ O Coletivo Brasil de Comunicação (Intervozes) é considerado um dos principais grupos de pesquisa sobre o direito à comunicação no Brasil. Disponível em: <https://intervozes.org.br>.

notadamente no cenário político, aspectos como produção, formato e disseminação. Os referidos autores alertam para práticas de psicométrica em associação ao uso ilegal de dados pessoais, que possibilitam o mapeamento segmentado de público e audiência.

No entanto, o Coletivo Intervenções (2021) considera um equívoco fundamentar a desinformação apenas nos conteúdos deliberadamente falsos. É preciso, então, considerar as distorções, exageros e descontextualizações. A distinção está no modo como a informação é produzida, mediada e na sua circulação. Nessa perspectiva, a partir de 2018, optou-se pelo que seria uma abordagem multidimensional, em consenso com a proposição²² do “Relatório do Grupo de Alto Nível Independente sobre notícias falsas e desinformação on-line”²³, que conceituou o fenômeno como sendo “todas as formas de falsidade, informações inexatas ou enganosas, concebidas, apresentadas e promovidas para causar danos públicos ou para fins lucrativos” (2020, p. 14).

Ainda sobre as *condições de produção do discurso*, dados analisados pelo Índice Global de Desinformação²⁴ (GDI, na sigla em Inglês) apontam a desinformação como um modelo de negócios lucrativo, com receitas geradas por publicidade programática²⁵. De acordo com Martins (2020, p. 14), “o maior serviço de mídia programática do mundo é do Google. A empresa está em 70% dos sites de desinformação, acumulando US\$ 86,7 milhões”. O cálculo considera, para cada mil cliques, uma média remunerativa de US\$ 0,70. 20 mil sites classificados como “desinformadores” pelo GDI alcançaram US\$ 235 milhões.

Embora a questão dos “meios de produção” da desinformação não seja o foco desse trabalho, ela é determinante na consolidação de tal fenômeno, da mesma forma que as questões de ordem ideológica e geopolítica. No campo geopolítico, por exemplo, considero a emergência e o avanço da ação de grupos de extrema direita nos Estados Unidos da América, na Rússia e na América Latina. Em se tratando

²² Disponível em: <https://data.europa.eu/doi/10.2759/739290>. Acessado em: 03 out. 2022.

²³ Elaborado por um grupo de especialistas da comissão Europeia, que se reuniu para debater o fenômeno e sua definição.

²⁴ Entidade que realiza estudos de monitoramento mundial sobre conteúdos desinformativos, utilizados como parâmetro da relação íntima entre o capital, a plataforma da economia e a produção e circulação de conteúdos desinformativos.

²⁵ Essa prática utiliza *softwares* na compra e venda de espaços publicitários na web.

dos modelos de negócio baseado na perspectiva neoliberal, entendo que o capital é um dos braços mais eficazes das *discursividades desinformativas*.

Estabelecidas as distinções entre os usos em áreas distintas à Análise do Discurso, chamo atenção para o fato de que embora na perspectiva de estudiosos, universidades, entidades governamentais²⁶, de direitos humanos e países prevaleça o consenso quanto ao uso do termo desinformação, no Brasil, a expressão *fake news* permanece em uso, como um meio de homogeneizar e universalizar o fenômeno desinformativo.

2.1 ESPAÇOS ENUNCIATIVOS DIGITAIS FAVORECEM REPETIÇÕES E CIRCULAÇÕES ESTRATÉGICAS

Diferenciar os espaços enunciativos digitais entre si na perspectiva da comunicação em aproximação com a Análise do Discurso permite estabelecer um trajeto analítico mais aprofundado na medida em que mobilizamos conceitos e efeitos de sentido específicos. Sobre a visada discursiva é importante reconhecer o pioneirismo de Eni Orlandi (2012, p. 134), ao trazer o boato como um “modo de dizer em que há sempre uma diferença a significar, um ruído (protesto ou falta de verdade)”, o que considero uma das primeiras entradas discursivas para pensarmos o que viria a ser entendido anos depois por notícia falsa e, mais recentemente, desinformação.

A partir do que é posto por Orlandi (idem), pode-se pensar num outro tipo de enunciado, cuja circulação se dá em hiperescala, extrapolando “o burburinho”. Enquanto o boato, para Orlandi, situa-se “a meio caminho da constituição do sentido (filiação do dizer a uma memória que não é diretamente acessível) e sua formulação ainda não acabada (sempre estabelecida por falhas, possibilidades de diferentes versões)” (ibidem, p. 135), as *fake news* trabalham com a tentativa falha (de um sentido único) (Santos, 2020), conforme veremos na Seção 5.

²⁶ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco); Organização das Nações Unidas (ONU); e a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Ao conceituar e analisar o *efeito-rumor*, Silveira (2019) apresenta um estudo importante sobre o imbricamento entre a utilização do digital enquanto possibilidade de espaço enunciativo, discurso e arquivo. Com análises referentes a diferentes momentos da enunciação em espaços discursivos mediados pelo uso de tecnologia, a autora aponta que, entre 2006-2008, era possível perceber deslocamentos referentes ao modo “como os sujeitos ordinários formulavam seus dizeres deslocados de categorias como verdade, objetividade, informação” (idem, p. 42). É importante destacar que o estudo mostra ainda que, até aquele momento, tais dizeres ordinários, quando da produção de enunciados políticos, tinham tendências apartidárias.

A contribuição de Silveira (2019) é fundamental na definição de uma linha histórico-discursiva que remete ao avanço do modo como o funcionamento da desinformação muda, na medida em que se consolida a polarização político-partidária no Brasil, considerando as *condições de produção do discurso* em sentido amplo, articulado ao avanço da extrema direita no mundo.

Ao investigar o tipo de circulação de enunciações sobre política em plataformas digitais no Orkut²⁷, Wikipedia²⁸, Youtube²⁹, Silveira (2009) observou que predominantemente nos períodos eleitorais, tais espaços enunciativos privilegiavam a produção e a circulação de comentários de viés político, notadamente associados às paródias e ao humor. Para a referida autora (2019, p. 41), “os políticos e as instituições midiáticas tradicionais não pareciam aí como enunciadores principais, mas eram frequentemente tomados como objeto dos discursos ordinários”. Silveira demonstrou que havia a predominância de um cenário comunicativo que privilegiava humor e escárnio, o que resultava em enunciados nos quais figuras políticas eram tomadas num tipo de “jogo mais ou menos displicente com a circulação de boatos, piadas, paródias, memes, montagens produzidos e compartilhados por sujeitos comuns em sua prática digital cotidiana” (idem, *ibidem*).

²⁷ A rede social Orkut, vinculada ao Google, foi criada em janeiro de 2004 e foi desativada para os usuários em setembro de 2014.

²⁸ Construída de modo colaborativo, a Wikipédia é uma enciclopédia multilíngue de licenciamento livre.

²⁹ Criado em 2005, o YouTube é uma plataforma de vídeos *online*, na qual os usuários assistem e compartilham conteúdo audiovisual pela internet.

Foi exatamente nesse cenário que, de acordo com a Juliana Silveira, o dispositivo analítico *efeito-rumor* se constituiu numa prática que possibilitava a “produção de contra-rumores”, garantido pela relação entre humor/rumor. Desse modo, possibilitava a liberação de vozes (incluindo a de sujeitos ordinários) em enunciações coletivas relacionadas ao humor “afetando as forças assimétricas político midiático existente até então” (idem, p. 47).

Outros dois aspectos precisam ser trazidos a partir da pesquisa de Silveira, (2019): a invisibilidade de um “movimento reacionário” e o *efeito-rumor* como “uma forma que (des) informa”, presente já naquele momento de rumor/humor e apartidarismo, em evidência nos enunciados políticos. Sobre a cortina de fumaça, a autora reconhece que já existia ali um “forte movimento reacionário” (invisível) (p.40). A partir de 2010, as análises já apontavam um “deslocamento” para a partidização enunciativa nos dizeres em circulação. A relação entre *efeito-rumor* e o que a autora propõe como “forma que (des) informa” (idem, p.46) é referida ao modo como o discurso circula no espaço digital. Nesse aspecto, Silveira (idem, ibidem) considera os efeitos decorrentes do “conjunto de dizeres ordinários, em geral observados como uma voz anônima, sem legitimidade” em circulação nos espaços enunciativos digitais, “relacionando rumor e humor”.

Avançando na contribuição de Silveira, problematizo o humor em seu funcionamento no escopo da desinformação, na atual conjuntura, mas não refiro a todo e qualquer tipo de piada ou brincadeira. Como variante desinformativa, trago o racismo recreativo, a partir do que Moreira (2019) propõe, ao argumentar que “os estereótipos raciais negativos presentes em piadas e brincadeiras racistas são os mesmos que motivam práticas discriminatórias contra minorias raciais” (p. 29). Ou seja, o humor como meio de legitimar hierarquias raciais e dissimular a realidade é posto pelo autor como aquele que

não possui uma natureza benigna, porque ele é um meio de propagação de hostilidade racial. Ele faz parte de um projeto de dominação que chamamos de racismo recreativo. Esse conceito designa um tipo específico de opressão racial: a circulação de imagens derogatórias que expressam desprezo por minorias raciais na forma de humor [...] o racismo recreativo exemplifica uma manifestação atual da marginalização social em democracias liberais (Moreira, 2019, p. 30-31).

Ainda como uma certa aproximação com humor, ironia, cotidiano, leitura rápida e circulação em redes digitais, Mariani (2018) conceitua como *prêt-à-porter* materialidades prontas para consumo. Para a autora, tais discursividades se referem à circulação de sentidos que ocorre de modo automático e na qual “quem enviou como já tendo aderido à tal suposta verdade, e como interpelado de quem a recebeu para que adira também repassando-a automaticamente na maioria das vezes” (idem, p.5). Aqui Mariane (2018) traz um elemento importante para a compreensão desta tese, a *interpelação* “interpelando quem a recebe a aderir para interpelar um outro e assim por diante. São em sua maioria textos anônimos que se dirigem a um “pessoal” indistinto e que vão constituindo uma rede discursiva que enlaça sujeitos” (p.5).

Mariani (2018, p.5) amplia o olhar sobre a materialidade *prêt-à-porter*, ao referir-se a uma “rede de discursividades” responsável por alimentar uma “ilusão de consenso”, que leva ao compartilhamento de sentidos entre sujeitos localizados em formações discursivas específicas. Sobre essa tomada de posição, Mariani afirma que

o sujeito que recebe a *mensagem* via *zap* (ou Instagram ou Twitter ou Face), ao repassá-la, estaria não apenas tomando posição identificado pela formação discursiva na qual se inscreve para ser sujeito do que diz (PÊCHEUX, 1975 [1988], p. 214 e ss.), mas também estaria publicizando essa posição. Nesse processo de subjetivação, estão em jogo as formações imaginárias, ou seja, a imagem que o sujeito faz de si, desse outro que lhe enviou o *zap* e daquele a quem o *zap* é reenviado são coincidentes ou bem próximas (PÊCHEUX, 1969 e 1988 [1975], p. 188³). Nesse funcionamento há, dessa forma, um encadeamento de tomadas de posição que produzem um assujeitamento “livremente consentido”, nos termos de Pêcheux, e imaginariamente sustentado (Mariani, 2018, p. 5).

Ao problematizar a volatilidade da interpretação, Orlandi (2021) traz para o cerne do debate a relação entre as discursividades contemporâneas em aproximação com as noções de “interatividade” e “rede de informação”. Inseridas nas *condições de produção* que privilegiam o compartilhamento discursivo em meio digital, interatividade e rede de informação levam ao que a autora chama de “diluição do real (pela força do imaginário) e à evanescência dos fatos (que são produzidos de múltiplas maneiras). Quanto mais se fala em fatos, mais eles se desvanecem. Na volatilização das interpretações” (idem, p. 3-4).

Orlandi situa a volatilidade da interpretação como sendo a “contraparte da diluição do real” (idem, *ibidem*), responsável por exaurir fatos ou eventos em miríades de versões. Desse modo, os sentidos não seriam levados por nenhum real. Para a autora, “se já trabalhávamos, em Análise de Discurso, com ‘identidades descartáveis’” (idem, p.5), temos convivido, contemporaneamente, com “sentidos descartáveis”, conforme Orlandi ao tratar da adesão ou não-adesão a tais sentidos. Tal adesão está relacionada ao sentido como um ponto de sustentação capaz de aproximar ou afastar de acordo com o grau de aderência ao funcionamento proposto nos enunciados.

A leitura elaborada por Indursky (2019) é precisa e extremamente eficaz para o que trago no final desta seção sobre as *tipologias desinformativas* pensadas na perspectiva da Análise do Discurso. Em sua análise (idem, p.29), a autora nos fala do processo de “*torção discursiva* realizado sob o efeito de uma identificação ideológica” que atravessa a tessitura discursiva das fake news da seguinte forma:

A torção se dá no momento em que determinado acontecimento é narrado pela mídia de modo a projetar um *efeito de verdade* ao que, de fato, é uma *falsificação do ocorrido*. Esse jogo pode ser interpretado como o direito e o avesso da tessitura discursiva da fakenews, sendo, pois, possível passar de um lado para o outro desse processo pelo viés de uma torção discursiva. Esse gesto de torção está na base da falsificação de notícias (Indursky, 2019, p. 29).

Ao trazer a ideia de *torção* para o debate, a autora sedimenta espaço para que, assim como ocorre em outras áreas do conhecimento, possamos estabelecer no âmbito da Análise do Discurso gradações desinformativas. Ou melhor, com Indursky podemos pensar em graus, tipos, níveis de torção, maiores ou menores, ainda que em todos os casos estejamos diante de algo constitutivo no/do funcionamento ideológico na desinformação. No momento em que a autora se refere a algo “narrado pela mídia” está posta a associação, neste caso específico, a um “tipo” de desinformação produzida e posta em circulação pela mídia (tradicional e/ou digital), que promove o que Indursky chama de “*falsificação do ocorrido*” (idem, *ibidem*). Aqui não se trata, portanto, do uso da estética “realista”, que Marinoni e Galassi (2020) usam para definir as fake news que simulam o formato jornalístico, o padrão de notícia e a “aparência” de determinados sites e grupos de comunicação, induzindo sujeitos.

No artigo “Fake news: discrepância de sentidos e efeitos sobre as resistências”, Grigoletto e Silva Sobrinho (2019) localizam as notícias falsas num funcionamento dominante de enfrentamento às resistências. De acordo com os autores, em tais materialidades discursivas os efeitos ideológicos dominantes atuam com consequências específicas e diferenciadas e “tendem a produzir as mesmas consequências políticas de frear a crítica e a resistência, ou seja, reproduzir a dominação sobre os sujeitos”, afetando as subjetividades “de maneira cruel e enganadora” (idem, p. 108).

Desse modo, é importante ressaltar que a complexidade do funcionamento da desinformação passa obrigatoriamente pela impossibilidade de analisá-lo de modo estanque ao discurso político. Em se tratando do atravessamento do político no processo de constituição de sentidos nas *fake news*, Mariani e Dela Silva (2019, p. 9) afirmam que “se os processos de gerenciamento e ruptura dos sentidos constituem qualquer discursividade, torna-se crucial compreender como grupos hegemônicos trabalham sua permanência nas instâncias de poder, intervindo na produção simbólica a fim de impor uma única significação”. Quanto ao jogo de forças, Indursky (2019, p. 16) acrescenta que “o discurso político se constitui a partir dessas diferentes práticas discursivas em tensão, indicativas de um jogo de forças desiguais em luta pelo poder”. Ou seja, temos o político em associação a matrizes coloniais de opressão na desinformação, determinando o jogo de forças na constituição dos sentidos numa sociedade hierarquizada.

2.2 CONCEITO EM PROPOSIÇÃO: *discursividade desinformativa* considera funcionamentos e natureza complexa do arquivo

Ainda que este estudo não dê conta de investigar e aproximar todas as contribuições analíticas já consolidadas e outras em andamento na Análise do Discurso sobre a desinformação, este apanhado é organizado como base teórica para a sistematização do conceito de *discursividade desinformativa*, proposto nesta tese. Considerando sua constituição atravessada por um contexto sócio-histórico /discursivo, cujas especificidades demandam um olhar atento dos movimentos de

análise, em diálogo com outras áreas de saber. O primeiro aspecto a ser considerado é a emergência do fenômeno global da desinformação. A questão que se impõe é como observar o funcionamento da discursividade e sua inscrição nos discursos constituídos e em circulação no amplo escopo da desinformação? Quais as marcas e as regularidades da *discursividade desinformativa*?

Partir exclusivamente de uma leitura discursiva e isolada de outras áreas do conhecimento não dá conta do alcance do fenômeno. Estamos diante de um objeto de análise que demanda esforços multidisciplinares, considerando dimensões e especificidades discursiva, política, tecnológica, digital, racial, jurídica econômica e sociocultural dentre outras. O propósito de sistematizar o conceito parte de uma inquietação e para não dizer de uma dificuldade real em lidar com o funcionamento de um *corpus* de arquivo *heterogêneo*, no que diz respeito às diferentes instâncias, de discursos fundadores às fake news, acessadas nesta tese.

Encontro em Orlandi (2011) um direcionamento teórico que aponta entre as tarefas do analista explicitar o tipo de discurso proposto e principalmente mostrar o que o constitui. A partir da observação e estudo de análises distintas, a autora reconhece a raridade de analistas que tratam da tipologia discursiva implícita na análise: “isso decorre tanto do desconhecimento da função da tipologia em análise de discurso, quanto ao desconhecimento dos diferentes critérios que instituem as diferentes tipologias” (idem, p.219). O contato com o estudo de Orlandi sobre as *tipologias do discurso* mostrou que a minha dificuldade compreendia identificar um *certo lugar*, no qual a heterogeneidade do *corpus* passava a funcionar numa mesma regularidade. O que significava situá-la para além de sua “relação parafrástica no arquivo” (Zoppi-Fontana, 1999, p. 212) e do que Guilhaumou (1983) diz sobre “relações co-referencialidade”.

Quero dizer com isso que tanto a “relação parafrástica no arquivo” quanto as “relações co-referencialidade” são imprescindíveis para o gesto de análise em si, mas não respondem, no caso específico desta tese, minha inquietação quanto à identificação da maneira como o *corpus* se insere num contexto ideológico/desinformativo amplo. Novamente, Orlandi mostra que a reflexão sobre a tipologia é antes de qualquer gesto “uma reflexão sobre as condições de produção

da *análise*” (idem, p.219). Algo passível de ser pensado como um discurso, na perspectiva constituída em condições específicas:

A meu ver, o fato de se usar uma ou outra tipologia dá uma *direção* à análise. Diante de um material a ser analisado, o fato de se utilizar uma ou outra tipologia resultará em um recorte que é seletivo, isto é, que salientará este ou aquele dado, este ou aquele traço. Acreditamos ainda que a escolha da tipologia não se faz “em abstrato” mas deriva da concepção de discurso do analista, da sua posição em relação ao problema da ideologia, do modelo de análise que utiliza, do domínio de conhecimento no qual se insere, etc. [...] de forma geral, isso tudo, dizendo-se que a escolha da tipologia, na análise, deriva dos objetivos da análise proposta. Além disso, na relação com os objetivos, entra um outro fator também decisivo que é o da *natureza do texto*. Assim são esses dois fatores em sua relação que consideramos como dominantes na escolha da tipologia que vai fazer parte das condições de produção da análise: o *objetivo da análise e sua relação com a natureza do texto* que é o objeto e o objeto da análise (Orlandi, 2011, p 219 -220).

Assim, Orlandi ajuda a entender que o entrave com o *corpus* era de outra ordem de realidade, referindo ao modo de articulação no que entendo ser um tipo específico de *discursividade*, cujos enunciados buscam eficácia ou melhor se constituem na desinformação. Dito de outra maneira, trago a *discursividade desinformativa*, inscrita no que a autora trata por uma tipologia “historicamente marcada” que surge “de uma necessidade metodológica específica cuja origem e importância deriva de uma época *determinada*” (2011, p. 225). A determinação histórica corresponde, desse modo, à força material da *discursividade desinformativa*, afetando não apenas os discursos sobre raça, gênero, religião, política etc. Para Orlandi (2012, p. 104), “a determinação histórica na constituição dos sentidos e dos sujeitos tem uma forma material concreta distinta nas formas sociais”.

Considerar a determinação histórica significa refletir sobre o funcionamento das novas tecnologias na constituição da *discursividade desinformativa*. Parafrasticamente a Mazière (2019, p.122), assim como o que Pêcheux propõe, trabalho com andaimes, “isso que se coloca sobre a fachada de uma casa para subir até o teto dela”. Longe do que seria chegar, metaforicamente ao teto/topo da desinformação, trago para a reflexão o que entra em funcionamento na base de um conceito que se constitui, nesta pesquisa, pela exploração e não pelo engessamento.

Proponho, desse modo, as *discursividades desinformativas* inscritas no que Pêcheux (2015, p.115-116) define como “*objetos paradoxais*” (povo, direito, trabalho, gênero, vida, ciência, natureza, paz, liberdade). Acrescento raça à lista, categoria pouco observada nos estudos empreendidos pelo autor, porque entendo que na desinformação tais objetos não funcionam apenas em relação às forças móveis que conduzem ao que Pêcheux (idem, ibidem) entende por “mudanças confusas que levam a concordâncias e oposições extremamente instáveis”. Os objetos paradoxais se vinculam a valores morais, religiosos e raciais que remetem à regulação do gênero e da raça ideais, conforme veremos na análise do *corpus*.

Pensar a historicidade das *discursividades desinformativas*, portanto, significa explorar o modo como a formulação e a circulação articulam-se como tábuas basilares de um processo discursivo ideologicamente marcado em gradações distintas, quanto à volatilidade, evanescência e diluição do real (Orlandi, 2021) hiperescala e sentidos virais (Santos, 2019), efeito-rumores (Silveira, 2019), torções, boatos, fake news, dentre outros. Retomo Wardle e Derakshan (2017), a partir de Recuero e Soares (2021, p. 6), para reiterar a elasticidade do que entendo como *discursividades desinformativas* e tentar estabelecer uma relação discursiva entre conceitos e distinções propostas.

Ao estabelecer os principais marcadores do que conceituam por “Desordem desinformativa”, Wardle e Derakshan (idem, p. 26) trabalham a desinformação enquanto informações falsas, manipuladas ou fabricadas com o objetivo de enganar, causar danos, prejudicar pessoas, instituições e alterar fatos tipificadas da seguinte maneira:

- (1) o conteúdo enganoso, usado para criar um enquadramento negativo
- (2) conteúdo impostor, ou seja, conteúdo publicado por fontes impostoras de fontes reais;
- (3) conteúdo fabricado (que se aproximaria mais da noção de “*fake news*”), em que são divulgadas informações completamente falsas;
- (4) falsa conexão, ou seja, quando uma conexão falsa é criada entre dois conteúdos, como título e texto;
- (5) falso contexto, quando um contexto falso é oferecido para um conteúdo verdadeiro e;
- (6) conteúdo manipulado, quando um conteúdo verdadeiro é manipulado para enganar (Wardle e Derakshan, 2017, p. 26).

A retomada das tipificações propostas por Wardle e Derakshan (idem) com as quais dialogo teoricamente na perspectiva dos estudos de mídia/desinformação,

implica em seguir problematizando um pouco mais o contexto de produção das *discursividades desinformativas*. Ao se referir à materialidade da produção de determinadas teorias, Paveau (2019, p. 288) situa as décadas de 1960-1970, como períodos em que “a produção do discurso era considerada como proveniente do sujeito individual, mesmo se o coletivo do discurso pudesse daí emanar”. Isto posto a autora se volta à centralidade dos avanços de comunicação e de mídia, os processos de globalização de ideias e discursos como propulsores de mudança na natureza das discursividades “muito mais coletivas, que elas podem ser pseudônimas e até anônimas, e automáticas mesmo”, diz em referência às produções discursivas algorítmicas”.

Sobre o efeito da algoritmização, outros aspectos devem ser considerados nas *discursividades desinformativas*. Em trabalho anterior (Santos, 2020, p. 76), relaciono “escolhas” algorítmicas a demandas de grupos específicos por entender que “ainda que o funcionamento do algoritmo vincule-se a padrões matemáticos de programação, a resposta esperada da ação algorítmica está intrinsecamente associada a uma exterioridade, a uma demanda social”. Avançando um pouco mais, preciso refletir sobre a circulação por meio de processos tecnológicos responsáveis pelo agrupamento de interlocutores. Dentre as mudanças que entram em funcionamento, a construção algorítmica de interlocutores tem potencialidade de disseminar e viralizar a desinformação em escalas impensáveis, se considerarmos o alcance e a velocidade da circulação nos últimos 50 anos.

Nas *discursividades desinformativas*, a viralização é responsável pela disseminação de sentidos manipulados, forjados de acordo com interesses específicos e ideologicamente localizados. Para Santos (2020, p. 14), dentre os problemas decorrentes da formação mecânica de grupos de interlocutores, estão os processos de inclusão e exclusão e de silenciamentos³⁰. Gillespie (2018, p. 115) faz uma crítica contundente à mediação algorítmica presente não apenas no que denominamos *discursividades desinformativas*, mas no compartilhamento de informações de um modo geral, especialmente ao modo “como essas tecnologias, não apenas tecnologias de avaliação, mas de representação, ajudam a constituir e codificar os públicos [...] que de outra forma não existiriam, exceto quando os

³⁰ Silenciamento, conforme proposto por Orlandi (2007).

algoritmos os convocam”. Concordando com o autor, entendo que o funcionamento de tais representações, criadas com base em critérios de inclusão e exclusão desconhecidos, ainda assim, podem vir a ser tomados em seu “efeito-verdade”.

A ênfase dada aos processos de inclusão e exclusão mediadas pela formação algorítmica nas *discursividades desinformativas* justifica-se no fato de que a desinformação, ainda que descolada de uma base material, tem potencial de colocar em funcionamento sentidos sobre raça, classe social e gênero, interpelando sujeitos e impactando na construção de subjetividades, conforme veremos na Seção 5. Nesse sentido, circulação em hiperescala, viralização, constituição mecanizada de grupos de interlocutores em redes e/ou plataformas digitais, dentre outros já elencados nesta seção e ao longo da pesquisa, representam dispositivos emergentes que impactam a constituição, a formulação e a circulação de diferentes tipologias de discursos que inserimos no conceito de *discursividades desinformativas*.

Nas *discursividades desinformativas*, os três eixos (constituição, formulação, circulação) propostos por Orlandi (2012) estão implicados na produção do discurso, no que Pêcheux (1988) propõe como “efeito de simulação”. Num movimento analítico de reconfiguração do sintagma “efeito de simulação”, trazido por Pêcheux (idem), Ernst, Silva e Vieira (2019, p. 116-117) avançam para a “noção de ‘encobrimento’ das condições de existência. Simulação, encobrimento e mascaramento” são apresentados como termos-chave. Nesse esforço teórico de conceituação, é necessário reconhecer que determinados aspectos descritos não são exclusivos das *discursividades desinformativas*. Mas nelas têm seu funcionamento na simulação, na manipulação, de processos discursivos, disputas de sentidos e poder. E neste ponto, parafrasticamente, reitero que, assim como a *espécie* discursiva (Pêcheux e Fuchs (2014/1975, p.163), as *discursividades desinformativas* pertencem ao gênero ideológico.

Se como Weissberg (1993, p. 117) nos diz que “cada época teve seus simulacros”, levando em conta as condições materiais de nosso tempo, inscrevo as *discursividades desinformativas* no simulacro emergente, no qual tem-se a simulação materializada no intradiscurso. A memória em funcionamento nas *discursividades desinformativas* é, portanto, *discursiva* o que de acordo com

Courtine (2014, p. 105-106) “diz respeito à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos”. Trata-se da materialidade articulada à encenação do trabalho do sentido sobre o sentido.

Como Indursky (2011, p. 87) afirma:

a memória discursiva também diz respeito aos sentidos que devem ser refutados. Ou seja: ao ser refutado um sentido, ele o é também a partir da memória discursiva que aponta para o que não pode ser dito na referida FD. A memória discursiva ainda tem um outro funcionamento: é em função dela que certos sentidos são esquecidos”, ou seja, certos sentidos que, em um determinado momento podiam ser produzidos no seio de uma FD, em função de mudanças conjunturais, não podem mais aí ser atualizados, lembrados.

Trazendo a questão autorização/desautorização de sentidos a partir do que Indursky (idem, ibidem) pontua, na relação entre a *formação discursiva* e a *memória discursiva*, postulo que nas *discursividades desinformativas*, o dito autorizado tem seu funcionamento reforçado por um sofisticado processo de repetibilidade. Refiro-me à articulação entre circulação em hiperescala e viralização. Ou seja, tem-se a repetição, em velocidade instantânea, o que nos leva ao que é posto por Courtine e Marandim (2016, p. 45-46), ao afirmarem que “se os discursos se repetem, é porque eles são repetidos.” Ainda que a retomada não se dê em termos de literalidade, ela não pode ser creditada a uma situação discursiva de casualidade. Para tais autores, “os discursos são repetidos, ou melhor, há repetições que fazem discursos: é nesse ponto que se conectam à problemática da eficácia ideológica ‘um discurso pega quando o retomamos’”. Desse modo, entendo que é pela via da repetibilidade/circulação que o campo ideológico se cristaliza, nas discursividades desinformativas, autorizadas por uma rede de memória racista, misógina e cisheterossexista, conforme veremos na análise do *corpus*.

Prossigo com base na contribuição de Courtine e Marandim (2016, p. 47) quanto a especificidade da repetibilidade nas *discursividades desinformativas* às quais inscrevo no que os autores propõem por repetição vertical³¹, referindo-se ao *não dito* enquanto o discurso oculto, próprio da manipulação e de “estratégias “(a ideologia como complô, o discurso como mentira...)”. A conjunção de repetibilidades

³¹ A repetição vertical é a modalidade referente ao que não é da série de formulações que formam enunciado, mas ao que parte do que se repete, um não sabido, não reconhecido que se desloca.

traz para a centralidade o fato de que lembrança e esquecimento, retomada e silenciamento, no âmbito das discursividades desinformativas são da ordem do e sobre o político nas formações discursivas que o representa.

A proposta de sistematizar o conceito de *discursividades desinformativas* é, portanto, um modo de tratá-las discursivamente em sua heterogeneidade e abrangência ideológicas. É também uma entrada que propõe articulá-las não apenas às práticas neoliberais, mas considerar o avanço da extrema direita no Brasil. As *discursividades desinformativas* constituem, desse modo, uma encenação discursiva em constante alteração, para que se complete nelas, e a partir delas, o funcionamento ideológico esperado.

3 SEQUÊNCIA DISCURSIVA DE REFERÊNCIA E RELAÇÕES PARAFRÁSTICAS NO ARQUIVO DA DESINFORMAÇÃO

A historicidade da Sequência Discursiva de Referência (SDR) “Deus, Pátria e Família” ocupa a centralidade desta seção, bem como sua relação com a atualidade e a memória de determinadas formulações, também inscritas no âmbito das *discursividades desinformativas*. Por meio da análise, esse é o momento de estabelecer na SDR a “relação parafrástica no arquivo” (Zoppi-Fontana, 1999) e “relações co-referencialidade” (Guilhaumou, 1983). É importante demarcar que a seção não se refere especificamente às fake news, mas à complexidade da desinformação, cujo efeito desinforma sentidos sobre raça, classe social e gênero. Para efeito de análise, a observação do funcionamento de Deus, Pátria e Família, articula dispositivos da Análise do Discurso em diálogo autores do pensamento negro.

3.1 SEQUÊNCIA DISCURSIVA DE REFERÊNCIA: trajeto temático na simulação de raça, classe social e gênero forjados em matrizes coloniais

Parto da concepção de que associadas à memória e à atualidade das discursividade desinformativas, dos *discursos fundadores* as fake news são determinantes para o reconhecimento das diferentes matrizes de sentido e contradições ideológicas, em funcionamento nas formulações que simulam classe social, raça, gênero e sexualidade. Desse modo, a eleição de um *corpus* principal constituído por uma SDR possibilita o reconhecimento da extensibilidade do funcionamento da *memória discursiva* e da identificação do lugar ténue em que essa memória encontra, na desinformação, o intradiscursivo, o pré-construído³² (o que já se encontra lá, e fora pensando em outro dado momento).

A análise da SDR “*Deus, Pátria e Família*” representa a entrada da análise no simulacro através do qual identifico, a partir da contribuição de Robin (2016, p. 144), “[...] suas ocultações, seus recalques, derivas, delírios, retornos, banalizações e

³² Ver Pêcheux (2014, p.89) e Paveau (2013, p.74-75).

deformações”. Nessa perspectiva, considero que entender a relação entre as conjunturas na alternância entre “memórias” e “atualidades” (Pêcheux, 2015, p.19) é relevante para a determinação do modo como os discursos se reproduzem nas *discursividades desinformativas*. Ou melhor dizendo, em sua formulação, incitando efeitos de sentido, cuja base material é a desigualdade, em diferentes níveis. Desse modo, a formulação de referência funciona, em associação ao domínio da memória,

[...] constituído por um conjunto de sequências discursivas que pré-existem à sdr, no sentido em que algumas formulações determináveis na sequencialização intradiscursiva que a sdr realiza (que nomearemos “formulações de referência”) entram com formulações que aparecem nas sequências discursivas do domínio da memória, em redes de formulações das quais serão analisados os efeitos que a enunciação de uma sdr determinada produz no interior de um processo discurso (efeitos de lembranças, de redefinição, de transformação, mas também efeitos de esquecimento, de ruptura, de denegação do já dito) (Courtine, 2014, p. 112).

Ainda na reflexão sobre a formulação, avanço na trilha da memória interdiscursiva, no intuito de encontrar em tais “redes de formulações” os efeitos de sentido, constituídos nos dizeres, e as *condições de produção* que sustentam matrizes referentes a discursos fundadores racializados e racistas. Busco mostrar o modo como a (re)formulação “Deus, Pátria e Família” tem respaldo “nos processos de produção do discurso” (Pêcheux, 2014, p. 78). Isso indica que “[...] num estado dado das condições de produção de um discurso, os elementos que constituem esse estado não são simplesmente justapostos, mas mantêm entre si relações suscetíveis de variar segundo a natureza dos elementos colocados em jogo” (idem, p. 85). É, portanto, no emaranhado de redes discursivas de viés autoritário, sexista e racista que examino as *condições de produção* que consolidam o fenômeno de retomada, na desinformação, de seu caráter “regional” (Pêcheux, 2014, p. 132).

Em se tratando dos sentidos e das orientações, enquanto “objetos ideológicos”, Pêcheux afirma que

sempre fornecidos ao mesmo tempo que a “maneira de se servir deles”- seu “sentido”, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem -, o que se pode comentar dizendo que as ideologias práticas são práticas de classe, (de lutas de classes) na ideologia. [...] É aí, na verdade, que o vínculo contraditório entre produção e transformação das relações de produção se liga ao nível ideológico na medida em que não são os objetos” ideológicos

regionais tornados um a um, mas sim o próprio desmembramento em regiões (Deus, a Moral, a Lei, a Justiça, a Família, o Saber etc.) (Pêcheux, 2014, p.132).

É possível, então, estabelecer, por um lado, uma simetria discursiva entre os “objetos ideológicos” e a base material das *discursividades desinformativas*, tendo em conta as formulações que operam na regularidade, nos movimentos de retorno e, predominantemente, no reforço às desigualdades regionalizadas quanto à Moral, a Deus, à Pátria e à Família e à raça. Por outro lado, o recorte interseccionalizado possibilita a horizontalização no campo das lutas ideológicas travadas na formulação da desinformação.

Considerando tal urgência, recorro à afirmação de Davis, para quem

é preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Precisamos refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (Davis, 2011).³³

Nessa perspectiva, a horizontalização é posta como um meio de garantir a simetria entre raça e classe social, na medida em que uma vez interseccionadas elas modulam sentidos das lutas ideológicas empreendidas, não apenas no campo da linguagem, mas, conforme apontado na introdução deste trabalho, na exploração de corpos que escapam à norma cisheterossexista, reproduzida no/pelo sistema capitalista. Considerando as reflexões de Orlandi (1993) na problematização dos discursos sobre a formação do país e a construção do que viria a ser um projeto articulado de identidade nacional, que emerge e passa a se constituir ao tempo em que

irrompe pelo fato de que não há ritual sem falhas, e ele aproveita fragmentos do ritual já instalado - da ideologia já significativa - apoiando-se em “retalhos” dele para instalar o novo [...] Assim, ele sustenta o sentido que surge e se sustenta nele. Intervém no já dado, no já-dito. [...] Cria tradição de sentidos projetando-se para frente e para trás, trazendo o novo para o efeito de permanente. Instala-se irrevogavelmente. É talvez esse efeito que o identifica como fundador: a eficácia em produzir o efeito do novo que se arraiga no entanto na memória permanente (sem limite). Produz desse modo o

³³ As mulheres negras na construção de uma nova utopia. In: Gelédes, 12 jul. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

efeito do familiar, do evidente, do que só pode ser assim (Orlandi, 1993, p. 13-14).

A instalação do processo do discurso fundador, suas filiações e sua eficácia fortalecem o já-dado na e a partir das formações discursivas originárias, retomadas na emergência de outros enunciados que tentam reconstituir efeitos de sentido de Pátria. Em um funcionamento mais amplo, a partir do que é posto por Orlandi (2008), (re)monta aos “discursos da descoberta” (p.18), aqueles que, pensados no campo discursivo, tratam a história na perspectiva da produção de sentidos e não em seu aspecto meramente episódico e cronológico.

A problematização materializada na SDR “Deus, Pátria e Família” é desenhada na perspectiva discursiva desde os discursos fundadores, materializados a partir do texto de Karl Friedrich Phillip von Martius (1794-1868), passando pelas bases e práticas da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)³⁴ até às retomadas posteriores, a partir de 2018, por meio de slogans, falas públicas e notícias falsas, conforme apresentado na Seção 4.

A fragmentação da análise é demandada por processos parafrásticos estabelecidos entre os episódios integralistas de 1932 e 2018, com a utilização do slogan do governo federal, na gestão do ex presidente da República Jair Messias Bolsonaro, “Brasil acima de tudo. Deus, acima de todos”. É preciso destacar que a ênfase na questão parafrástica é fundamental na construção do tipo de análise que proponho, intercalando sequências entre memória e atualidade, na medida em que tais processos são constitutivos tanto da produção quanto das matrizes de sentido. Sobre esta indissociabilidade, Pêcheux e Fuchs (2014/1975, p.167) argumentam que:

a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar a “matriz do sentido”. Isto equivale a dizer que é a partir da relação no interior desta família que se constitui o efeito de sentido, assim como a relação a um referente que implique este efeito [...] Na realidade, afirmamos que o “sentido” de uma sequência só é materialmente

³⁴Definido como a fusão entre movimento e partido políticos de extrema direita, o Integralismo brasileiro se estabelece no país na década de 1930. Com forte influência de práticas fascistas foi fundado em 1932 com a alcunha de Ação Integralista Brasileira (AIB). Sob a liderança do jornalista Plínio Salgado, o integralismo brasileiro tinha por lema “Deus, pátria, família”.

concebível na medida em que se concebe esta sequência como pertencente necessariamente a esta ou aquela formação discursiva.

Por hora, busco retomar a historicidade das SDR desde os anos de 1840, período em que alguns dos mais representativos, ainda que questionáveis, discursos sobre a formação dos sentidos autoritários e racializados de Pátria, Brasil, Família e, consequentemente, raça, classe social e gênero foram forjados por meio de discursividades desinformativas.

3.2 DEUS: uma alegoria patriarcal e eugénista a serviço da ideologia dominante

Fé e capital não caminham apartados. A observação do funcionamento discursivo da temática *Deus*, marcada textualmente na SDR “Deus, Pátria e Família” é feita neste estudo na perspectiva interseccional na qual classe social, raça e gênero, alternam-se na centralidade da análise, de acordo com demandas do recorte da materialidade discursiva analisada. Busco estabelecer uma relação entre as *condições de produção*, postas como materialidades determinantes nos processos de retomada dos sentidos “Deus” e seu imbricamento religioso, na constituição das *discursividades desinformativas*. Pêcheux (2014, p. 78) alerta para a importância de que sequências discursivas *fechadas* sejam referidas em relação a outros discursos possíveis, “a partir de um estado definido das condições de produção”.

Para evitar o que seria uma análise isolada e alheia aos deslocamentos da *memória discursiva* do discurso religioso, trato, então, das idas e vindas articuladas sobre a memória que constitui a (re) atualização na abstração do que “Deus” representa, e o farei a partir de alguns questionamentos:

- 1- Quais os efeitos de o sentido de “Deus” na SDR?
- 2- Que tipo de fé entra em funcionamento na retomada da memória de e em “Deus”?
- 3- Interdiscursivamente, podemos pensar em formações discursivas “únicas” que autorizam os sentidos de “Deus”?

As possíveis respostas serão buscadas no diálogo entre a Análise do Discurso e as narrativas sobre a crença em um Deus monoteísta, postas em circulação a partir do contexto colonial brasileiro.

Ao contrário dos procedimentos analíticos utilizados na observação de e sobre os sentidos de “Pátria”, momento em que faço uma digressão mais ampla e centrada no período da colonização, buscando estabelecer outras entradas discursivas no lugar de fundação da nação e de seu respectivo Deus; procuro somar, no entanto, à reflexão colonialista, agenciamentos discursivos mais atuais, ainda que articulados a sentidos anteriores.

Demarco um recorte analítico específico na configuração que reorganiza as religiões professadas no país, num funcionamento marcado pela intolerância e pelo racismo religioso. Contudo, cabe destacar que a ocorrência de processos severos de exclusão remonta ao Brasil Colônia, desde quando o efeito de sentido da fé única (cristã) tem início com a dizimação das práticas religiosas e simbólicas dos povos originários mais precisamente, a ação da Ordem dos Jesuítas, mantendo-se em funcionamento no escopo da doutrina cristã até os dias atuais. É importante destacar, conforme Bispo dos Santos (2023, loc. 80), que a imposição de um deus único gerou “uma disputa permanente” na dinâmica das práticas religiosas no Brasil. Disputas essas ainda mais acirradas no contexto das condições de produção em funcionamento no simulacro das discursividades desinformativas.

A partir de 1549, sob o comando de padre Manuel da Nóbrega, o extermínio reproduz sistematicamente tais efeitos sobre a *fé em um único Deus*, impossibilitando qualquer tipo de deslocamento para o que seria uma pluralidade religiosa. De acordo com Ribeiro (1983, p. 85), o resultado para as sociedades tribais foi devastador e corrosivo ao “desacreditar suas crenças e desmoralizar seus valores, ao demonstrar que seus deuses são impotentes; suas verdades, ilusões; suas virtudes, fanfarronadas; porque o único fato incontestável é o poderio, a sabedoria e a perversidade dos homens brancos”. Desse modo, tem-se a articulação entre fé e raça, operando sempre na perspectiva do dominante e a partir da inquisição.

Nesse sentido, a reflexão sobre discursos intolerantes no campo da religiosidade no Brasil passa, necessariamente, pela imposição de um sistema discursivo que opera na exclusão. Sendo assim, situo tais circunstâncias em bases discursivas intolerantes e autoritárias.

A intolerância está na raiz das grandes tragédias mundiais. Foi à intolerância que levou países a construir um sistema de apartheid ou a organizarem campos de concentração. Por trás de cada manifestação de barbárie, que a humanidade teve a infelicidade de assistir e testemunhar o que redundou em numerosos massacres e extermínios esconde-se a intolerância como arquétipo e estrutura fundante (Guimarães, 2004, p. 28).

Trata-se de estrutura fundante em sua relação, com o ir e vir da “filiação” discursiva, nos termos de Orlandi (1993, p. 14), que irrompe o novo com efeito de permanente. Para a referida autora, “é talvez esse efeito que o identifica como fundador: a eficácia em produzir o efeito de novo que se arraiga no entanto, na memória permanente (sem limite)” (idem, ibidem). Nessa perspectiva, o funcionamento da permanência e reprodução da ideia de subjugar e submeter o sentido de “Deus” é determinante no gesto de análise aqui empreendida. Ou seja: “Deus” como uma formação discursiva específica em associação aos valores, crenças e necessidades da classe dominante, em diferentes instâncias, do político ao religioso. Uma alegoria higienista que personifica *Aquele* (grifo meu para a marcação do gênero masculino) que limpa e afasta *a sujeira*, posta como o diferente, o que não se submete aos padrões da fé constitutiva do capital.

Em se tratando de “Deus”, trago para a reflexão inicial uma epígrafe³⁵ do bispo Edir Macedo, destacada por Nogueira (2020):

Dedico esta obra a todos os pais-de-santo e mães-de-santo do Brasil porque eles, mais que qualquer pessoa, merecem e precisam de esclarecimento. São sacerdotes de cultos como umbanda, quimbanda e candomblé, os quais estão na maioria dos casos, bem intencionados. Poderão usar de seus dons de liderança ou de sacerdócio corretamente, se forem instruídos. Muitos deles, hoje são obreiros ou pastores de nossas igrejas, mas não o seriam se Deus não levantasse alguém que lhes dissesse a verdade (Macedo, 1998, p. 5 apud Nogueira, 2020, p. 22, grifo meu).

³⁵ Refere-se à introdução do livro *Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios?* (1998) de autoria de Edir Macedo, bispo da Igreja Universal do Reino de Deus.

A epígrafe em questão corrobora não apenas a ideia do uso de “Deus” como um conceito em constante deslocamento, como também remete parafrasticamente aos “objetos ideológicos” referidos por Pêcheux (2014, p. 132). Da perspectiva discursiva materialista, concebo “Deus” construído na e a partir das lutas de classes. Com base no referido autor, considero que há, em tal recorte, o funcionamento do objeto ideológico “Deus”, desmembrado numa região específica e bem marcada, na qual “as relações de desigualdade, subordinação entre essas regiões constituem a cena da *luta ideológica de classes*” (idem, ibidem).

Considerar “Deus” enquanto discurso não é novidade nos estudos empreendidos no campo da Análise do Discurso. Pêcheux (2014, p. 164-165) dedica um tempo analisando o modo como a *formação ideológica religiosa* (grifo do autor) está diretamente ligada à produção e à ideologia dominante. Ainda que o exemplo se refira à produção feudal, interessa a relação entre os sujeitos e o “Deus” que constitui a tríade que nomina a SDR “Deus, Pátria e Família” e os deslocamentos de sentido retomados, ainda que estejam aparentemente esquecidos, na medida em que

Uma formação discursiva existe historicamente no interior de determinadas relações de classe; pode fornecer elementos que se integram em novas formações discursivas, constituindo-se no interior de novas relações ideológicas, que colocam em jogo novas formações ideológicas. Por exemplo (e isto seria igualmente objeto de verificação histórica), podemos adiantar que as formações discursivas evocadas acima, desaparecidas enquanto tais, forneceram ingredientes que foram “retomados” em diferentes formas históricas (Pêcheux, 2014, p. 165).

A cena sobre a qual me debruço é exatamente a que remete ao teatro religioso montado pelo bispo/autor/empresário³⁶. No caso em questão, o discurso religioso em Macedo (2021) é representado no intradiscurso de um líder da Igreja Universal do Reino de Deus, que ironicamente simula ser aquele a quem Deus escolheu para trazer a verdade. Desse modo, parto de uma memória da fé professada pelo cristianismo católico, abordada no início da subseção, para o intradiscurso do cristianismo evangélico neopentecostal. Trata-se, portanto, de formações discursivas distintas e em deslocamento, sob uma mesma base

³⁶ Além de fundador e líder da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo Bezerra é proprietário do Grupo Record e da RecordTV, considerada a segunda maior emissora de televisão do Brasil.

ideológica: a manutenção do “Deus” único, representado nas principais religiões monoteístas (judaísmo, islamismo e cristianismo), em suas diferentes vertentes.

Concordo com Nogueira (idem, p. 24) em relação aos grifos que remetem respectivamente ao jogo de oposição e polarização no qual situo esclarecimento X desinformação; correto X errado; instrução X ignorância. E acrescento que o bispo Edir Macedo (idem) estabelece ainda a separação de campos semânticos entre o que seria a verdade, representada pela Congregação formada por cristãos evangélicos neopentecostais, em oposição à suposta mentira assentada na religiosidade afrobrasileira. Dessa maneira, tem-se o “inimigo” nominado. Se antes o inimigo era a crença e o simbolismo religioso dos povos originários (indígenas), aqui a oposição é à fé de matriz africana.

Penso também que a dedicatória, a princípio, representaria a oferta de algo ou até mesmo a disposição para o contato, num reforço ao sentido de superioridade para com aquele que necessita ser comunicado ou até mesmo alertado sobre algo. Estabelece-se aí a verticalização hierárquica entre o grupo que comunica e que, portanto, está com a palavra. Nesse caso, a *palavra* de Deus está franqueada ao seu auto intitulado porta-voz. Para Pêcheux (2016, p. 93), o porta-voz é definido como aquele que “permite identificar por quem a demanda pública é feita”; o “agente enunciativo”, aquele que, conforme Conein (2016, p. 88-89), cabe “falar *por e em nome de*”. Para Zoppi-Fontana (2014, p. 79), há uma “relação imaginária de representação, pela qual o porta-voz se destaca do grupo originário como seu legítimo representante; operação de universalização, pela qual essa operação primeira de divisão é apagada pela legitimação jurídico institucional”.

Na dinâmica do recorte deste trabalho, o bispo, enquanto figura de porta-voz dos cristãos evangélicos neopentecostais, situa os fiéis diante de um Deus que não apenas toma partido por determinado credo religioso, mas que também escolhe e marca os seus seguidores prediletos: o “povo de Deus”, compulsoriamente nominado nas palavras de um orador autorizado pela Congregação que representa.

Ao analisar a formulação “*foi Deus que mandou votar sim*”³⁷, Indursky (2019) oferece uma contribuição importante para a compreensão do avanço e do alcance do simulacro³⁸ do discurso religioso no político. A autora entende que a subversão decorrente do simulacro faz com que a declaração de voto soe “como pura ficção” (idem, p. 93). Desse modo, teríamos “a dissimilitude exposta explicitamente”, incorrendo num simulacro de FD religiosa, neste caso, destituída de semelhança, mas transformada numa “cópia da cópia, cuja semelhança degradou-se” (idem, *ibidem*).

Sobre a ação da subversão, Indursky (2019) chama atenção para o que seria o “esvaziamento do sentido de Deus, tal como seria produzido em uma FD religiosa”. Mas não apenas o esvaziamento, ao afirmar que a incumbência do voto reflete a vontade de Deus, o enunciador remeteria a um “Deus, por sinal, muito tagarela e além disso, muito politizado, esse Deus...”. Embora focada no enunciado *foi Deus que mandou votar sim*, a análise de, quanto ao simulacro da encenação do político, Indursky abriu a possibilidade de pensar a inclusão das *discursividades desinformativas* na perspectiva de uma ação discursiva da ordem do consciente:

Se estivermos lidando com um simulacro de cena política, como sustento que é, esta declaração de voto não é mais da ordem do esquecimento número 1, afetado pela inconsciente. A passagem de uma FD Religiosa para um seu simulacro, se faz pelo deslizamento do esquecimento número 1 ao esquecimento número 2, espaço com **relativa** autonomia do sujeito como nos ensinou Pêcheux ([1969] 1990). Nesse deslizamento, o sujeito que enuncia, se movimenta em uma zona entre pré-consciente/consciente. Este simulacro da cena política se faz com base em uma similitude desprovida de semelhança. Daí ser uma falsa cópia da cena política, própria da encenação” (Indursky, 2019, p. 94).

Desse modo, entendo que nas *discursividades desinformativas* o certo “espaço com relativa autonomia” é tomado por uma incondicionalidade. O pré-consciente/consciente é da ordem do constitutivo na formulação da desinformação pelo político. Cabe observar também uma convocação discursiva no enquadramento de “Deus” em oposição ao demônio. Desse modo, a epígrafe não dá margem à

³⁷ Indursky (2019, p.79-102) analisa declarações de deputados federais que antecederam às sessões que autorizaram o processo de impeachment contra a então Presidente Dilma Rousseff, respectivamente em 31/08/2016 e 02/08/2017.

³⁸ A reflexão da autora (idem, p. 93) sobre simulacro é trazida na perspectiva de Deleuze.

dúvida: o diabo é colocado em simetria às religiões de matriz africana. Enquanto cristãos evangélicos neopentecostais coabitam a fé do senhor Deus, praticantes de outras vertentes religiosas são deslocados para o que é situado como a periferia da fé, espaços precarizados e subjugados pelo pensamento religioso dominante no discurso evangélico neopentecostal.

Para demonstrar o funcionamento dos dizeres que sustentam tal afirmação no discurso digital, extraí um trecho representativo da citada epígrafe, para apontar a relação entre religião e o estado de coisas dadas e que, portanto, possibilitaram o avanço da desinformação no Brasil. Na afirmação do bispo Edir Macedo, “muitos que já serviram como pais e mães de santo, hoje são obreiros ou pastores de nossas igrejas, mas não o seriam de Deus não levantasse alguém que lhes dissesse a verdade” (Macedo, 1998, p. 5 apud Nogueira, 2020, p. 22, grifo meu).

Ao dizer *muitos deles*, o referido autor sinaliza para o que seria a disputa por fiéis. E mais, evidencia a vantagem dos cristãos evangélicos neopentecostais no manejo de novos seguidores graças à eleição, por parte de Deus, de seu porta-voz, aquele a quem coube trazer a verdade em oposição às mentiras. Desse modo, se existe uma guerra por fiéis, as igrejas evangélicas neopentecostais ocupam posição de vantagem, para o crescimento de rebanho.

Compreender as *condições de produção* nas quais os efeitos do avanço de tal segmento religioso no Brasil é fundamental, na medida em que esse crescimento é determinante para o perfil das *discursividades desinformativas*, conforme será apresentado na próxima seção. Embora o recorte da epígrafe seja aparentemente relacionado unicamente ao racismo religioso cometido pelo líder de uma igreja evangélica neopentecostal contra as religiões de matrizes afrobrasileiras, trata-se também de um fenômeno que atinge a fé católica romana. Um imperativo é a impossibilidade de analisar tal fenômeno por filtros alheios à questão de classe social e raça. Se por um longo período da predominância do catolicismo romano no Brasil, nos quatro séculos que sucedem ao início da colonização portuguesa, é fortemente abalado pela disseminação das igrejas evangélicas, mais precisamente a vertente neopentecostal.

Algumas das justificativas relativas à classe social, apontadas por Spyer (2020, p. 70-71), para o declínio da popularidade católica romana incluem desde

problemas climáticos, fluxos migratórios e ocupação de bairros irregulares nos centros urbanos. A forte seca de 1980 gerou um grande contingente migratório do campo para as cidades, no período de estiagem severa ocorrido na década de 1980. Esse deslocamento ocasionou a ocupação urbana desordenada de áreas irregulares, desassistidas de estrutura de serviços públicos como saneamento básico, educação, saúde e serviços em geral, a exemplo da assistência religiosa.

Segundo o referido autor, soma-se às questões de ordem econômica e social o número reduzido de padres no Brasil, cuja relação é de 1 para cada 7,8 mil. Nesse sentido, “nos lugares em que os serviços do catolicismo não chegam, o culto evangélico atrai quem já é cristão e quer manter sua prática religiosa” (idem, ibidem).

Ainda que em nenhum momento a Igreja Católica seja nominada na epígrafe em questão, o intuito aqui é apontar de que maneira a expansão da fé determina a materialidade do sentido de “Deus”. E, num sentido mais amplo, os dizeres autorizam a intolerância na busca incessante pela instituição de uma crença única. De acordo com Spyer (2020, p.73), ainda que o número de católicos seja maioria no Brasil, o último censo realizado pelo IBGE aponta queda considerável do número de fiéis desde a década de 1970, caindo de 94% para 64%, em 2010. Um movimento ascendente inverso ao catolicismo romano, no entanto, atingiu as igrejas neopentecostais, que saltaram de 5,2% para mais de um quarto da população brasileira, em consideração ao mesmo período. Ainda segundo o referido autor, as projeções indicam que o número de católicos caíra para menos de 50% do contingente de fiéis, sendo ultrapassados por evangélicos até 2023.

O aumento da bancada evangélica no parlamento brasileiro e a entrada de pautas ultraconservadoras e de costumes são apenas alguns dos efeitos da curva ascendente do neopentecostalismo no país. Nogueira (2022, p. 25) relata que a fundação da primeira Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), em 1977, no Rio de Janeiro coincidiu com o aumento das violações e perseguições às Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTro). O II Relatório³⁹ sobre intolerância religiosa: Brasil, América Latina e Caribe, publicado em janeiro de 2023, apontou um aumento da violência no ano de 2021. O documento publicado pela Unesco mostrou que no

³⁹ O relatório, organizado pelo Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP) e pelo Observatório das Liberdades Religiosas (OLR), foi publicado pela Unesco em janeiro de 2023. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384250>. Acessado em: 13 mar. 2023.

quesito informações sobre o violador foi possível identificar que, em 56% dos casos, a violação de direitos partiu de evangélicos⁴⁰. Por sua vez, a maioria das violações foi cometida contra as religiões de matrizes africanas, consideradas as mais vulneráveis, seguida de judeus e católicos.

Vê-se, portanto, o nível máximo de entranhamento da intolerância e racismo religioso no Brasil, em oposição aos sentidos plurais de fé. De acordo Santos (2023, p. 16), a intolerância religiosa está entre os principais desafios contemporâneos “através das narrativas e dos fatos históricos, somos educados dentro das construções coloniais que impossibilitam quaisquer construções voltadas para as diversidades”. A compreensão de que a representatividade religiosa produz discursos de intolerância se ancora na concepção de Marx e Engels (2007), considerando que a ilusão no campo da religião pode se configurar na força motriz da história. Conforme os referidos autores, essa configuração de forças “põe a produção religiosa de fantasias no lugar da produção real dos meios de vida e da própria vida” (idem, p. 44).

Althusser aponta que

Deus se define a si mesmo portanto como o Sujeito por excelência, aquele que é por si e para si (“Eu sou Aquele que é”), e aquele que chama seu sujeito, o indivíduo que, pelo próprio chamado, está a ele submetido, o indivíduo chamado Moisés. E Moisés, interpelado – chamado por seu Nome, tendo reconhecido que “tratava-se certamente dele” se reconhece como sujeito, sujeito de Deus, sujeito submetido a Deus, *sujeito pelo Sujeito e submetido ao Sujeito*. A prova: ele o obedece e faz com que seu povo obedeça às ordens de Deus (Althusser, 1958, p. 101).

Uma vez localizada a relação raça, classe social e gênero como constitutiva dos meios de vida e da própria vida, é preciso encarar em que medida o avanço de evangélicos neopentecostais nos templos e no parlamento resulta num sentido racializado de “Deus”. É importante salientar o modo como esse imaginário incide nos discursos sobre raça, classe social e gênero, em perspectivas conservadoras, racistas e misóginas.

O modo autoritário como o manejo de “Deus” se dá na prática social brasileira, não apenas na perspectiva dos fiéis em si, mas de todo o discurso

⁴⁰ Guardadas as distinções com os protestantes tradicionais.

religioso neopentecostal e nas formações discursivas subjacentes a ele, resvalando para o político. Em sendo assim, a SDR constrói um sentido de “Deus” articulado ao político e à classe social dominante, num efeito de repetição e de retomada discursiva colonialista, na qual a Pátria é autoritária; “Deus” é branco, bíblico, punidor.

3.3 TAREFA CIVILIZATÓRIA RACISTA: a Pátria imaginária produz efeitos de sentidos totalitários

Inicialmente, busco apreender o modo como Pátria, palavra de origem latina e que designa “terra natal”, o “lugar de origem”, “pais de origem”, funciona na ordem das *discursividades desinformativas*. Pensando na etimologia da palavra e na língua a partir das interações e uso por parte dos falantes, volto à Pátria originária de *pater* (pai). A partir da raiz latina, identifico a possibilidade de outras construções associativas, tais como: (1) patriarcado, (2) patrimônio, (3) patriotas e (4) o pátrio poder, que, pela *memória discursiva*, coloca em funcionamento o jurídico e a base de formação dos sentidos de família no direito, relacionados aos valores tradicionais reproduzidos pela extrema direita.

Recorro apenas aos quatro exemplos associados à raiz latina, que adquirem um funcionamento específico na marcação do gênero masculino, dado o recorte desta pesquisa. Num processo de associação da etimologia aos sentidos ativados em e a partir de “Pátria”, é possível dizer que, linguisticamente, há, pelo menos, quatro considerações: um lugar de origem (1), marcado pelo gênero masculino na paternidade (2), o capital no patrimônio (3), um funcionamento de sentido ocidentalizado e a pertença do patriota (4), entendido como aquele que ama a Pátria, ao tempo em que se identifica e é reconhecido (autorizado) como parte desse lugar.

Busco identificar também de que maneira os sentidos de Pátria e nação, do latim *natio* (natural de) se articulam e, em muitos casos, se confundem. Neste ponto da análise, amplio o movimento analítico em direção ao conceito de nação, para

reconhecer os efeitos de sentido sobre território, agrupamentos, países; e no movimento interseccional, acrescento processos ritualísticos de origem afro-brasileira. Nação é um dos marcadores de diferenças religiosas e políticas encontradas nos agrupamentos de candomblé. Dentre elas, destaco: angola, jeje e ketu. Articulo tais sentidos com foco no trajeto de construção de algo da ordem do imaginário (na) e sobre a história da Pátria/nação Brasil.

Considerando que esta tese se inscreve numa perspectiva interseccional da concepção à conclusão, é desafiador extrair um episódio específico, substrato discursivo, a partir do qual outros sentidos sobre Pátria, classe social, raça e gênero foram/são forjados. Busco em Orlandi (2008) a compreensão de que o discurso das descobertas possibilita o estabelecimento e a existência de nossa história, enquanto um povo colonizado, e seus respectivos sentidos de e sobre a colonização. Para a referida autora,

a história se faz assim como um imaginário que, nesse caso, o dos relatos, os inscreve no discurso das descobertas que, por sua vez, é o discurso que “dá a conhecer o Novo Mundo”. O princípio talvez mais forte de constituição do discurso colonial, que é o produto mais eficaz do discurso das descobertas é reconhecer apenas o cultural e des-conhecer (apagar) o histórico, o político. Os efeitos de sentido que até hoje nos submetem ao “espírito” de colônia são os que nos negam historicidade e nos apontam como seres-culturais (singulares), a-históricos (Orlandi, 2008, p. 19).

É precisamente na articulação discursiva entre o que “se dá a conhecer” sobre o político e o histórico na construção do Brasil imaginado e imaginário, que considero como exemplo de discurso fundador, acerca da relação entre Pátria e o tipo de “singularidade” relacionada às categorias de referência (raça, classe social, gênero), o artigo elaborado pelo botânico bávaro Karl Friedrich Phillip von Martius (1794-1868), por ocasião de concurso público realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1844.

Vencedor do certame “Como se deve escrever a história do Brasil”⁴¹, o trabalho deu início ao que Schwarcz (2019, p. 13) situa como o início do que viria a se transformar no que se conhece por História do Brasil. Sobre o funcionamento da ementa do concurso do IHGB, situado do Rio de Janeiro, a autora afirma: “tratava-

⁴¹ Disponível em: <https://ihgb.org.br/pesquisa/hemeroteca/artigos-de-periodicos/item/75915-como-se-deve-escrever-a-história-do-brasil.html>. Acesso em: 15 nov. 2022.

se de inventar uma nova história *do e para o Brasil*” (idem, *ibidem*). Tal invenção, à revelia do real sócio-histórico e de toda sorte de violência a que foram submetidas as populações originárias e o contingente de mais de 5,5 milhões de negros e negras escravizadas, tem um funcionamento discursivo que, conforme aponto mais adiante, mantém no eixo de sua formulação sucessivos aniquilamento e apagamentos de sentidos, na construção de uma Pátria tomada pelo imaginário de “cordialmente” racializada.

A partir daí, destaco os efeitos de sentido de coesão, chancelados nos processos de significação possíveis, a partir do que é posto por von Martius.

SD1 - Qualquer que se encarregar de escrever a História do Brasil, país que tanto promete, jamais deverá perder de vista quais os elementos que aí concorrerão para o desenvolvimento do homem. São porém estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças [...] Do encontro, da mescla das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular (Von Martius, 1845, p. 390).

SD2 - O sangue português, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças índia e etiópica. Em a classe baixa tem lugar esta mescla, e como em todos os países se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio delas se vivificam e fortalecem, assim se prepara atualmente na última classe da população brasileira essa mescla de raças, que daí a séculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes comunicará aquela atividade histórica para a qual o Império do Brasil é chamado (Von Martius, 1845, p. 391).

SD3 - Devia ser um ponto capital para o historiador reflexivo mostrar como no desenvolvimento sucessivo do Brasil se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento das três raças humanas, que nesse país são colocadas uma ao lado da outra, de uma maneira desconhecida na história antiga e que devem servir-se mutuamente de meio e fim (Von Martius, 1845, p. 393).

Um gesto inicial de análise, tendo em conta o tipo de convocação de efeitos de sentido retomados na argumentação do autor, centraliza, especialmente, a hierarquização racial não apenas por se tratar do interesse central desta pesquisa, mas por ser determinante no modo como essa narrativa se configurou dois séculos depois, num dos principais exemplos da regularidade discursiva desinformativa sobre a história do Brasil.

Em sua reprodução e funcionamento, o artigo apresentado por von Martius resvalou na naturalização de equívocos sobre o modo como as relações raciais se deram no Brasil escravocrata entre os séculos XVI e XIX, com reflexos profundos no entendimento da categoria raça até os dias atuais. Desse modo, é possível observar o alcance e influência dessa naturalização na maneira como o fenômeno das *fake news* se instalou no Brasil.

Importa destacar que a responsabilidade da Análise materialista do Discurso no diálogo permanente com o funcionamento da história, posto que

não perseguimos “um” sentido para nossa história. A proposta é “compreender” os processos de significação, ou seja, o que ficou atestado ao longo da produção de linguagem sobre o Brasil. Não pretendemos tampouco, definir o Brasileiro, o que visamos é observar como o discurso que define o brasileiro constitui processos de significação (Orlandi, 2008, p. 20).

A articulação entre o sentido programado e seus desdobramentos no imaginário social constituído, desde então, determina um funcionamento discursivo marcado pelo imaginário colonial. Tal imaginário se funda em terras brasileiras na reprodução do senso comum em práticas discursivas limitantes e excludentes, que funcionam como um cimento, cuja base se constitui por diferentes camadas de sentido:

o primeiro deles leva a supor que este seja, unicamente, um país harmônico e sem conflitos. O segundo, que o brasileiro seria avesso a qualquer forma de hierarquia, respondendo às adversidades sempre com uma grande informalidade e igualdade. O terceiro, que somos uma democracia plena na qual inexistiriam ódios raciais, de religião e de gênero. O quarto, que nossa natureza seria tão especial, que nos asseguraria viver num paraíso. Por sinal, até segunda ordem, “Deus também é brasileiro” (Schwarcz, 2019, p. 22).

Neste ponto, intersecciono diferentes instâncias de análise que me levam a admitir discursos inaugurais sobre a Pátria Brasil, não apenas como aqueles que inoculam a desinformação, mas também se sustentam em um funcionamento de sentidos conspiratórios. Tomo, então, o artigo de von Martius como exemplo de materialidade discursiva que corrobora ideologicamente a um projeto de historiografia nacional empreendido pelo Instituto Histórico, com base nas referências imemoriais da Coroa portuguesa. Essas eram as *condições de produção*

dadas, considerando um Brasil, pretensamente ex-colônia, recém independente (1822), e buscando afirmar-se enquanto nação soberana.

Observando os sentidos de coesão colonialista autorizados no artigo em questão, é possível considerar von Martius como um porta-voz que descreve um acontecimento político: o Brasil. De acordo com Conein (2016, p. 93), “o modo como um grupo citado é designado em um enunciado político tipo porta voz permite identificar por quem a demanda pública é feita”. Desse modo, as *condições de produção* em que a historicidade de nação e pátria brasileiras, respectivamente, são moduladas, a partir de von Martius, autorizam inserir a tomada de posição de *seu* discurso como o de um porta voz do colonizador europeu. Como efeito, não há sentido que remeta à ideia de confronto entre a memória da colonização e a instalação da “nova” nação, tendo-se, então, um discurso que opera no encaixe interdiscursivo, no qual

a forma típica do encaixe é constituída pela construção determinativa, em que o enunciado encaixado não dispõe, enquanto tal, de nenhuma independência, na medida em que funciona como dispositivo de engendramento de um nome (efeito de pré-construído) referido a um objeto de um “mundo” preexistente. O efeito de interdiscurso como fonte desse pré-construído se apaga aqui necessariamente na sua realização intradiscursiva (Pêcheux, 2016, p. 228).

Embora eu não me refira à literalidade do conceito de encaixe gramatical, aproximo a definição de Pêcheux para o que entendo ser um *encaixe de sentidos*. Ainda que a solicitação para a construção de uma história sobre o Brasil tenha partido do IGHB, von Martius situa o povo português no topo da hierarquia do que considera três raças (“o sangue português” e as “raças índia e etiópica”/SD2). Tem-se aqui o encaixe de sentidos, primeiro, entre quem coloniza e o colonizado, o que considero um paradoxo, na medida em que se pressupõe que a construção de um discurso inaugural, ainda que feito sob medida, reforce o confronto.

Num segundo momento, tem-se o encaixe de sentidos entre a proposição do IGHB e as teorias raciais da época, em aproximação aos princípios de evolucionistas e darwinistas. Schwarcz (1993) mostra que, mesmo desacreditados em outros países, o evolucionismo e o darwinismo foram assimilados pelas consideradas elites intelectual e política da época, interessadas em adaptar ao contexto nacional o que “combinava” com o projeto de nação na construção dos

sentidos filiados à ideologia dominante. Observo um movimento de assimilação às teorias questionadas e abandonadas por muitos países e que, no entanto, se fortaleceram no Brasil, já em meados de 1870. Esse foi o momento em que os discursos sobre raça estavam sendo forjados numa perspectiva que nascia superada do ponto de vista da ciência, mas que ainda assim permanecia em funcionamento no território brasileiro.

Desse modo, o processo de significação da ex-colônia se mantinha na modulação da Coroa portuguesa, na medida em que atendia à necessidade de subjugar racialmente negros e povos originários. Tal processo pode ser evidenciado na determinação da superioridade do sangue português, metaforizado na figura de um rio poderoso com capacidade de absorver o que denomina “pequenos confluente das raças índia e etiópica” (SD2). Embora a análise atualizada do paradoxo cause estranheza nos dias atuais, é preciso “girar a chave” do passado, por isso retomo os escritos de von Martius na reprodução de tais sentidos, no presente da desinformação, e considero a partir dele o encaixe de sentidos modulados. Tem-se aí um deslocamento de sentido, consolidado no interesse institucional e articulado a princípios ideológicos do Império, em vigor no século XIX.

Schwarcz (2019) argumenta que o projeto encabeçado por von Martius atendia aos anseios do IHGB que, com financiamento do Império, ocupou-se de imprimir grandiloquência e sentimento patriótico à história do Brasil, funcionando desse modo como uma propaganda de Estado. Para a referida autora, a metáfora das três raças cuidou de definir “por um longo tempo, a essência e a plataforma do que significava fazer uma história *do* e *sobre* o Brasil. Ou melhor, um certo Brasil, uma determinada utopia, com a qual convivemos até os dias de hoje como se fosse realidade” (p. 19).

Tem-se, então, a emergência da centralidade das teorias raciais nas instituições constituídas a partir da independência, incluindo o Instituto Histórico. Nesse momento da análise, identifico outro paradoxo da “Pátria Brasil” que, ao tempo em que acolhe e acena para o convívio racial mútuo, canibaliza, metaforicamente, a relação no sentido de absorver, deglutir, o sangue de outras raças subjugadas. Nesse sentido, é possível reconhecer no discurso como a Pátria é antropofágica desde a origem. Ainda que se trate de uma história construída sob

medida, face às necessidades institucionais da época, observo que “a sequencialização das formulações no intradiscurso da SDR se realiza sob a dependência do processo discursivo da FD que a domina, ou *formação discursiva de referência (FDR)*” (Courtine, 2014, p. 109).

Na perspectiva discursiva, a colonização permanece reproduzindo sentidos de forma contraditória, visto que, de acordo com Guimarães (1998, p. 7), “a construção da ideia de Nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora”, em curso desde os primórdios da colonização. Desse modo, o discurso de uma pretensa independência, inclusive historiográfica, naufraga exatamente na reprodução do funcionamento discursivo de encaixe de sentidos, mantendo em suposta simetria a Coroa (portuguesa) e a Nação (brasileira), o colonizador e o colonizado. Retomo à noção de discurso fundador proposta por Orlandi (1993, p. 18) quanto ao que “liga a formação do país, à formação de uma ordem de discurso que lhe dá uma identidade”.

Neste aspecto, pode-se pensar também, a partir da referida autora (idem, p.23), na relação entre o discurso fundante e a historicidade dos discursos retomados. Para Orlandi (idem, ibidem), “trata-se de pensar como os diferentes processos discursivos se relacionam. Como uns vão se constituindo em relação aos outros [...] o discurso fundador pode ser observado em materiais discursivos de diferentes natureza e dimensão”. Tem-se, nessa perspectiva, a Colônia, constituída num projeto forjado em ideais nacionalistas e ultraconservadoras, cujos pilares reverberam até os dias atuais, reforçando desigualdades sistematicamente racializadas no imaginário social brasileiro. O país, então, está submetido a um tipo de reprodução do sentido de pátria *essencialmente* branca na sua origem, marcada por severos processos de exclusão desde a sua formação até a linguagem que nomeia. Diante de uma nação restrita e restritiva, concordo com Guimarães (1998, p. 7), quando argumenta que o conceito de nação “é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu”. Em solo brasileiro, conceituar nação foi e permanece sendo, desse modo, um gesto de nominar sucessivos processos de exclusão e de segregações raciais.

Conforme a proposta teórica seminal de Orlandi (2007), penso, então, o sentido de exclusão nas “formas do silêncio”, noção que auxilia na identificação de autorizações e desautorizações interdiscursivas que interditam a transformação. Por sua vez, a relação entre as formações discursivas e o interdiscurso e as formações ideológicas antagônicas é destacada por Courtine (2014, p. 109), para “caracterizar as *condições interdiscursivas* que dominam o processo discursivo de formação/reprodução/transformação dos enunciados”. Assim, a tentativa de agenciar o entendimento da questão racial não é forjada como uma alegoria, mas como um discurso reproduzido por von Martius e validado pela Instituição que representa, desde 1842.

Todavia, com a publicação do artigo original sobre “*Como se deve escrever a história do Brasil*” prosseguiu-se na autorização de teorias de hierarquização racial, a exemplo do que segue:

Começo a explicar que o primeiro na terra foi o tronco negro...depois o vermelho e finalmente o branco que deve ser o contemporâneo aos primeiros gelos...Julgo também que na ordem do desaparecimento a natureza há de proceder da mesma forma. O tronco negro há de desaparecer antes do amarelo e assim sucessivamente até o branco (RIHGB, 1873, p. 389-91 apud Schwarcz, 1993, p. 147).

A partir do que é posto por Schwarcz (1993), retomo os processos intra e interdiscursivos com o propósito de reconstituir os fios dessa memória. Trata-se do modo de marcar a materialidade do funcionamento discursivo, para além de processos exclusivamente histórico-temporais, que incidem no imaginário de Pátria. Ao insistir na reconstrução interdiscursiva não pretendo montar um esquema explicativo sobre a temática. O objetivo é o de estabelecer, de acordo com Pêcheux (2014, p. 84), uma exploração teórica, “tendo por fio a questão da natureza material do sentido – até os fundamentos de uma teoria materialista do discurso”, no funcionamento da exclusão racial do corpo negro, como fundante no/do discurso fundador em questão, e que viria a se reproduzir de modo inequívoco, no sentido de Pátria e, respectivamente, na formulação de outras variantes desinformativas, conforme abordarei nas próximas seções.

Observo, então, que o discurso dominante no Período Colonial desautoriza qualquer tentativa de sobreposição de sua soberania no que se refere à força da raça branca que, em tese, funciona como matriz hierárquica em relação às demais.

Desse modo, considero que na SDR há um sentido de Pátria, eminentemente, branca em articulação a valores eugenistas e conservadores, vinculados ao que vai se constituindo em direita e extrema direita no Brasil.

3.4 SILENCIAMENTO E ALIENAÇÃO DA MULHER NEGRA NA FAMÍLIA HETEROPATRIARCAL CRISTÃ: violência da miscigenação deixa rastro de sangue e desigualdades

Nesta subseção, desloco a centralidade da análise para a temática Família na SDR, a partir de um funcionamento discursivo que acompanha os elementos anteriores: Deus e Pátria. É o momento em que aproximo as reflexões sobre essa tríade, buscando compreender o modo como as formações discursivas associadas à racialização da Pátria e do Deus bíblico e higienista incidem na construção do imaginário de e sobre a família brasileira, na reprodução da desinformação.

Como forma de sistematizar as possíveis entradas teóricas, convoco a existência material do sentido de Família na esteira das desigualdades e das relações raciais e de gênero no Brasil. Nesse primeiro momento, relembro que nas seções anteriores trabalhei com excertos de dois discursos enunciados pelas figuras de porta-vozes inscritos no gênero masculino e racialmente brancos. Ao primeiro, coube desenhar discursivamente aquele que se constituiria num dos mais importantes relatos que incide na construção do imaginário sobre a Pátria Brasil. O segundo tomou para si o lugar de representante autorizado da palavra de “Deus”, abstração também marcada pelo masculino.

Existe aqui um trabalho analítico de tratar o silenciamento de gênero como fundante na SDR, e o farei a partir de Orlandi (2007), na perspectiva do que é posto em silêncio. Para a referida autora, “o silêncio é. Ele *significa*. Ou melhor, no silêncio, o sentido é” (idem, p. 31). Tomando por base a historicidade já observada na análise de Pátria, a partir do que é dito sobre as “três raças”, há também uma referência à família no modelo imperial e nuclear do colonizador português, o homem branco.

Retomo, então, as sequências discursivas 1 e 2, extraídas de artigo elaborado por von Martius:

SD1 - Qualquer que se encarregar de escrever a História do Brasil, país que tanto promete, jamais deverá perder de vista quais os elementos que aí concorrerão para o desenvolvimento do homem. São porém estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças [...] Do encontro, da **mescla** das **relações mútuas** e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular (Von Martius, 1845, p. 390, grifos meus).

SD2 - O sangue português, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças índia e etiópica. Em a classe baixa tem lugar esta mescla, e como em todos os países se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio delas se vivificam e fortalecem, assim se prepara atualmente na última classe da população brasileira essa **mescla** de raças, que daí a séculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes comunicará aquela atividade histórica para a qual o Império do Brasil é chamado (Von Martius, 1845, p. 391, grifo meu).

O ponto nodal da análise das SDs acima é reiterá-las na perspectiva da desinformação, no contexto do discurso colonial. Dito isso, centrarei a interpretação a partir dos grifos. Ainda que o autor não faça referência direta à temática família, observo o substantivo *mescla*, funcionando no sentido do processo de mestiçagem, como o resultado da mistura colonial entre as raças listadas. Nesse aspecto, compartilho com França (2017, p. 91) o pensamento de que “quando se fala em Brasil, brasilianidade, há uma insistente recorrência da ideia de país mestiço e de uma perfeita harmonia. Sabemos, contudo, das violências e apagamentos históricos” decorrentes de tal ideia. Por sua vez, a expressão *relações mútuas* possibilita pensar na vinculação de alguma ordem entre pessoas, em associação e a elementos semânticos daquilo que é dado em recompensa, de troca e de reciprocidade. Trata-se de uma relação que, no escopo jurídico/mercantil, funciona na lógica de contrato e de mercadoria.

Avançando na análise, interessa observar que, na perspectiva assumida por von Martius, a formação da população se daria a partir do que podemos pensar como algo natural. Do ponto de vista metafórico, a designação “sangue português” funciona como um rio poderoso que “deverá *absorver* os pequenos confluente das raças índia e etiópica”, na validação do direito compulsório do homem branco, o português, à procriação. Tal direito é validado e consumado por meio da violação

sexual, de gênero e moral de corpos de mulheres indígenas e de mulheres negras escravizadas, conforme veremos adiante, na abordagem do “estupro colonial” (Carneiro, 2011, p. 66). Tem-se, ainda, o verbo transitivo direto absorver, funcionando como aquele com capacidade de fazer desaparecer por incorporação, o que seriam as raças minorizadas (indígena e negra).

Pêcheux (2014) define “o efeito metafórico enquanto fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual” (p. 96), o que considero funcionar na reprodução/repetição da hierarquia entre as três raças citadas, enfatizado também nas designações de classes sociais *baixas* e *superiores* (SD2). Desse modo, o processo de repetição de um modelo de hierarquização racializada acentua distinções e produz sentidos para além da ideia de procriação. Ao tratar do “indefinidamente repetível”, Courtine (2014, p. 100) enfatiza a rede que constitui um conjunto de formulações que, por meio do interdiscurso de uma *formação discursiva*, pode ser pensada na instância “formação/repetição/transformação dos elementos do saber dessa FD” e que, desse modo, regula deslocamentos e fronteiras discursivas.

Ao se referir ao racismo como fundador da sociedade brasileira, Borges (2018, p. 53) sinaliza para o modo como a ideologia se repete em ciclos e se reconfigura:

Se no processo da ideia de descobrimento, o racismo se colocou explicitamente pela instituição da escravidão, ele seguiu pela hierarquização e teorias raciais no transcorrer dos séculos XIX e XX, e foi se refazendo e se reapresentando em outras configurações neste percurso histórico, permanecendo sempre ali, latente nas relações sociais e pela estrutura e instituições do Estado (Borges, 2018, p.53).

Nesse caso, a matriz discursiva colonial manteria espaços de fronteira bem protegidos, nos quais a reconfiguração da concepção de miscigenação como ação compulsória e autorizada pelo e para o colonizador se desloca em torno da repetição e da reprodução hierárquica. Desse modo, a recondução sistemática aos dispositivos de classificação de matrizes raciais, pelo dominante de classe social, está na base da reprodução imaginária sobre as distinções impostas. Na repetição de sentidos de superioridade e inferioridade racial e de gênero, “o poder opera por ficções, que não são apenas textuais mas estão materialmente engajadas na

produção do mundo. As ficções de poder proliferam junto a seus efeitos” (Mombaça, 2021, p. 64).

No contexto da produção desse trabalho, a ficção é significada e lida em analogia às *discursividades desinformativas*. Ou, dito de outra forma, a *ficção de poder colonial* é que desinforma o sentido de raça. Pensando a partir do que França (2017, p. 97) propõe sobre a tentativa de compreensão “dos meios de assujeitamento e de reprodução das relações de poder através da manutenção de um determinado imaginário sobre o país e sobre a identidade nacional”, nesta tese, estendo o efeito da ficção racializada e racista para o que a referida autora traz quanto à significação “do ser sujeito do discurso, da história” (idem, ibidem), deslizando para a perspectiva da desinformação. Ainda que Glória França não se refira às *discursividades desinformativas*, proponho tal deslizamento como meio de diferenciar o fato de que, na desinformação, o *ser sujeito significa ser perenemente assujeitado*.

Na desinformação articulada ao político e ao religioso, o homem branco e europeu, situado como o racialmente superior (“rio poderoso”) é posto como aquele a quem por “direito divino” caberia estuprar mulheres negras e indígenas. Repetindo, mulheres negras e indígenas em situação de completo apagamento, inferiorizadas e subjugadas, em nome do fortalecimento e da sobreposição racial, na formação da população brasileira. Para Carneiro (2011, p. 66), além do uso histórico e político, a falsa ideia de uma miscigenação natural e, portanto, espontânea se constituiu na base de sustentação do mito da democracia racial no Brasil. Dentre os efeitos discursivos dessa desinformação, destaco o silenciamento do estupro colonial e o movimento de embranquecimento imaginário social do país em funcionamento até os dias atuais, amparado no argumento que

omite o estupro colonial praticado pelo colonizador sobre mulheres negras e indígenas, cuja extensão está sendo revelada pelas novas pesquisas genéticas que informam que 61% dos que se supõem brancos em nossa sociedade têm a marca de uma ascendente branca ou índia inscrita no DNA, na proporção de 28% e 33% respectivamente [...] A miscigenação tem constituído um instrumento eficaz de embranquecimento do país por meio da instituição de uma hierarquia cromática e de fenótipos que têm na base o negro retinto e no topo o “branco da terra”, oferecendo aos intermediários o

benefício simbólico de estar mais próximos do ideal humano, o branco (Carneiro, 2011, p. 66-67)⁴².

A ênfase na retomada da temática miscigenação remete a uma condição discursiva que reitera a violência do processo de produção de sentidos silenciados nos campos da raça e do gênero. É importante salientar que, na sequência discursiva, acrescida à análise da temática Família, a mulher sequer é nominada para efeitos de procriação, visto que o processo é reduzido à “mescla” de sangue. Não estou, com isso, reduzindo e/ou condicionando o conceito de família a arranjos biológicos e/ou de parentesco. Ao contrário, o objetivo é trazer para o campo desta análise, a partir de Rubin (2017, p. 20), o fato de que as sociedades “têm um sistema de sexo/gênero - um conjunto de disposições pelas quais a matéria prima biológica do sexo e da procriação é moldada pela intervenção humana, social e satisfeita”.

Na avaliação de Nascimento (2016, p. 73), a família patriarcal instituída no Brasil corresponde à herança portuguesa, cujo ônus dessa estrutura recai até os dias atuais sobre as mulheres negras. Para o referido autor (idem, p. 75), o mito da “democracia racial” reitera a figura da mulata como “prova” de abertura e saúde das relações raciais no Brasil. No entanto, sua posição na sociedade mostra que o fato social se exprime de acordo com o ditado popular⁴³ “branca pra casar, mulata pra fornicar e negra pra trabalhar”.

Nessa versão há o reconhecimento geral do povo de que a raça negra foi prostituída, e prostituição de baixo preço. Já que a existência da mulata significa o “produto” do prévio estupro da mulher africana, a implicação está em que após a brutal violação, a mulata tornou-se só objeto de fornicação enquanto a mulher negra continuou relegada à sua função original, ou seja, o trabalho compulsório. Exploração e lucro definem ainda, outra vez, seu papel social [...]. Originalmente, o produto do estupro da mulher africana pelo português - o mulato e bastardo - resulta de espúria união marital: a concubinação e/ou prostituição da mulher negra e da mulata (Nascimento, 2016, p. 75).

⁴² Exemplo desse “projeto” pode ser observado no quadro “A redenção de Cam”/1895, disponível em: [Conheça a tela 'A redenção de Cam', de 1895, destaque em mostra no MNBA - Jornal O Globo](#). Acesso em: 14 abr. 2023.

⁴³ Ver Pacheco, Ana Cláudia Lemos. “Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar”; escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. Campinas/SP: 2008.

Discursivamente, a concepção de Nascimento dialoga com Kilomba (2019) que, ao tratar do racismo cotidiano, aponta para a romantização da nomenclatura animal na língua portuguesa, durante a colonização. Apenas para citar alguns exemplos trazidos por Kilomba (2019), cito “mestiça”, uma referência à reprodução canina e que define cruzamento entre raças que, a partir da mistura, tornam-se impuras; e o próprio termo “mulata”, que tem origem no cruzamento entre cavalos e mulas.

Esta romantização é uma forma comum da narrativa colonial que transforma as relações de poder e abuso sexual, muitas vezes praticadas contra a mulher negra, em gloriosas conquistas sexuais. [...]. Além disso, esses termos criam uma hierarquização dentro da negritude, que serve à construção da branquitude como condição humana ideal-acima dos seres animalizados, impuras formas da humanidade (Kilomba, 2019, p. 19).

Ainda de acordo com a referida autora, o racismo cotidiano é entendido “não apenas como uma reencenação do passado colonial, mas também como uma realidade traumática, que tem sido negligenciada” (idem, p. 29). Nesse aspecto, é preciso entender de que maneira o discurso colonialista articula o sentido de mestiçagem num período que compreende os séculos XIX e meados do XX, e os efeitos produzidos em suas diferentes formas:

seja em sua forma biológica (miscigenação), seja na sua forma cultural (sincretismo cultural), desembocaria numa sociedade uniracial e unicultural. Uma tal sociedade seria construída segundo o modelo hegemônico racial e cultural branco ao qual deveriam ser assimiladas todas as outras raças e suas respectivas produções culturais. O que subteve o genocídio e o etnocídio de todas as diferenças para criar uma nova raça e uma nova civilização, ou melhor, uma verdadeira raça e uma verdadeira civilização brasileiras, resultantes da mescla e da síntese dos stocks raciais originais (Munanga, 2020, p. 91).

Discursivamente, considero as condições materiais de existência das mulheres negras e indígenas como o objeto de controle e reserva na contabilidade do “estoque” para efeito de procriação e alienação na e da concepção de família. Ao tratar da opressão feminina em culturas distintas, Rubin (2017, p. 16) aponta o capitalismo como herdeiro do sexismo, organizando uma sociedade

na qual as mulheres não herdaram, na qual as mulheres não exercem papel de liderança, na qual as mulheres não falam com Deus. Foi esse “elemento histórico e moral” que instaurou no capitalismo um

patrimônio cultural de formas de masculinidade e feminilidade. É nesse “nesse elemento histórico moral” que a totalidade do domínio do sexo, da sexualidade, e da opressão sexual se encontra subsumida [...] o sexo é o sexo, mas o que conta como sexo é algo culturalmente definido e adquirido (Rubin, 2017, p. 16-17).

Desse modo, o sentido de exclusão contribui para a construção de um imaginário de família, tendo em conta que o discurso colonial negou às mulheres negras qualquer possibilidade de pertença a arranjos familiares, notadamente, à chamada família tradicional.

Nós mulheres e não brancas fomos “faladas” e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza. Ao nos impor um lugar inferior no interior de sua hierarquia (apoiadas nas nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade justamente porque nos nega o direito a sermos sujeitos não só do nosso discurso, como da nossa própria história (Gonzales, 2020, p. 41-42).

Face à violação estrutural, não havia sequer a mínima possibilidade de recusa aos sucessivos estupros a que foram/são submetidas as mulheres negras, da colonização aos dias atuais. A colonização funda, portanto, o processo de alienação preponderantemente impingindo-o às mulheres negras, a quem foi negado não apenas o domínio sobre o próprio corpo, mas o direito de pertença às relações familiares e à linguagem. Desse modo, tem-se a racialização pela via do racismo e do sexismo, na base do sentido matricial de família, que passa a ser entendida como a união entre o homem branco, a mulher branca e seus descendentes. Na estrutura heteropatriarcal colonial, então, o sistema de procriação pela via da “mescla” entre sangues é baseado na expropriação econômica de corpos negros e na emergência e configuração da família nuclear:

Uma família generificada por excelência. Cada casa ocupada apenas por uma família, é centrada em uma mulher subordinada, um marido patriarcal e seus filhos. Essa estrutura, centrada na unidade conjugal, presta-se à promoção do gênero como categoria natural e inevitável. Não existem categorias transversais desprovidas de gênero nessa família. Em cada casa generificada, encabeçada pelo homem e com dois genitores, o homem-chefe é concebido como provedor e a mulher está associada ao doméstico e ao cuidado (Oyèrónké, 2020, p. 88).

O discurso colonial, em seu viés evolucionista, engendrado no período da colonização, implica na família enquanto espaço de poder e domesticação colonial

que funciona no controle normativo de gênero, raça e classe social. Portanto, o gênero masculino torna-se dominante na matriz discursiva colonial que, pela repetição e pela memória interdiscursiva, retoma os sentidos de generificação e compulsoriedade.

Neste aspecto, abro um parêntese e cito novamente o bispo Edir Macedo (2021, p. 5), para exemplificar a retomada do sentido de exclusão interseccionada, a partir de duas formações discursivas distintas: a religiosa e a da família:

Dedico esta obra a todos os pais-de-santo e mães-de-santo do Brasil porque eles, mais que qualquer pessoa, merecem e precisam de **esclarecimento**. São sacerdotes de cultos como umbanda, quimbanda e candomblé, os quais estão na maioria dos casos, bem intencionados. Poderão usar de seus dons de liderança ou de sacerdócio **corretamente**, se forem **instruídos**. Muitos deles, hoje são obreiros ou pastores de nossas igrejas, mas não o seriam se Deus não levantasse alguém que lhes dissesse a verdade (Macedo, 1998, p. 5 apud Nogueira, 2020, p. 22, grifos meus).

Na perspectiva do uso semântico de “Família”, como possibilidade de estratificação das relações de grau de parentesco, a nomeação de “família de santo” faz referência às relações intragrupais na organização dos candomblés no Brasil. Ainda que se refira a uma maioria “bem intencionada”, os dizeres chamam atenção para a existência dos que não o são, estabelecendo novamente o jogo de oposição entre bem e mal, comprometendo o caráter da fé e dos que a professam, respectivamente.

Como visto antes, o referido líder religioso também retoma o sentido de ignorância dos pais e mães de santo, ao fazer referência à falta de instrução. Por esta via, o máximo da tentativa de invalidar a família de santo é apartá-la da verdade, à qual ele, “o escolhido”, foi incumbido de revelar. Desse modo, Macedo constrói uma narrativa que retoma, no discurso neopentecostal, a impossibilidade da constituição da família de santo, por não se tratar do arranjo familiar normativo.

Lima (2003, p. 26) explica que, nos terreiros, a expressão “família”, respeitada toda a complexidade de uma definição exata, assume um sentido de universalidade sociobiológica em funcionamento em outras áreas do conhecimento, como a antropologia e a sociologia. Para o referido autor, portanto, a família de santo é considerada como “um segmento importante da estrutura do grupo de candomblé

para a compreensão da organização mais ampla em que ela se insere ou com que ela, por vezes, se confunde: o próprio grupo religioso, na sua totalidade fenomenológica” (idem, ibidem).

Nessa perspectiva, a nomeação *pai* ou de *mãe* de santo, enquanto lideranças religiosas, “provém da paternidade classificatória assumida com o processo iniciático – onde o conceito de família biológica cede sempre lugar ao outro. Mãe de santo é assim entendida no seu valor semântico atual, como autoridade máxima do grupo de candomblé (Lima, 2003, p. 60). Dito de outro modo, a família de santo é constitutiva na/da prática religiosa que representa, ao tempo em que tem um funcionamento disruptivo e disfuncional em assimetria à família nuclear, se for considerado que o processo inicial não admite, tampouco exclui, seus membros a partir de marcadores raciais, de classe social, de gênero ou de sexualidade.

Tendo em conta os sentidos em funcionamento na SDR “Deus, Pátria e Família”, considero oportuna a reflexão de Engels (2011)⁴⁴ sobre os enfrentamentos e as circunstâncias discursivas, que determinaram a materialidade do político e do religioso no interior das lutas de classes, a partir do pensamento marxista. Para o referido autor, Marx seria o precursor em entender “a lei segundo a qual todas as lutas históricas travadas no âmbito político, religiosos, filosófico ou em qualquer outro campo ideológico são de fato apenas a expressão mais ou menos nítida de lutas entre classes sociais” (Engels, 2011, p. 22).

Ao tratar do que conceituou de *república burguesa*, Marx (2011, p. 36) abordou dois pontos relevantes para a compreensão sobre a referida SDR: primeiro, “o depotismo irrestrito de uma classe sobre a outra”; e, segundo, as “palavras-chave da antiga sociedade: *Propriedade, família, religião, ordem*”, lançadas sobre os insurgentes. Ou, dito de outra forma, lançada contra os inimigos, com o propósito de salvar⁴⁵ a sociedade de seus inimigos⁴⁶.

⁴⁴ Por ocasião da derrota da classe proletária, ocorrida no dia 15 de maio de 1848, quando os trabalhadores parisienses tentaram dispersar a Assembleia Nacional Constituinte.

⁴⁵ Trazido por Marx, em referência “à lenda segundo a qual o imperador romano Constantino I, pouco antes da batalha contra Maxêncio, no ano de 312, teve a visão de uma cruz desenhada contra o céu com a inscrição: Sob este signo vencerás”.

⁴⁶ O inimigo aqui é representado pela classe proletária, considerada pelo Partido da Ordem, o partido da Anarquia.

A sociedade é salva sempre que o círculo de seus dominadores se estreita, sempre que um interesse mais exclusivo é imposto ao um mais amplo. Toda e qualquer reivindicação da mais elementar reforma burguesa, do mais trivial liberalismo, da mais banal democracia é simultaneamente punida como “atentado contra a sociedade” e estigmatizada como “socialismo”. E, por fim, os próprios sumos sacerdotes da “religião e ordem” são escorraçados a pontapés [...] jogados em cárceres ou mandados ao exílio, seu templo é arrastado, a sua boca é selada [...] a sua lei é rasgada, tudo em nome da religião, da propriedade, da família e da ordem [...] a escória da sociedade burguesa acaba por forma a *falange sagrada da ordem* (Marx, 2011, p. 36).

Ao buscar o caráter material do sentido, na SDR, identifiquei um triplo encontro teórico. Inicialmente, com a “falange sagrada da ordem” de que Marx falou (idem, ibidem); num segundo momento, com o que é posto por Pêcheux (2014, p. 280), “uma experiência que descobre progressivamente o verdadeiro atrás-das-cortinas das ilusões mantidas pela classe dominante”; e o terceiro, apresentado por Orlandi (2012, p. 130), “os sentidos silenciados migram para outros objetos simbólicos [...] para compreender um discurso, devemos nos perguntar sistematicamente o que ele cala”. Desse modo, a articulação da “falange sagrada” às ilusões escondidas e ao que o discurso sobre “Deus, Pátria e Família” cala possibilita chegar ao que seria uma matriz imaginária civilizatória, forjada na colonialidade e retomada nos dias atuais, nas *discursividades desinformativas*.

Identifico, assim, o sentido de “Deus, Pátria e Família” com uma das mais nocivas e longevas formações discursivas relacionadas ao projeto de desinformação engendrado do país, e retomado sempre que as instâncias do político, do religioso e do capital se autoproclamam as salvadoras do Deus (eugenista e punitivo), da Pátria (branca e autoritária) e da Família (nuclear, heteropatriarcal e cisheteronormativa).

4 FASCISMO E INTEGRALISMO INFORMAM SENTIDOS ÚNICOS NA SIMULAÇÃO DA VOZ DE DEUS

Retomo a análise da Sequência Discursiva de Referencia (SDR) “Deus, Pátria e Família” com o intuito de estabelecer uma entrada possível para o modo como a extrema direita no Brasil articula, em diferentes momentos de nossa história, discursos autoritários, fascistas e nazistas. O retorno à SDR nesta terceira seção é feito também com o propósito de demonstrar o modo como as *discursividades desinformativas* entram em funcionamento no discurso integralista (1930), e são retomadas por Jair Messias Bolsonaro. Para tanto, trago recortes de sequências discursivas alusivas à AIB, aos pronunciamentos do presidente Bolsonaro, além de falas de Adolf Hitler, proferidas durante o período em que comandou o Terceiro Reich⁴⁷. De acordo com Courtine (2014, p. 108),

escolher uma sequência discursiva de referência equivale assim a determinar a pertinência de tal conjuntura, a situar a produção dessa sequência na *circulação* de formulações trazidas por sequências discursivas que se opõem, se respondem, se citam..., a descrever, enfim, o âmbito institucional e as circunstâncias enunciativas, dessa produção.

Tomada em associação a outros dizeres, a SDR “Deus, Pátria e Família” possibilita, desse modo, a problematização dos discursos nazifacista, integralista e bolsonarista para além si. Dito de outra maneira, a reflexão desta seção será sobre o exercício discursivo de extração de regularidades, e aqui abro um parêntese para uma análise de Bernard Conein, por ocasião do Colóquio *Materialidades Discursivas*⁴⁸. Ao argumentar sobre os exemplos de Hitler, de Robespierre⁴⁹, relacionados ao “discurso do Terror”, citados por Jean-Pierre Faye, e de sindicalistas colaboradores, citados por Jacques Ranciere; Conein (2016, p.290) faz distinção entre estatutos de materialidades discursivas quanto ao “domínio de memória” e de “repetição”.

⁴⁷ O Termo significa Terceiro Império e compreende um período entre 1933 e 1945.

⁴⁸ O Colóquio Materialidades Discursivas foi realizado em Nanterre, entre os dias 24 e 26 de abril de 1980. Organizado por Bernard Conein, o evento reuniu boa parte dos teóricos pensadores da Análise do Discurso, fundada por Michel Pêcheux.

⁴⁹ Refere-se a um discurso de Robespierre que evoca Esparta, Roma ou os gregos.

Não há domínio de memória nos exemplos de Jean-Pierre Faye porque não há anterioridade ao discurso do Terror, como não há anterioridade para o termo “totalitário” antes da formação dos discursos nazistas e fascistas. O exemplo citado por Jacques Rancière é um exemplo de repetição de enunciado (Conein, 2016, p.290).

Sobre os enunciados em que não temos *domínio de memória*, o autor os inscreve enquanto “emergências do discurso”. Considerando a reflexão de Conein, trataremos os discursos integralista e bolsonarista em sua repetibilidade, enquanto manutenção de regularidade de sentidos.

Plínio Salgado e Miguel Reali elaboraram as bases de programa do manifesto da Ação Integralista Brasileira (AIB), lançado em 1938. O documento inscrito pelos autores como um dos mais importantes do país descreve o Integralismo como movimento voltado para o resgate da felicidade do *Povo Brasileiro*. A justiça social, a grandeza da Pátria, a devoção à fé cristã e aos valores tradicionais da família estão entre os princípios basilares dos integralistas. Salgado e Reali ([1938] 2019, p. 96) argumentam que o “Governo Integralista reatará o velho e glorioso sentido da *política forte e apaziguadora de Caxias*, consolidando a unidade da Pátria, firmando princípios morais e tradicionais, aplacando todos os ódios, despertando todas as energias latentes do grande povo, e harmonizando-as para a glória da Nação”. No documento (idem, p 78), as prioridades a serem alcançadas estão descritas da seguinte forma: “a) formação de uma consciência nacional de grandeza da Pátria e dignidade do Homem e da sua família; fortaleceremos a Economia e as Forças Armadas; c) a eugenia da raça, pela prática metodizada do atletismo, da ginástica, dos esportes”.

Nesse momento, inicio com as bases dos princípios integralistas para em seguida trabalhar as sequências discursivas dispostas em blocos, sistematizados de acordo com seus funcionamentos parafrásticos. Os recortes são constituídos por slogans, falas de campanha, pronunciamentos e declarações recuperadas dos arquivos da AIB, em pronunciamentos de sua máxima representação: Plínio Salgado/Miguel Reali; Jair Messias Bolsonaro e Adolf Hitler.

É importante destacar que não se trata de aludir a um manual com práticas definidas, o trabalho sobre as retomadas é da ordem do discurso e, portanto,

ideológico. Dória (2020, loc. 1855) sinaliza para a inexistência de cartilha ou manual fascista a ser seguido, mas reitera que “na Itália, Mussolini improvisou um método de conquista do poder, na Alemanha, Adolf Hitler fez parecido, e era apenas natural que no Brasil a Ação Integralista agisse de maneira similar”.

Por essa entrada analítica, evidencio o modo como as enunciações evocam acontecimentos passados retomando sentidos e regularidade, considerando que

o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um dispositivo prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual esse acontecimento era alegado, com as “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido (Pêcheux, 2014, p. 76).

Recortes discursivos – fascismo, integralismo e nazismo

SD4 – “O Governo Integralista reatará o velho e glorioso sentido da **política forte e apaziguadora de Caxias**, consolidando a **unidade da Pátria**, firmando princípios morais e tradicionais, aplacando todos os ódios, despertando todas as energias latentes do grande povo, e harmonizando-as para **a glória da Nação**”.

SD5 – “[...] formação de uma consciência nacional de **grandeza da Pátria** e dignidade do Homem e da sua família”.

SD6 – “**eugenia da raça**, pela **prática metodizada do atletismo**, da ginástica, dos esportes”.

Pronunciamentos de Bolsonaro

SD7 – Brasil acima de tudo, Deus acima de todos (*Slogan* de campanha).

SD8 – “Não sou Caxias⁵⁰ [Duque de Caxias], mas sigo o exemplo desse **grande herói** brasileiro. Vamos **pacificar o Brasil** e, sob a Constituição e as leis, vamos **constituir uma grande nação**”.

SD9 – “Pelo meu histórico de atleta⁵¹, caso eu fosse contaminado pelo vírus eu não precisaria me preocupar — ou um ‘resfriadinho’ ou ‘gripezinha’...”

SD10 – “Neste momento⁵², **agradeço a Deus pela minha segunda vida, e também pela missão de ser presidente da república por um mandato**. Mas sinto, lá no fundo, que **essa missão ainda não acabou...**”

Discurso do Terceiro Reich⁵³

SD11 – Grossdeutsches Reich – Império da Grande Alemanha.

SD12 – Deutschland über alles – Alemanha acima de tudo.

SD13 – Führer und Vaterland – pelo Führer e pela Pátria.

SD14 – Gott mit uns – Deus conosco.

4.1 O NAZIFACISMO BRASILEIRO EM SEU EFEITO-HERÓICO - Caxias, presente! Ustra, presente! Hitler, presente!

Identificar a filiação ideológica do discurso bolsonarista traz à tona pontos de interseção entre as retomadas do discurso integralista e sua ação social. Em um sentido amplo, o discurso bolsonarista retoma a matriz colonial de extermínio. Ou seja, no discurso Bolsonaro mobiliza na administração pública o que chamamos de *efeito caxias*, em consonância com as SDs 4 e 8, não apenas no que se refere à

⁵⁰ Declaração de Bolsonaro em fala com jornalistas, após ser eleito presidente da República, em 28 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/idolo-de-bolsonaro-duque-de-caxias-tem-aura-ambigua.shtml>. Acesso em: 23 mai 2022.

⁵¹ Fala proferida por Bolsonaro em 24 de março de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/covid-19-bolsonaro-culpa-imprensa-por-panico-e-volta-a-falar-gripezinha.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 18 mai. 2022.

⁵² Declaração de Bolsonaro, em 4 de março de 2023. “Bolsonaro diz sentir que missão no Brasil não terminou”. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2023/03/04/bolsonaro-diz-sentir-que-missao-no-brasil-nao-terminou.htm>. Acesso em: 21 out. 2023.

⁵³ Tradução livre.

repetibilidade discursiva, mas no sentido de reprodução do sentido e do efeito de militarização compulsória, em sua exterioridade.

Patrono do Exército brasileiro, o Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, é descrito pela instituição⁵⁴ como “O Pacificador”, a quem coube, por meio de suas ações militares, salvar a unidade da Pátria e restabelecer o império da ordem. “Caxias interpretou com invulgar lucidez a realidade de sua época e vislumbrou um futuro grandioso para o Brasil”. Apontado como estrategista da repressão monárquica às lutas de independência ocorridas no Brasil, Duque de Caxias teve participação decisiva na Bahia (1823); na Guerra da Cisplatina (atual Uruguai), na Balaiada (MA) e na Revolução Farroupilha (RS).

SD4 – “O Governo Integralista reatará o velho e glorioso sentido da *política forte e apaziguadora de Caxias*, consolidando a unidade da Pátria, firmando princípios morais e tradicionais, aplacando todos os ódios, despertando todas as energias latentes do grande povo, e harmonizando-as para a glória da Nação”.

SD8 – “Não sou Caxias⁵⁵ [Duque de Caxias], mas sigo o exemplo desse grande herói brasileiro. Vamos pacificar o Brasil e, sob a Constituição e as leis, vamos constituir uma grande nação”.

Discursivamente, seguindo a perspectiva das Forças Armadas e da ABI, no trecho em destaque da SD4 “*política forte e apaziguadora de Caxias*”, podemos pensar o Duque de Caxias na relação estabelecida entre oposições semânticas, entre uma política forte e uma política apaziguadora. Desse modo, o pacificador X (o estrategista de guerra) se constitui na distinção entre os adjetivos forte e apaziguador, designando intensidade e vigor, atributos basilares das ações bélicas, das forças armadas, em oposição àquele que apazigua, que acalma os ânimos. Nesse sentido, o homem que define a guerra é o mesmo que conduz a paz. O uso da conjunção aditiva e, que deveria funcionar para expressar ideias semelhantes, sugere uma composição entre adjetivos com sentidos opostos.

Ao dizer na SD8 “Não sou Caxias [Duque de Caxias], mas sigo o exemplo desse grande herói brasileiro. Vamos pacificar o Brasil”, Bolsonaro destaca a figura

⁵⁴ A descrição completa dos feitos heroico/militares do Duque de Caxias está disponível no site o Exército Brasileiro <https://www.eb.mil.br/o-exercito/patronos>.

⁵⁵ Declaração de Bolsonaro em fala com jornalistas após ser eleito presidente da república em 28 de outubro de 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/idolo-de-bolsonaro-duque-de-caxias-tem-aura-ambigua.shtml>. Acesso em: 05 mar. 2023.

do apaziguador ao tempo em que silencia, apenas aparentemente, o sentido daquele que vai à guerra, com *política forte*. Ainda assim, a retomada de Caxias pelo então presidente do Brasil não nega a existência de uma guerra em curso. E mais, temos o silenciamento de possíveis conflitos subjacentes. Desse modo, na perspectiva do autoritarismo, a fala funciona como ameaça e controle. Bolsonaro, ainda que não seja o Duque de Caxias, apresenta-se como aquele que, por meio de uma *política forte* terá controle sobre conflitos, protestos e resistências. Neste caso, “Vamos pacificar” funciona como eufemismo a práticas repressoras e de controle.

Na perspectiva dos pesquisadores responsáveis pela criação da Galeria de Racistas, Duque de Caxias e seus feitos militares figuram entre personagens da história brasileira, cuja atuação é notadamente marcada pela racialização da violência e de violações contra negros e povos originários. A descrição de Caxias na referida Galeria lança luzes sobre o que tanto o Exército Brasileiro quanto Jair Bolsonaro silenciam. O projeto colaborativo criado pelo Coletivo de Historiadores Negros Teresa de Benguela, em parceria com *site* antirracista Notícia Preta, juntamente com o coletivo de publicitários pretos, enuncia o Duque de Caxias da seguinte maneira:

A campanha de “pacificação” da Balaiada matou, de forma atroz, cerca de 10 mil pessoas entre população pobre, negros e mestiços. Na contenção da Revolução Farroupilha, Caxias liderou o que ficou conhecido como “Massacre dos Porrongos”, em que cerca de 1.700 lanceiros negros desarmados foram assassinados pelo Exército imperial. No entanto, a sua atuação mais conhecida foi na Guerra do Paraguai (1864-1870) em que suas decisões e ações teriam garantido a vitória da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) no conflito (Galeria de Racistas⁵⁶).

Nesse sentido, o patrono é posto nas materialidades como aquele que decide, que tem estratégia para que se alcance a vitória da Pátria. Vemos, assim, por um lado, a interpelação unívoca das Forças Armadas, trazendo o sujeito fechado em seu *efeito de herói* e, por outro lado, a interpelação do sujeito racista e genocida, o que demonstra aqui um mesmo personagem, ocupando posições-sujeito distintas. O modo como é descrito no projeto integralista e em sua retomada no discurso bolsonarista demonstra, desse modo, um exemplo marcante do funcionamento nas *discursividades desinformativas*: a imposição de sentidos únicos sobre o sujeito.

⁵⁶ Disponível em: <https://galeriaderacistas.com.br/duque-de-caxias-2/>. Acesso em: 05 fev. 2023.

Como Orlandi nos diz, a imposição pela simulação articulada à “política do silêncio” (Orlandi, 2007) é responsável pela tentativa de regulação e de controle dos processos de subjetivação. Sobre a relação entre o dito e não dito, passível de contextualização sócio-histórica, as *discursividades desinformativas* se inscrevem no escopo do que a autora propõe, enquanto “recorte entre o que se diz e o que não se diz” (idem, p. 73). Nesse sentido, o silenciamento simulado na e pela desinformação não se vincula à ordem de produção de sentido, como é o caso do silêncio fundador, conforme Orlandi distingue. Assim, a *discursividade desinformativa* mobiliza o descarte de sentidos indesejados.

A exaltação de personagens controversos, com histórico de violência e de violações dos direitos humanos, tornou-se uma constante nas declarações públicas de Jair Bolsonaro. Um dos casos mais emblemáticos são as referências do ex presidente ao torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra⁵⁷. Em 2016, durante declaração⁵⁸ favorável à abertura de processo de *impeachment* contra a então presidenta Dilma Rousseff (PT): “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff⁵⁹, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim”. Ao usar metonímia na associação do major Ustra à tortura, o então deputado federal não apenas naturaliza como também faz apologia a um crime previsto em lei.⁶⁰ O discurso bolsonarista silencia, pela simulação, o fato de que o integrante do *exército de Caxias*, em questão, é criminoso⁶¹, reconhecido por uma série de violações praticadas durante a ditadura militar (1964 e 1985).

De fato, a militarização se tornou uma prática no exercício do *capitão* à frente da presidência da República, de janeiro de 2019 a dezembro de 2022. Assim como

⁵⁷ Brilhante Ustra foi chefe do DOI_Codi, principal órgão de repressão do período da ditadura civil-militar no Brasil.

⁵⁸ Declaração de voto do então deputado federal Jair Messias Bolsonaro proferida em 27 de abril de 2016, durante sessão plenária que deferiu a abertura de processo de *impeachment* contra a então presidenta Dilma Rousseff.

⁵⁹ Dilma Rousseff foi presa em 1970, durante a ditadura militar. Passou por várias sessões de tortura executadas em diferentes aparelhos oficiais de repressão, dentre eles o Oban (Operação Bandeirante), que passou a ser chamado DOI-Codi do 2º Exército.

⁶⁰ Embora a Constituição Federal de 1988 estabelecesse que ninguém poderia ser submetido a tortura no Brasil, o dispositivo constitucional só foi regulamentado com a Lei nº 9.455, de 7 de Abril de 1997, assinada pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso

⁶¹ Em outubro de 2008, o juiz Gustavo Santini Teodoro, da 23ª Vara Cível central, julgou procedente o pedido dos autores de uma “ação declaratória” que pedia a responsabilização de Carlos Alberto Brilhante Ustra por crimes de tortura.

Duque de Caxias, Bolsonaro governou como quem vai à guerra, o que pode ser reconhecido na formação de equipe governamental militarizada.⁶² Um estudo⁶³ divulgado em 2022, pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), mostrou que a presença de militares em cargos civis durante o governo Bolsonaro aumentou em 70%.

Naquele contexto, o primeiro escalão da máquina administrativa foi composto por representantes das Forças Armadas em cargos de natureza civil. Apenas para citar alguns: Augusto Heleno (Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general da reserva); Bento Albuquerque (Ministro de Minas e Energia, almirante da reserva da Marinha), Eduardo Pazuello (Ministro da Saúde, general da ativa do Exército); Fernando Azevedo (Ministro da Defesa, general da reserva do Exército); Hamilton Mourão (Vice-presidente, general da reserva do Exército); Marcos Pontes (Ministro da Ciência e Tecnologia, tenente-coronel da reserva da Força Aérea); Luiz Eduardo Ramos (Chefe da Secretaria de Governo, general da ativa do Exército); Wagner Rosário (Ministro chefe da Controladoria Geral da União, capitão da reserva do Exército); Walter Souza Braga Netto (Ministro da Casa Civil e Ministro da Defesa, general da reserva do Exército) e Tarcísio Freitas (Ministro da Infraestrutura, capitão da reserva do Exército), dentre outros.

Discursivamente, podemos trazer essa regularidade entre sentido e tomada de partido inequívoca do presidente-capitão por valores ligados à extrema direita militarizada e ao fascismo integralista. Pêcheux (2015, p. 56) aponta a possibilidade de que “através das descrições regulares de montagens discursivas se possam detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados”. A análise do recorte proposto permite, desse modo, a montagem de um ritual de repetibilidade que não se encerra com a identificação aos princípios militares de Caxias. Conforme as próximas sequências analisadas, *grandeza da pátria, eugenia da raça, prática metodizada de atletismo*, culminando com *Brasil*

⁶² De acordo com um levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU), divulgado em Julho de 2022, em 2020, 6.157 postos da administração federal eram ocupados por militares.

⁶³ Intitulada “Presença de militares em cargos e funções comissionados do Executivo Federal”, a pesquisa foi coordenada pela pesquisadora Flávia de Holanda Schmidt. O estudo compreende o período de 2013 a 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11211/1/NT_Presenca_de_militares_Publicacao_Preliminar.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024..

acima de tudo, Deus acima de todos entram na relação de identificação entre o passado colonial e integralista retomados na atualidade no discurso bolsonarista.

Para ampliar o escopo da proximidade entre os discursos em tela, trago a partir de Dória (2020, loc. 1760) o que o autor classifica como “antigas obsessões” de Plínio Salgado e Miguel Reali, transformadas em alguns dos “marcos fundamentais do fascismo”. A lista de princípios do que seria um Estado Integralista pressupõe lutas por hegemonia e a suprema autoridade da nação brasileira face às demais. Aqui retomo o sentido de pátria, agora numa análise comparativa entre três posições: a Pátria integralista, a Pátria nazista e a Pátria bolsonarista. O estudo a partir das sequências é feito na perspectiva da identificação do funcionamento da regulação dos sentidos sobre pátria que, no fascismo, não podem ser silenciados. Vejamos, então, o modo como os enunciados modulam ideologicamente a regulação do sentido de Pátria para von Martius, Plínio Salgado/Miguel Reali, Adolf Hitler e Jair Bolsonaro.

No integralismo, a SD6 “[...] formação de uma consciência nacional de grandeza da Pátria e dignidade do Homem e da sua família” propõe a *formação* de uma consciência, pressupondo a inexistência, até então, de uma ideia de pátria. O uso do substantivo que designa algo não concluído, em processo de, chama para o integralismo a responsabilidade de formatar, de criar o que seria a consciência esperada de e sobre pátria. Desse modo, pensar a conclusão de um processo de construção de sentidos pressupõe a definição daquilo que constitui o objeto, a *pátria* em si, e não se trata de uma pátria qualquer. A consciência pressupõe não apenas a pátria nacionalista, mas prevê ainda a sua grandeza retomada por Bolsonaro em seu slogan⁶⁴ de campanha.

SD7 – Brasil acima de tudo, Deus acima de todos (*Slogan* de campanha).

O *slogan* em questão avança na articulação do projeto de governo calcado em sentidos ultranacionalistas. A um só tempo, as palavras de ordem, do então candidato do Partido Social Liberal à presidência da República, vinculam-se aos valores fascistas, aqui representados pelos enunciados integralistas e nazistas de

⁶⁴ O *slogan* “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” foi utilizado pelo candidato à presidência do Brasil Jair Bolsonaro (PSL) e seu vice, o general Hamilton Mourão, na eleição de 2018.

Adolf Hitler, conforme as SDs 11 e 12 reproduzem o modo como o intradiscurso do Führer significava a pátria alemã.

SD11 – Grossdeutsches Reich – Império da Grande Alemanha.

SD12 – Deutschland über alles – Alemanha acima de tudo.

É preciso considerar o ultranacionalismo em seu funcionamento totalitário, tendo em conta a pátria como um campo de guerra, montado e armado para o combate; a pátria como espaço de sujeição interna, pensando nas populações subjugadas; e, geopoliticamente, enquanto nação soberana. Originário do latim (*supra*) acima designa o que está no alto, o que suplanta. O advérbio de lugar *acima*, posto como sinônimo de superioridade indica um lugar hierárquico privilegiado, de onde os demais são observados. Por sua vez, *acima de*, em oposição a *abaixo de*, aponta o antagonismo, identificando espaços de poder e de sujeição, tornando possível identificar a pátria funcionando como metáfora do aparelho repressor do Estado.

A composição do primeiro escalão em associação à base discursiva nazifascista demonstra a política continuísta de Jair Bolsonaro, na reprodução de um ideal de pátria dominada e enaltecida pela força e pela fé. Metaforicamente, a composição governamental mostra ainda que tanto para Plínio Salgado/Miguel Reali quanto para Hitler e Bolsonaro governar é parafrasticamente guerrear. E como não se vai à guerra sozinho, o capitão e seus generais/ministros, assim como o *El duce* (Mussolini) e o *Führer* (Hitler) elegeram, em diferentes momentos, os inimigos do governo, os antagonistas a serem combatidos.

Desse modo, uma vez regulados os sentidos de pátria, busco pensá-la em sua composição, enquanto valores, práticas e sentidos legitimados. Um indicativo do que o integralismo põe na linha de frente dos alvos de combate pode ser visto nas palavras do líder destacadas por Dória (2020, loc.1755, grifos meus). “combateremos os irônicos, os ‘blasés’, os desiludidos, os descrentes, porque nesta hora juramos não descansar um instante, enquanto não morrermos ou vencermos, porque **conosco** morrerá ou vencerá uma Pátria. Esses são os rumos da nossa marcha!”.

No jogo simbólico entre o alvo estabelecido para abater e o seu oponente, o que está posto como valores e sentidos a serem preservadas são:

SD6 – “eugenia⁶⁵ da raça, pela prática metodizada do atletismo, da ginástica, dos esportes.”

SD9 – “Pelo meu histórico de atleta⁶⁶, caso eu fosse contaminado pelo vírus eu não precisaria me preocupar — ou um ‘resfriadinho’ ou ‘gripezinha’...”

Desde a publicação do livro *Mein Kampf* (Minha Luta) em 1922, Adolf Hitler disseminou teorias raciais supremacistas amplamente difundidas na Alemanha e na França. Munanga (2020) rastreou o movimento ideológico do *Führer* em sua cruzada pela decretação da hierarquia das raças. Um dos aspectos amplamente combatidos na Alemanha nazista e espalhado notadamente por países, diz respeito a mestiçagem. Analisada pelo autor, na perspectiva dos processos civilizatórios e de conquista, a mestiçagem na escala nazista é posta como prática degenerativa e vergonha racial. Ameaça à soberania racial dos conquistadores e consequentemente à expansão das conquistas, a miscigenação mobiliza de acordo com “as energias civilizadoras que a mestiçagem como uma raça inferior faz desaparecer. A consequência mais palpável e brutal dessa teoria racial de Hitler foi a esterilização forçada, desde 1933, de todos os mestiços nascidos na Alemanha das relações entre negros e brancos” (p. 54). Ao estabelecer a diferença os sentidos de revolução e de guerra, Orlandi (2023, p.49) afirma que na perspectiva da argumentação entram em funcionamento processos de extermínio e aniquilamento no qual:

a guerra de sentidos ataca diretamente as formações discursivas que é onde as palavras se inscrevem para significar ecoando na história. Assim, procuram destruir os sentidos que os confrontam. Silenciam (processos de censura) pois separam sujeitos de sentidos. Trabalhando os sentidos no processo discursivo, procuram se substituir a essas formações discursivas com que se confrontam, visando construir a dominância de “seus” sentidos nos processos de significação.

⁶⁵ O conceito de eugenia foi elaborado por Francis Galton (1822-1911), no final do século XIX.

⁶⁶ Fala proferida por Bolsonaro em 24 de março de 2020. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/covid-19-bolsonaro-culpa-imprensa-por-panico-e-volta-a-falar-gripezinha.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 05 fev. 2023.

No âmbito do discurso fascista retomados nos *slogans* em análise os sentidos supremacistas representam uma pequena parcela do jogo ideológico de imposição de sentidos. Parafrasticamente, podemos ressignificar o *Brasil acima de tudo* (SD7), de diferentes modos calcados na luta contra o que, com “Alemanha acima de tudo” (SD12) podem ser pensados na naturalização de uma política de gestão nacional de viés eugenista. Inserida na problemática de construção da pátria soberana nacional amparada na ideia de raça branca superior, a questão da interpelação do sujeito negro está no cerne do processo de constituição nacionalidade brasileira, uma vez que eugenia da raça e pluralidade racial são irreconciliáveis.

Em sua reflexão sobre o processo de inserção do negro na formação da identidade nacional, Munanga (idem, ibidem) questiona em relação aos ex escravizados sobre “como transformá-los em elementos constituintes da nacionalidade e da identidade brasileira”, face a uma memória discursiva responsável por incutir a ideia de desumanização e animalização racial de negros e negras. O autor aponta a preocupação da elite brasileira baseada em teorias racistas da época, em um período que compreende o fim do século XIX e meado do século XX, momento em que, no debate nacional, “a pluralidade racial nascida do processo colonial representava na cabeça dessa elite, uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção e uma nação que se pensava branca”.

Desse modo, o sentido de unicidade étnica mobilizava um grupo de teóricos⁶⁷ empenhados

na formulação de uma teoria do tipo étnico brasileiro, ou seja, na questão da definição do brasileiro enquanto povo e do Brasil como nação. O que estava em jogo, nesse debate intelectual nacional era fundamentalmente a questão sobre como transformar essa pluralidade de raças e mesclas, de culturas e valores civilizatórios tão diferentes, de entidades tão diversas, numa única coletividade de cidadão, numa só nação e num só povo”⁶⁸ (Munanga, 2020, p. 55).

⁶⁷ Munanga (2020, p.54) cita Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Nina Rodrigues, João Batista Lacerda, Edgar Roquete Pinto, Oliveira Viana, Gilberto Freyre.

⁶⁸ O autor faz alusão à SEYFERTH, Giralda. As ciências sociais no Brasil e a questão racial. In: SILVA, Jaime da; BIRMAN, Patrícia e WANDERLEY, Regina (Org.). **Cativeiro e Liberdade**. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1989, p.13.

Analizada em relação à SD9 – “Pelo meu histórico de atleta⁶⁹, caso eu fosse contaminado pelo vírus eu não precisaria me preocupar — ou um ‘resfriadinho’ ou ‘gripezinha’...”, a eugenia desliza para o dizer de Bolsonaro no que Indursky (2011) define por “regime de repetibilidade”:

Se tais deslizamentos são da ordem do discursivo, já não é mais suficiente pretender encontrar o sentido comportadamente circunscrito ao interior de uma *matriz de sentido*. Faz-se necessário perceber que os sentidos, pelo trabalho que se instaura sobre a Forma-Sujeito, podem atravessar as fronteiras da FD onde se encontram, e deslizarem para outra FD, inscrevendo-se, por conseguinte, em outra matriz de sentido. Ao migrarem, esses sentidos passam a ser determinados por outras relações com a ideologia. Essa movimentação nas filiações dos sentidos só é possível porque, ao migrarem, esses sentidos se resignificam. Percebe-se, pois, que o fechamento das FDs não é rígido e suas fronteiras são porosas, permitindo a migração de saberes” (Indursky, 2011, p. 71).

Desse modo, “histórico de atleta” desliza do campo formal de guerra, enquanto soldado forte e apto para a defesa da pátria, para outras formações discursivas, dentre elas a científica. Assim, o então presidente elege o físico atlético como o superior, o que está acima dos demais. Tal como em “Brasil acima de tudo”, temos aqui uma hierarquização da aptidão física a partir do corpo, em que o histórico de atleta é posto em relação ao homem branco, compulsoriamente içado à condição de superioridade no enfrentamento à Covid-19.

Nessa perspectiva, Ribeiro e Ericson (2022, p. 130) mostram a implausibilidade desse dizer no enfrentamento à Covid-19, designado no discurso bolsonarista a partir do que “ele silencia: a ciência, a saúde pública, a pandemia, a responsabilidade do cargo que ocupa e o gênero”. Na observação do percurso temporal negacionista e eugenista do então presidente, considerando o período de fevereiro a novembro de 2020, identificamos outros enunciados marcados pela violência racial na fala pública, incluindo a “associação da doença à gripezinha; histórico de atleta (força) como definidor da gravidade da infecção; até a ideia de que vírus se combate com masculinidade e força” (idem, ibidem). Ainda sobre o

⁶⁹ Fala proferida por Bolsonaro em 24 de março de 2020. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/covid-19-bolsonaro-culpa-imprensa-por-panico-e-volta-a-falar-gripezinha.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 05 fev. 2022.

enfrentamento à Covid-19, Bolsonaro declarou⁷⁰: “Não adianta fugir disso, fugir da realidade. Tem que deixar de ser um país de maricas [...] Temos que enfrentar de peito aberto, lutar!”.

O referido dizer

traz a responsabilidade para o gênero, silenciando uma cadeia de sentidos relativos às responsabilidades inerentes ao cargo ocupado pelo presidente, à exemplo da gestão de políticas sociais, econômicas, educacionais, científicas e de saúde, dentre outras. O dizer, então, retira a responsabilidade institucional e governamental, transferindo, (in)consequentemente, para os “não maricas” o protagonismo do enfrentamento à crise sanitária [...] identificamos o direcionamento para um sentido único de gênero e de ciência. Desse modo, é possível inferir que a produção de sentidos, orientada ideologicamente por uma política de extrema direita, pauta tanto o conservadorismo quanto o negacionismo científico. Tal orientação normatiza, portanto, o gênero binário, especificamente o masculino, enquanto instrumento ideológico autorizado e capaz de condição da pandemia (Ribeiro e Ericson, 2022, p.131).

No dizer de Bolsonaro, a *discursividade desinformativa* reproduz a lógica da unicidade eletiva/silenciamento. Sob a ótica de Orlandi (2023, p. 60), a reflexão das condições em que discursos como os de Bolsonaro são proferidos, coloca em questão o real da língua e o real da história. Para a autora estamos diante de um tipo de funcionamento fronteiro dizer/não dizer, compreensível/não compreensível, responsável por um tipo particular de forma de silêncio. Ao referir à natureza de tal silêncio, a autora (idem, p.61) considera que “diante do dizer abusivo, do mal-estar a que estamos expostos, como cidadãos brasileiros, o tempo todo há uma ampla forma de silêncio que se dá nas fronteiras da significação, nos acenando para um quase impossível de significar que nos constrange”.

Em meio ao mal-estar deste processo analítico, identifico que os sentidos das SDs 7 e 10 retornam e retomam a um só tempo hierarquias de bases nazifascistas,

⁷⁰ Declaração feita pelo presidente em 10 de novembro de 2020, durante solenidade de lançamento de programa turístico do Governo Federal. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/10/bolsonaro-diz-que-brasil-tem-de-deixar-de-ser-pais-de-maricas-e-enfrentar-pandemia-de-peito-aberto.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2022.

na interpelação de corpos pela matriz colonial, racista, misógino e homofóbico. Corpos atléticos, assim como a raça branca, a pátria totalitária, a família conservadora e o binarismo de gênero e de sexualidade, representam a síntese associativa entre os discursos nazista, integralista e bolsonarista.

4.2 GOVERNAR E GUERREAR EM NOME DE DEUS: discurso do poder supremo aniquila sentidos antagônicos

A opção por trazer retomadas a partir da enunciação triangular, encabeçada por homens públicos (Adolf Hitler, Plínio Salgado/Miguel Reali e Jair Bolsonaro) tem o objetivo reiterar a relação entre as *discursividades desinformativas* e o sujeito porta-voz. A distinção da abordagem nesse momento é a figura do porta-voz. Assim como o Brasil e a Alemanha içados à condição de superioridade imaginária, vemos as figuras de líderes totalitários e personalíssimos, autoproclamados, compulsoriamente, superiores aos demais. Não estamos, desse modo, diante apenas de uma superioridade terrena, a liderança suprema e personalizada articula o político ao divino, num processo de deslizamento discursivo para o campo religioso.

Sobre a especificidade do deslizamento discursivo para o campo religioso nos dizeres de Hitler e de Bolsonaro, Cavalcanti e Azevedo (2022, p.63) destacam “a inscrição de fatores da ordem do ideológico e do histórico, que apontam para um período da ultradireita nazista, sendo retomados e atrelados à imagem do presidente do Brasil (com o complemento do discurso religioso)”. O trabalho analítico com as sequências discursivas 10 (declaração de Bolsonaro), 13 e 14 (dizeres do Führer), mostra o modo como os referidos líderes alocam sentidos de e sobre si, e principalmente como esta relação com o religioso ressignifica a simulação do diálogo com o Deus racializado.

SD10 – “Neste momento⁷¹, agradeço a Deus pela minha segunda vida, e também pela missão de ser presidente da república por um mandato. Mas sinto, lá no fundo, que essa missão ainda não acabou...”

Vejamos, Bolsonaro não apenas agradece a Deus pela segunda vida, referência à sobrevivência ao “atentado” sofrido, mas vai além, ao colocar a vitória na eleição presidencial como mais uma etapa de sua “missão”, que “ainda não acabou”, apontando a continuidade do propósito divino. Desse modo, a eleição não reflete o desejo da maioria da população legitimado nas urnas eleitorais, uma vez que vencer é, acima de tudo, uma delegação divina. Assim, “Deus acima de todos” (SD7) confirma que a escolha dos eleitores está hierarquicamente em desvantagem em relação ao que é posto pelo capitão como um propósito divino, trazendo para a centralidade o sentido de sujeição, a subordinação ao plano superior, em uma posição-sujeito interpelada por Deus.

Desse modo, a enunciação silencia todo um processo eleitoral que valida as escolhas democráticas. Não deixa de ser também um caminho discursivo para desacreditar o processo eleitoral, principalmente quando pensamos nas críticas severas de Jair Bolsonaro à segurança das urnas eletrônicas. Nessa perspectiva, governar o Brasil deixou de ser um trabalho terreno, com responsabilidades políticas e sociais efetivas em nome da população à qual representava. Ao contrário, Bolsonaro afirmava governar em nome Deus, apresentando-se, portanto, como o escolhido, o capitão, a quem caberia percorrer uma jornada heroica na suposta defesa da Pátria.

Aqui retorno a um aspecto específico já citado, a parcela dos *descrentes*, a ser combatida pelos integralistas nas palavras de sua liderança (Plínio Salgado/Miguel Reali). Se não há crença, não há garantia de obediência às ordens divinas. Logo, o descrente precisa ser aniquilado.

SD13 – Führer und Vaterland – pelo Führer e pela Pátria.

⁷¹ Declaração de Bolsonaro, em 4 de março de 2023. “Bolsonaro diz sentir que missão no Brasil não terminou”. disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2023/03/04/bolsonaro-diz-sentir-que-missao-no-brasil-nao-terminou.htm>. Acesso em: 05 out. 2023.

SD14 – Gott mit uns – Deus conosco.

A personificação da figura do líder análoga à Pátria representa um acréscimo de sentido ao que apontamos no enunciado “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos” (SD7). Metaforicamente, podemos pensar no líder funcionando simbioticamente com o sentido de Pátria. Desse modo, o deslize leva à eficácia da personificação que, por sua vez, conduz ao poder supremo (“Deus conosco” – SD14), ou seja, tem-se aqui Deus/Bolsonaro e a Pátria acima de tudo e de todos.

O modo como a linguagem nazista inverteu sentidos e conceitos está no cerne do trabalho de Klemperer (2009) sobre a linguagem do Terceiro Reich. O autor demonstra, em diferentes momentos, o investimento da propaganda em desvalorizar e esvaziar sentidos. Parafrasticamente, podemos pensar no trabalho da propaganda voltada para o silenciamento de sentidos antagônicos. Klemperer (2009) explica que, desde os primeiros dias de guerra, “a maior parte dos caídos tinha dado sua vida für Führer und Vaterland [pelo Führer e pela pátria]. (Essa analogia com o antigo Für König und Vaterland [pelo rei e pela pátria] dos prussianos, dada a sua aliteração cativante” (p. 3024). Ainda de acordo com o referido autor, Hitler colocou na ordem do divino “como o corpo do Senhor é representado pela hóstia sagrada. Colocar Hitler na posição do Salvador é a expressão máxima do ardor nazista: Er fiel im festen Glauben an seinen Führer [caído pela fé absoluta em seu Führer]” (p. 3031).

Na definição do discurso religioso, Orlandi (2011, p. 242-243) refere “aquele em que fala a voz de Deus” e insere entre possíveis representantes padres, pastores, pregadores, dentre outros. A autora traça ainda um paralelo entre diferentes discursos e o funcionamento do que chama “mecanismo de incorporação de vozes [...]: no discurso religioso: a voz de Deus se fala no padre; b) no discurso político: a voz do povo se fala no político; c) no discurso pedagógico: a voz do saber se fala no professor” (p. 244).

Trazendo a reflexão da autora para as *discursividades desinformativas* a partir das condições atuais de sobreposição/incorporação do discurso religioso no político, estabelecemos o que seria a *extrapolação discursiva* do “mecanismo de incorporação de vozes” em dois eixos:

- 1 – Eixo horizontal – da ordem do deslizamento entre discursos distintos. Tem-se a tomada da palavra, ou a “subsunção” (idem, ibidem) “uma voz pela outra” por meio da sobreposição de porta-vozes, neste caso, do discurso político para o religioso. Dito de outra maneira, o político, enquanto porta voz do povo, desloca-se para uma outra posição, agora como porta voz do discurso religioso;
- 2 – Eixo vertical – assim como o horizontal tem base ideológica. É da ordem das hierarquias estruturais que, mesmo no nível simbólico e imaginário, predominam em diferentes religiões. Na verticalidade, o político toma para si o direito de *falar por Deus, em nome de Deus*, nos discursos religioso e político. Tem-se aí um retorno à simulação própria das *discursividades desinformativas*, em ruptura com hierarquias de cargos e ordens religiosas: Igreja Católica (Papa, cardeais, bispos, padres, diáconos, freiras, monges...etc.); na estrutura religiosa neopentecostal (pastor principal, líder ministerial, presbítero, dentre outros). Ou seja, busca-se pelo simulacro o funcionamento ideológico esperado.

Para Orlandi (2011, p.244), o discurso religioso em seus modos de representação e obscuridade define “a forma da mistificação” A autora não está se referindo à desinformação, mas, em termos discursivos, à subsunção, tomada de uma voz pela outra, “sem que se mostre o mecanismo pelo qual essa voz representa a outra. O apagamento da forma pela qual o representante se apropria da voz é que caracteriza a mistificação”. Nas *discursividades desinformativas*, a mistificação, assim como a formulação da *fala de Deus e por Deus* no e pelo político, é da ordem da simulação articulada à manipulação e à repetibilidade sistematizada.

Sobre a funcionalidade da repetição na linguagem do Terceiro Reich, Klemperer (2009, p. 746) afirma que “o nazismo se embrenhou na carne e no sangue das massas por meio de palavras, expressões e frases impostas pela repetição, milhares de vezes, e aceitas inconsciente e mecanicamente”. Dentre algumas das expressões exaustivamente repetidas na encenação discursiva do *Führer* e de seus soldados tem-se, de acordo com Klemperer (idem, ibidem), “*temartfremd* [estranho à espécie], *deutschblütig* [de sangue alemão], *niederrassig* [de raça inferior], *nordisch* [nórdico], *Rassenschande* [desonra racial]”. Ampliando a observação da repetição de sentidos do político em associação ao discurso

religioso, surge o que o autor define como a “verdade orgânica” de uma única raça, em funcionamento numa sociedade apartada do real:

uma sociedade imaginária surge a organische Wahrheit [verdade orgânica] que emana de forma autêntica do sangue de uma raça e serve somente para essa raça. Essa verdade orgânica não faz parte nem do saber nem do intelecto, não aparece elaborada em um pensamento consciente, mas está “no centro misterioso da alma do povo e da raça”, corre no sangue nórdico desde os tempos imemoriais: “O saber derradeiro de uma raça já está contido em seu primeiro mito religioso” (Klemperer, 2009, p. 2541).

Mas não apenas isso, se pensamos a simulação em seu aspecto estrutural nas *discursividades desinformativas*, dos discursos fundadores às fake news, notadamente aquelas reproduzidas no discurso religioso, associado à *repetibilidade* metaforicamente ao rosário católico. Ou seja, trata-se da repetição, assim como ocorre nas rezas, como meio de internalização de sentidos e efeitos de sentidos espirituais deslizados para a crença no político. Por se tratar de um momento de pretensa conexão entre fiéis em oração e o divino, tem-se o que seria um processo de assimilação materializada na e a partir da fé na Pátria, e da reverência ao líder que encarna a um só tempo a pátria forte; a raça escolhida e o *líder*. Ou dito de outra maneira, a pátria alemã e o Führer (SD13), a pátria brasileira (SD7) e o *mito*⁷² Jair Bolsonaro, imbuídos da ideologia nazifascista, marcam os eleitos, pela simulação, enquanto lideranças proféticas, e, conseqüentemente, descartam o *outro*.

⁷² Modo como os eleitores se referiam a Jair Bolsonaro.

5 TERRITÓRIOS DE EFEITO E AS IMAGENS DE CONTROLE INTERSECCIONADAS EM QUADROS DE UMA GUERRA DISCURSIVA

Pôr em análise a imbricação entre raça, gênero, classe social e poder no funcionamento material das *discursividades desinformativas* implica em reconhecer, a partir do pensamento crítico de Césaire (2020), o caráter desumanizador do que Fanon chamou de “aventura colonial” em suas modelagens simuladamente distintas.

A colonização, repito, desumaniza até o homem mais civilizado; que a ação colonial, o empreendimento colonial, a conquista colonial fundada no desprezo pelo homem nativo e justificada por esse desprezo, inevitavelmente, tende a modificar a pessoa que o empreende; que o colonizador, ao acostumar-se a ver o outro como animal, ao treinar para tratá-lo como animal, tende objetivamente, para tirar o peso da consciência, a se transformar, ele próprio em animal. É essa ação, esse choque em troca da colonização, que é preciso assinalar (Césaire, 2020, p. 23).

A definição de Césaire (2020) estabelece a diferença objetiva entre o *ver o outro* como um animal e o *transformar-se* em animal. Césaire localiza a animalidade no colonizador e ao fazê-lo avança ao propor a relação *colonização = coisificação* (p.24), e ao pensar nas formas de assujeitamento à ação colonizadora o faz demonstrando o papel fundamental dos senhores feudais nativos. Posta em posição de cumplicidade, a “elite” feudal local tornou a tirania colonial “mais efetiva e mais eficaz e que sua ação tendeu a prolongar artificialmente a sobrevivência do passado local no que ele tinha de mais perniciosos [...] que a colonização europeia adicionou o abuso moderno à antiga injustiça; o racismo odioso à velha desigualdade” (p. 27).

O autor traz um ponto de dupla relevância para este momento da análise. Primeiro, o fato de que o empreendimento colonial se consolidou por meio de pactos localmente estabelecidos; e segundo, que pactos pressupõem, em diferentes momentos, rupturas ou renovações, o que na perspectiva discursiva possibilita pensar em repactuações baseadas em repetições e ressignificações. Postulo que no cerne das *condições de produção* atuais, as *discursividades desinformativas*, na variante fake news, constituem-se elemento central da repactuação colonizadora.

Na versão atual, no entanto, sai de *cena* o senhor feudal. Mas a repactuação se dá em outras bases não menos sólida: a tecnologia em associação à política

neoliberal. Fusão na qual, para Faustino e Lippold (2023, p. 25), racismo, sexismo, transfobia e antropocentrismo permanecem latentes no “velho capitalismo e a “velha racialização colonial, que marca a atual reprodução social, condiciona a emergência do chamado racismo algorítmico”. Há, portanto, para os referidos autores, uma relação de constitutividade entre colonialismo, capitalismo e racismo. Relação essa centrada na violência e no universalismo, não se restringindo ao período inicial do capitalismo mercantil. Faustino e Lippold reconhecem que “a violência colonial se atualizou diante da necessidade de novos estágios de acumulação capitalista” (idem, p. 25).

Se por um lado, conforme veremos, temos enunciados que retomam sentidos coloniais, temos ainda a possibilidade de entradas distintas na e para além da linguagem em si, no que Bento (2022, p. 53) define por “pacto da branquitude”. Trata-se de um funcionamento estruturalmente calcado na memória do racismo em sua articulação no político, no qual determinados grupos são:

escolhidos para morrer a partir de um discurso do Estado que os define como ameaça, justificando o seu extermínio para assegurar a ordem e a segurança [...] trata-se de um fenômeno nacionalista e “patriótico”, fazendo um apelo aos chamados valores tradicionais. É principalmente na extrema direita mas não só, que esses posicionamentos sobre ordem segurança e defesa da pátria atraem setores de segurança desde as forças armadas, policiais e até as milícias e a “bancada da bala” (Bento, 2022, p. 53-54).

A impossibilidade da violência física transforma a linguagem, pela via da desinformação, como elemento chave do aparato discursivo de silenciamento e em casos extremos, de incentivo à segregação e ao extermínio propriamente dito. Novamente, trata-se de um processo discursivo de retomada da memória do totalitarismo e do colonialismo, no qual por meio de práticas higienistas, tenta-se “limpar” territórios e sentidos, com base na normatização da raça ideal, do gênero binário, da sexualidade cisheteronormativa.

Indo além, se num determinado momento, ao se referir ao Pacto Social implicado no Movimento da Independência, Sodré (2002, p. 42) afirmou que “o escravo configurava-se como um empecilho ideológico à higiene e à modernização”, afirmo, agora, que a desinformação se constitui numa das mais potentes materialidades da retomada de pactos pautados pela exclusão racial. Nesse aspecto, reitero as *discursividades desinformativas*, tomadas em práticas distintas,

dos discursos fundadores às fake news, como elemento constitutivo da repactuação do pacto colonial ideologicamente centrado na branquitude.

5.1 A DESINFORMAÇÃO COMO TÁTICA DISCURSIVA DA RALÉ CONSERVADORA: o grande pacto entre colonialismo/branquitude e capital

Na obra “Pele negra máscaras brancas”, Fanon (2008, p.33) dedica um capítulo à observação dos efeitos da linguagem na “compreensão da dimensão *para-o-outro* do homem de cor: uma vez que falar é existir para o outro”. Ao descrever o negro em duas dimensões, o autor explica que uma delas refere-se ao seu semelhante e outra ao branco, e que entre uma e outra haveria distinções comportamentais.

De acordo com o psiquiatra martinicano,

não há dúvida de que essa cissiparidade é uma consequência direta da aventura colonial...E ninguém pensa em contestar que ela alimenta sua veia principal no coração das diversas teorias que fizeram do negro o meio do caminho no desenvolvimento do macaco até o homem. São evidências objetivas que dão conta da realidade. [...] Como então deixar de ouvir novamente, desorganizando o andamento da História, esta voz: “o problema não é mais conhecer o mundo, mas transformá-lo”. [...] falar é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual a língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso da civilização (Fanon, 2008, p.34).

Para Fanon, assumir a cultura implica em uma tomada de posição face à linguagem e sua respectiva potência “um homem que possui a linguagem possui em contrapartida, o mundo que essa linguagem expressa” (idem, ibidem). O autor nos convoca a um só tempo, a um posicionamento e ao reconhecimento da linguagem enquanto possibilidade de expressão de mundo. Na perspectiva discursiva, o chamado de Fanon, em face do trabalho com as *discursividades desinformativas*, levanta questões de dupla natureza. Primeiro, mobilizar esforços e dispositivos teóricos que deem conta de identificar “a voz” da “aventura colonial” ressignificada na racialização da desinformação nos dias atuais.

Dito de outra maneira, significa buscar, com a Análise do Discurso, perspectivas teóricas que possibilitem pensar a desinformação, enquanto dispositivo de atualização da “aventura colonial”, contra corpos racializados e vulnerabilizados. E, num segundo momento, enquanto sujeita política, implica adentrar no que Cestari (2017) propõe: “uma tomada de posição feminista e antirracista na análise de discurso”. Posições tomadas, sigo nesta seção buscando interseções teóricas que organizem, no contexto da desinformação, possíveis respostas aos questionamentos da autora quanto

a posição da Análise de Discurso em relação a outros gestos de leitura, especificamente dos discursos comumente caracterizados como políticos que entre seus funcionamentos comportam a reivindicação de *um lugar de dizer próprio*? E como formular teoricamente o processo de constituição do sujeito no/do discurso e as lutas de deslocamento ideológico em formações sociais com histórico de expropriação colonial e séculos de escravidão, considerando a interligação entre raça, gênero e exploração de classe nos processos de subjetivação (ao invés de priorizar uma dessas categorias) (Cestari, 2017, p. 191).

É exatamente na expropriação de sentidos, que a desinformação assume seu caráter totalitário, em oposição aos princípios democráticos aos quais me refiro enquanto direito à pluralidade de sentidos e discursos em circulação. Neste aspecto, entra em ação o que Marx (2011, p.14) chama de “aparato de produção e dominação”, como algo que leva a sociedade a aliar-se, no que seria a totalidade administrada. Algo que leva a mobilização de pessoas contra o que é (im)posto como “inimigo” .

Ao tratar das condições do assujeitamento político e ideológico do capitalismo do pós-guerra, Pêcheux (2015, p.87) analisou mudanças profundas no que seria a reorganização da articulação entre sentidos antagônicos de racionalidade x irracionalidade, objetividade dos fatos x dados empíricos, subjetividade x experiência e principalmente entre as discussões entre *experts* x imediatismo “das informações distribuídas ao homem da rua, entre os mecanismos impessoais da administração capitalista moderna e a personalização da vida política pelo “mass-medias”. Ao se referir a esse conjunto de dispositivos, Pêcheux afirma estar diante de um “sistema ‘panótipo’ invisível, mil vezes mais eficaz que o assujeitamento repressivo à lá prussiana, que permanece sempre como último recurso” (idem, ibidem).

Na desinformação, tomada em seu funcionamento repactuador, ao tratar da herança escravocrata e suas repactuações, Bento (2022) refere o pacto metaforizado em “aliança que expulsa, reprime esconde aquilo que é intolerável para ser suportado pelo coletivo. Gera esquecimento e desloca a memória para lembranças encobridoras comuns”. Esse é o tipo de aliança consumada nas discursividades desinformativas racializadas. Nelas, em suas múltiplas tipologias, o inimigo personifica o que funda e mantém a fusão de processos coloniais de normatização e sua ressignificação na política neoliberal. É possível pensá-lo como o inimigo oculto, ainda que ideologicamente evidente nas *discursividades desinformativas* que comunicam as categorias raça, gênero e classes sociais.

Na atual conjuntura (des) informativa, a desinformação em sua tentativa de homogeneizar, hierarquizar e universalizar sentidos pode ser compreendida à luz do modo como Orlandi (2019, p.21) pensa “a *escuta autoritária* como um efeito-leitor, produzido ideologicamente, que se caracteriza por uma padronização de sentidos já antecipados, que barra a escuta do ouvinte-leitor para sentidos estritamente atribuídos”. Como toda espécie de silenciamento, é uma forma de censura: não permite a circulação de sentidos por diferentes formações discursivas. Trabalha com sentidos fixos. Nesse processo, os sentidos sobre raça, gênero e classes sociais são validados e repetidos com base em normatizações ideologicamente estabilizadas nas *discursividades desinformativas*. Associo a prática social como projeto discursivo assentado parafrasticamente ao que Mazière (2019, p. 122), referindo ao trabalho de Pêcheux, considera ao afirmar que “andaimes podem se desmontar, podem se remontar, se colocar em outro lugar”. Parafrasticamente, proponho a *discursividade desinformativa* em seus processos de repetibilidade e de retomada como andaimes de base ideológica, montados e remontados em simulações discursivas.

Desse modo, a impossibilidade da construção de um pensamento hierarquicamente horizontalizado, a partir da desinformação, implica na identificação das formações discursivas que desautorizam uma estrutura performativa racializada e igualitária. Ao tratar do maniqueísmo dominante na sociedade colonial, Fanon (2022, p. 47) ilumina a relação entre verdade e mentira, entre colonizar e colonizado ao afirmar que “desde sempre, no seio do povo, a verdade só brotou dos nacionais. No contexto colonial não existe conduta de verdade”. Embora o cenário a que Fanon

se refere seja a guerra da independência argelina, na qual atuou na Frente de Libertação Nacional, desloco-a para esta pesquisa na relação entre *verdade* e poder, *verdade* e classe social na situação colonial. Desse modo, meu interesse é identificar a classe social que marca corpos pela desinformação. Dito de outra maneira, busco identificar a classe que valida a repactuação. Tomando o discurso neoliberal como constitutivo na/da cadeia desinformativa e derivativa de práticas políticas, instaladas no Brasil e no mundo, mobilizo a noção de “evidência” em Guilbert (2020, p. 17), por considerar que

o discurso neoliberal (DNL) ou discurso econômico é caracterizado por sua evidência, a qual torna sua invisibilidade aparente, pois a evidência se vê mas não se percebe [...] O DNL é ideológico ao mesmo tempo porque promove uma visão de mundo comprometida e porque consegue não se mostrar tal como ele é [...] contudo, ele é antes de tudo um *discurso*, um conjunto de proposições que refletem uma posição (Guilbert, 2020, p. 37-38).

Enquanto o autor centra a sua tese na análise na produção de editorialistas e articulistas da mídia convencional francesa, desloco a centralidade desta pesquisa para outro extremo: a desinformação ideologicamente deliberada. Em comum, ocorre o escamoteamento que, de acordo com Guilbert (2020, p. 39), muda “o aspecto esperado”, para que a encenação carregada de alteração na forma e na apresentação seja “tomada como realidade”. Tal funcionamento é extensivo não apenas ao modelo de negócios, centrado na plataformação, acumulação e monetização ilegal de conteúdos falsos, mas também na apropriação e manipulação de sentidos sobre raça, classe social, gênero e sexualidade. Neste ponto, volto à SDR “Deus. Pátria e Família”, com o intuito de reconhecê-la como, nos termos apresentados por Pêcheux (2015, p.47), um marcador de “regularização e de repetição” de sentidos estabilizados pela normatividade compulsória, reproduzida nas formações discursivas conservadoras e totalitárias.

Articuladas entre si, regularização, repetição e os aparatos de dominação corroboram a afirmativa de Arendt (2013, p. 94), quanto ao fato “de a igualdade exigir que eu reconheça que todo e qualquer indivíduo é igual a mim que os conflitos entre grupos diferentes, que por motivos próprios relutam em reconhecer no outro essa igualdade básica, assumem formas tão terrivelmente cruéis”. É nesse lugar de crueldade que, por meio da *memória discursiva* retomada nas *fake news*, as *discursividades desinformativas* impõem sentidos imaginários e distorcidos a tudo

aquilo que é posto como contrário às condicionantes normativas - gênero binário; o Deus branco e punitivo; a família cisheteronormativa; as práticas econômicas neoliberais - constitutivas das matrizes discursivas colonialistas.

O aparato discursivo desse funcionamento simbólico e ao mesmo tempo material, implica na problematização sobre a quem, na perspectiva das *discursividades desinformativas*, cabe apontar o inimigo? Quem, por meio das *fake news*, enquanto *torções* informativas (Indursky) se arvora a salvar a Pátria e a falar em nome de Deus contra ameaças raciais, de gênero e de classe social? A resposta é uma só, e a trago na perspectiva do que Arendt (2013) aponta: a *ralé*:

A *ralé* é fundamentalmente um grupo no qual são representados resíduos de todas as classes. É isso que torna tão fácil confundir a *ralé* com o povo, o qual também compreende todas as camadas sociais. Enquanto o povo, em todas as grandes revoluções, luta por um sistema realmente representativo, a *ralé* brada sempre pelo “homem forte”, pelo “grande líder”. Porque a *ralé* odeia a sociedade da qual é excluída e odeia o Parlamento onde não é representada [...] os plebiscitos, portanto, com os quais os líderes modernos da *ralé* tem obtido resultados tão excelentes, correspondem à tática de políticos que estribam a *ralé* (Arendt, 2013, p.160).

Assim como as “classes superiores” reconheciam a *ralé* como carne e sangue de sua própria carne e sangue, a *ralé* que desinforma se reconhece e se identifica com a segregação que promove. Alijada da sociedade e de representatividade política, a *ralé* para Arendt (2013, p. 161) “recorre necessariamente à ação extraparlamentar. Além disso, sente a inclinação de procurar as verdadeiras forças da vida política naqueles movimentos e influências que os olhos não veem e que atuam por trás das cortinas”. Na contemporaneidade, a *ralé* age na surdina, no anonimato das *discursividades desinformativas* em circulação simuladamente disperso nas plataformas e redes em nuvem, nos *dados e sentidos minerados*.

Em trabalho anterior (Ribeiro e Ericson, 2021, p.22), trato da configuração algoritmo/desinformação e controle, considerando dados e sentidos num funcionamento constitutivo no qual alteração em um leva à modificação do outro, em sucessivos beneficiamentos/minerações. “É exatamente nesse recorte que trazemos a denominação de *sentido minerado*, a partir da dataficação e do controle” O *sentido minerado*, desse modo, é posto enquanto resultado da ação do cruzamento e de rearranjos inscritos no funcionamento de algoritmos previamente programados (idem, ibidem). Resultado do extrativismo de dados e da ação político-

ideológica, a mineração de sentidos articulada na desinformação implicaria na interdição da subjetivação racial e de gênero.

São inúmeras as possibilidades de simetria entre o sentido de “ralé” proposto por Arendt, em “A origem do totalitarismo” e a *ralé* que, pela via da reprodução, içou as *discursividades desinformativas* à condição de fenômeno político/discursivo totalitário em escala mundial, conforme vimos. Considerando, então, a existência material da desinformação em variantes distintas, estabeleço uma relação entre a *ralé* e formações ideológicas que se

comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de um relatório, de um programa etc.). A partir de uma dada posição em uma conjuntura, em outras palavras, em uma certa relação de lugares interna a um aparelho ideológico e inscrita em uma relação de classes. Diremos assim que toda formação discursiva diz respeito a condições de produção específicas, identificáveis a partir do que acabamos de designar (Pêcheux; Fuchs, 1975, p. 11).

Nesse sentido, penso a *ralé* articulada à simulação espalhada em formações discursivas ideologicamente vinculadas aos pactos coloniais retomados, no Brasil, pela extrema direita. O resultado dessa articulação na desinformação se dá na eleição de corpos e corpas *marcáveis* pela *ralé*. A *ralé* que simula no e pelo discurso, a universalização e univocidade de sentidos. Trata-se, portanto, do que Fanon (2008, p. 30) afirma: a imposição a “um desvio existencial” imposto pela civilização e colonização brancas, predominantemente, a cultura europeia. Dito de outra maneira, conforme as análises, identifico uma imposição *da ralé colonial*, retomada discursivamente, respectivamente pelas *ralés fascista*, *integralista* e mais recentemente, *ralé bolsonarista*, deslizando para o pacto da branquitude.

5.2 OS CONDENADOS⁷³ NA DESINFORMAÇÃO: corpos e corpas marcáveis

O desafio deste estudo é, portanto, pensar as categorias raça, gênero, classe social e sexualidade, como objetos sistematizados por meio dos quais sujeitos são

⁷³ Parafrasticamente, o título desta subseção alude à obra *Os condenados da terra* (2022) escrita por Frantz Fanon.

sumariamente incriminados no simulacro das *discursividades desinformativas*, representadas pelas *fake news*. Reproduzidas de maneira antagônica ao real simbólico da história, de corpos em situação de precariedade, elas funcionam como um tipo de *confisco* de sentidos desautorizados por formações discursivas originárias ideologicamente da extrema direita. Enquanto elemento de retorno, trago as notícias falsas articuladas a reiteradas simulações .

Nessa perspectiva, consideramos a simulação como um efeito de sentido em que elementos da memória de uma determinada formação discursiva interpõem-se a outra, sob forma de discurso repetido, sem que haja assimilação, ou melhor, absorção no espaço discursivo em que incidem. Essa definição aproxima-se do conceito de pré-construído; entretanto, essa interposição constitui-se num *mise-en-scène*, por proporcionar o mascaramento de pressupostos ideológicos que se querem impor (Ernst; Silva; Vieira, 2019, p. 118).

Nesta subseção, memória e atualidade se cruzam. É o lugar da atualidade e de análise dos quadros de uma guerra discursiva em curso. Analiso o modo como os enunciados racializados da SDR “Deus (branco), Pátria (nazifascista) e Família (binária)” retomam por meio da desinformação que, metaforicamente pensada, enquanto arma de efeito químico, tem seu efeito ideológico ativo em longo prazo. Esse é também o momento de fechamento no qual identifico o agenciamento ideológico da desinformação pelo político nas *fake news* em analogia a *quadros de guerra* estratificados por categorias discursivamente marcáveis. Os recortes analisados organizam: 1- Territórios de segregação – A favela e a criminalidade. Discursos de racismo ambiental materializado nas *fake news*; 2- O gênero desinformado. Como o binarismo cisheterossexista modula a desinformação. 3- O racismo religioso contra a fé centrada em matrizes afrobrasileiras.

5.2.1 Recortes de análise – quadros de uma guerra discursiva

A nominação desta subseção aponta para os “esquemas normativos” (Butler, 2015, p. 17) emergentes na produção das notícias falsas, que funcionam, conforme veremos, como enquadramentos distorcidos.

Ser enquadrado significa ser objeto de uma armação, de uma tática mediante a qual a prova é manipulada de maneira a fazer uma acusação falsa parecer verdadeira. Algum poder manipula os termos de aparecimento e torna-se impossível escapar do enquadramento/armação; alguém é incriminado, o que significa que é acusado, mas também julgado por antecipação, sem provas válidas e sem nenhum meio obvio de retificação (Butler, 2015, p. 27).

Tais esquemas, abordados na perspectiva das *discursividades desinformativas*, confirmam a base ideológica da desinformação no Brasil. A partir dos quadros, tomados pela *memória discursiva*, proponho um trajeto analítico que evoca, nos dias atuais, a memória do racismo e do cisheterossexismo nas notícias falsas.

Quadro 1 - No dia 18 de maio de 2020, o corpo negro e periférico de João Pedro⁷⁴ foi identificado no Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro. Na semana seguinte ao assassinato, veiculado nos principais jornais do país, começou a circular na internet um vídeo e uma foto com a seguinte chamada: “João Pedro, jovem morto pela polícia, posa com armas e drogas em vídeo”. Com milhares de compartilhamentos nas redes sociais e grupos de WhatsApp e Telegram, o vídeo, analisado por diversas agências de checagem⁷⁵, teve a falsidade comprovada no dia 30 de maio daquele ano.

SD15 - “João Pedro, jovem morto pela polícia, posa com armas e drogas em vídeo”.

Um dos primeiros aspectos a ser considerado a partir da SD15 é a substituição da imagem de João Pedro por outras nas quais jovens negros empunham armas aparentemente reais. Não basta dizer que João Pedro é bandido, é preciso sustentar o argumento por meio de um duplo simulacro no qual imagem e texto completam o efeito de sentido esperado. Tem-se, dessa forma, a imagem como Davallon (2015, p. 25) nos diz, enquanto “operador de memória social” e a memória, para Halbwachs (apud Davallon, 2015, p. 23), enquanto “o que ainda está vivo na consciência do grupo para o indivíduo e para a comunidade”.

⁷⁴ Caso João Pedro: Quando o Estado mata nossos filhos a Justiça não acontece, diz mãe do adolescente morto em operação policial. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57121830>. Acesso em: 05 fev. 2023.

⁷⁵ Agências e sites especializados em *fact-checking*, técnica de checagem jornalística conhecida mundialmente e amplamente utilizada para identificação da desinformação.

No processo de significação, imagens manipuladas digitalmente aparecem como reforço dos sentidos binários. Para Collins (2019, p. 137), o pensamento binário sustenta uma ideia de “compreensão da natureza humana”, na qual os opostos definem as diferenças:

Uma parte não é simplesmente de sua contraparte; é inerentemente oposta a seu “outro”. Brancos e negros, homens e mulheres, pensamento e sentimento não são partes contrárias e complementares – são entidades fundamentalmente diferentes que se relacionam apenas como opostos (Collins, 2019, p.137).

A simulação prossegue na caracterização da cena na qual um jovem sem camisa retoma, pelo interdiscurso, a imagem de pobreza associada à racialização da criminalidade. Desse modo, a criminalização da pobreza é um dos efeitos interpelativos do enunciado. João Pedro é morador do Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, periferia da região metropolitana do Rio. Logo, o processo de interpelação de sua imagem obedece a um sentido único no qual todo jovem negro é interpelado e, de acordo com Modesto (2018), é “denunciado”.

Sobre a relação interpelação ideológica/raça/denúncia, o autor pontua que

vale a pena refletir sobre como esse processo interpelativo provoca uma acusação, tornando o sujeito responsabilizado de si. Dito de outro modo, ao interpelar pelo chamamento que tensiona a cor da pele – “Olhe, um preto!” – um duplo funcionamento precisa ser destacado: i) primeiro, o sujeito é provocado, a partir de um estímulo externo, um olhar em terceira pessoa, a se reconhecer como *preto*, na medida em que ele é reconhecido pelo outro dessa forma – reconhecimento negativo e que coloca o interpelado *em seu lugar*; ii) depois disso, é importante notar como essa provocação-chamamento desliza discursivamente passando a funcionar também como um xingamento, uma injúria racial, que acusa o sujeito de ser – ele é *preto/ele é culpado* (Modesto, 2018, p. 136).

Ao dizer *jovem morto*, o enunciado silencia o fato de que João Pedro, interpelado enquanto culpado, foi sumariamente assassinado. Tem-se a inversão do ônus da culpa, uma vez que João Paulo foi atingido pelas costas, por um tiro de fuzil, durante ação das polícias Civil e Militar. Filho da professora Rafaela Coutinho Matos, o estudante foi alvejado enquanto brincava com outras crianças na casa de um tio. A perícia comprovou que a bala que atingiu João Pedro tinha o mesmo calibre daquelas utilizadas pelos policiais. Foram encontradas outras 70 perfurações por projéteis nas paredes da casa onde o crime ocorreu. É importante destacar que a *fake news* sobre João Pedro circulou num momento em que a barbárie da

violência contra corpos negros ganhou visibilidade na mídia, provocando comoção nacional. Com isso, retomando a ideia de binaridade, estabelece-se a relação de oposição entre:

- 1- Direitos humanos x forças policiais, num contexto de ascensão da militarização do Estado brasileiro, com a eleição de Jair Bolsonaro.
- 2- João Pedro x forças policiais responsáveis pelo assassinato.

Nessa perspectiva, simula-se o jogo de oposição entre o bem (branco) e o mal (negro), no qual João Pedro é duplamente silenciado, estando situado em relação a seu oposto, as forças policiais. Ou melhor dizendo, é duplamente interpelado ideologicamente: primeiro, com a perda da sua vida; e depois, postumamente, com a desconstrução de sua imagem, momento em que é alçado a culpado pela própria morte. Sobre a racialização do funcionamento ideológico, Modesto afirma que

a ideologia se apresenta materialmente para e por sujeitos de práticas. Por isso, no que toca às questões raciais, os lugares de identificação produzidos pela interpelação também produzem sentidos outros que confrontam os sujeitos aí interpelados não só em relação ao seu (re)conhecimento, mas também em relação a um desconhecimento de si: ele é, muitas vezes, o perigoso, o culpado, o denunciado. Posições que entram em negociação contraditória no momento em que se demanda uma elaboração dos sentidos e dos corpos dos e para os sujeitos negros (Modesto, 2018, p.137).

Importa observar o modo como a formulação da *fake news* retoma não apenas da memória colonial, mas notadamente os valores autoritários nos discursos racistas. Na desinformação, marcar a retomada é um meio de considerar a memória “como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição, e da regularização [...] a repetição é antes de tudo um efeito material que funda comutações e variações” (Pêcheux, 2015, p. 45-47). Assim, é possível estabelecer uma relação entre os deslizos de sentido na desinformação e os efeitos de sentido de raça, a partir da memória colonial brasileira,

Quadro 2 - No dia 16 de março de 2018, a desembargadora Marília Castro Neves Vieira⁷⁶ respondeu no *Facebook* à uma postagem do advogado Paulo Nader sobre a morte da vereadora Marielle Franco (PSOL, RJ). Apresento o comentário, publicado dois dias após aos assassinatos da vereadora e de seu motorista, Anderson Gomes, no Centro do Rio de Janeiro.

SD16 – “A questão é que a **tal Marielle** não era apenas uma ‘lutadora’, **ela estava engajada com bandidos! Foi eleita pelo Comando Vermelho** e descumpriu ‘compromissos’ assumidos com seus apoiadores. Ela, mais do que qualquer outra pessoa ‘**longe da favela**’ sabe como são cobradas as dívidas pelos grupos entre os quais ela transacionava. Até **nós sabemos** disso. **A verdade** é que jamais saberemos ao certo o que determinou a morte da vereadora **mas temos certeza** de que seu comportamento, ditado por seu engajamento político, foi determinante para seu trágico fim. Qualquer **outra coisa diversa é mimimi da esquerda** tentando **agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro**” (grifos meus).

Em comum, as SDs 15 e 16 tem, inicialmente, o fato de que se referem a corpos negros, João Pedro e Marielle Franco. Ambos brutalmente assassinados, no Rio de Janeiro, pelas forças policiais e pelas forças paralelas, as milícias, formadas pela coalisão entre crime organizado, representantes de corporações policiais, articulados às forças políticas. Analisar o comentário *assinado/compartilhado* por uma juíza do Tribunal de Contas do Estado do Rio, sobre a morte de uma vereadora, democraticamente eleita, demanda estruturar a análise em dois aspectos: 1- legitimidade de quem enuncia; e 2- memória de opressão contra corpos negros pelo intradiscurso, o dito.

É importante destacar que, neste estudo, empreender qualquer tipo de análise que considere a desinformação em seu efeito de desqualificar corpos negros e LGBTQIAPN+ implica em reconhecer na atualização enunciada, nas *fake news*, a retomada da SDR “Deus, Pátria e Família”. E mais, em concordância com Pêcheux (2016, p. 73), “não se trata somente da natureza das palavras empregadas, mas também e sobretudo das construções nas quais essas palavras se combinam, na

⁷⁶ Em 21 de maio de 2024, o Conselho Nacional de Justiça decidiu afastar a desembargadora Marília Castro Neves Vieira, do tribunal de justiça do Rio de Janeiro, por 90 dias. O afastamento é decorrente do processo disciplinar aberto em 2020 e diz respeito à participação de juízes e magistrados em redes sociais.

medida em que essas construções determinam a significação que as palavras terão”.

Nesse sentido, parto da natureza do trabalho de quem enuncia, uma juíza em pleno exercício de suas funções laborais. Uma das prerrogativas do juiz está, em tese, na imparcialidade das sentenças, no controle de atos constitucionais. Grosso modo, é possível afirmar que, em tese, o sentido de juíza/juiz representa simbolicamente o sentido de lei, do Estado democrático de direito e da Constituição. Ou seja, a posição-sujeito de quem enuncia, na perspectiva laboral, está intimamente ligada à defesa dos direitos constitucionais.

Sobre a origem dos processos discursivos nas formações discursivas e não nos sujeitos, Zoppi-Fontana (2014, p.39) diz que ela se dá “através de uma relação de identificação do sujeito enunciador com o sujeito universal ou forma-sujeito de uma FD. Essa relação que interpela/constitui o sujeito enunciador em sujeito ideológico, é designada posição de sujeito”. Ao dizer: “tal Marielle [...] ela estava engajada com bandidos! Foi eleita pelo Comando Vermelho”, a juíza Marília Castro Neves Vieira inicia um doloroso processo de julgamento póstumo de Marielle Franco.

Ao desconsiderar o rito, os princípios éticos e morais que deveriam balizar a magistratura, a juíza desliza da posição-sujeito magistrada, uma vez que passa a julgar e simbolicamente indiciar Marielle Franco como a responsável pela sua própria morte. Desse modo, observa-se que um julgamento se deu à revelia de alguns dos princípios básicos que pressupõem um processo legal no Estado brasileiro. Apenas a título de exemplo, não houve denúncia contra Marielle Franco; não houve investigação policial, não houve constituição de defesa. Nesse sentido, o único fórum de julgamento foi o comumente chamado *tribunal da internet*⁷⁷ e a publicação da sentença se deu na forma de comentário em postagem numa rede social. Ainda assim, Marielle Franco foi condenada pelo próprio assassinato e seu corpo preto e lésbico foi vilipendiado publicamente.

⁷⁷ A expressão refere ao efeito metafórico no qual o *ambiente digital* é pensando enquanto espaço de *julgamentos sumários* nos quais sujeitos são rapidamente julgados. O julgamento se dá com base em opiniões subjetivas que condenam. Condenar tem o sentido de cancelar. O cancelamento, por sua vez, representa dentre outras consequências ataques virtuais em massa, perda de engajamento e de seguidores. Ou seja, o tribunal da internet é usado como um meio de silenciar sujeitos.

Tem-se o deslize interpelativo de Marília Castro Neves Vieira da posição sujeito juíza para o que denomino posição-sujeito ideológica, “capitã do mato” digital. Assassinada, Marielle Franco foi tratada como uma mulher escravizada fugida. E, na impossibilidade de trazê-la materialmente de volta à *senzala*, a “capitã do mato” atualizou o arsenal de armas, com o intuito de aprisionar sentidos sobre seu corpo, sua existência. Facções, armas e outros artefatos comuns no Período Colonial foram substituídos por outros grilhões discursivos racializados. Pela condenação discursiva, houve uma tentativa de capturar efeitos de sentido interseccionais sobre Marielle Franco, mulher negra, lésbica e periférica. Raça, classe social e gênero são, então, retomados como categorias organizadoras da condenação discursiva.

Os alicerces das opressões interseccionais se apoiam em conceitos interdependentes do pensamento binário, em diferenças formadas por oposição, na objetificação e na hierarquia social. Dado que a dominação baseada na diferença forma um substrato essencial para todo o sistema de pensamento, esses conceitos implicam invariavelmente relações de superioridade, vínculos hierárquicos que se misturam a economias políticas de opressão de raça, gênero e classe (Collins, 2019, p. 137).

As relações de superioridade, desdém e desprezo estão articuladas no uso do pronome demonstrativo “tal” Marielle [...]”. Além disso, a juíza/“capitã do mato” enuncia de modo desinformativo, numa perspectiva hierárquica, que coloca Marielle em posição de sujeição quanto ao vínculo com quem enuncia, uma vez que o dizer traça uma linha discursiva verticalizada na qual Marielle é vista de cima, e, portanto, tem-se a posição de controle em oposição à função controladora de quem observa (julga e condena). Para Collins (2019, p. 137), a ação de controle fundamenta processos de objetificação nos quais as diferenças formadas por oposição se organizam “no pensamento binário, um elemento é objetificado como o Outro e visto como um objeto a ser manipulado e controlado”.

Ao dizer “ela estava engajada com bandidos! Foi eleita pelo Comando Vermelho”, entra em funcionamento o que Collins (2019) denomina *imagens de controle*⁷⁸:

Essas imagens de controle são traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social

⁷⁸ O conceito foi criado por Patrícia Hill Collins com base no contexto estadunidense. Seu alcance no estudo das opressões na perspectiva do *pensamento feminista negro* extrapola a realidade e a experiência das mulheres afroamericanas.

pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana. Mesmo quando as condições iniciais que promovem as imagens de controle desapareçam, tais imagens se mostram bastante tenazes [...] como os “Outros” da sociedade, aqueles que nunca poderão ser realmente parte dela, os estranhos ameaçam a ordem moral e social. Ao mesmo tempo, são fundamentais para sua sobrevivência, porque os indivíduos que estão à margem são os que explicam os limites da sociedade” (Collins, 2019, p. 136).

A contribuição de Collins é decisiva para a compreensão das *discursividades desinformativas* na perspectiva da simulação interseccionada que afugenta a mulher negra em sucessivas *imagens de controle*. Desse modo, proponho a associação de Marielle Franco, em seu engajamento a bandidos e sua eleição como consequência da ação do Comando Vermelho, como variante de imagens de controle construídas a partir de matrizes coloniais. Collins (2019, p. 140) defende que com o propósito de manter a dominação sobre as mulheres negras, desde a época da escravização, a ideologia dominante “estimulou a criação de várias imagens de controle inter-relacionadas e socialmente construídas da condição de mulher negra”. Mais que isso, a retomada de imagens de controle remete à perenidade dos processos de exclusão de sentidos relativos a um sistema complexo de injustiça social.

Assim, no jogo de simulação binária, localiza-se a mulher negra em oposição à branca, como aquela com processo de subjetificação e de circulação restrito à criminalidade. Novamente, assim como na SD15 (referente ao assassinato de João Pedro), tem-se uma vinculação entre raça, pobreza e criminalidade. Marielle Franco, socióloga formada pela PUC-RJ, era mestra em Administração Pública pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Além disso, foi a quinta vereadora mais votada da capital fluminense, eleita em 2016 com 46.502 votos. Ainda assim, a dinâmica discursiva desinformativa interdita e silencia qualquer possibilidade de associação da imagem de Marielle Franco a sentidos que escapam ao racismo, à misoginia, ao sexismo. Nesse sentido, Marielle Franco é interpelada a uma posição mulher que não apenas convive com a criminalidade, mas que tem sua atuação profissional posta como consequência da ação de uma das mais longevas e violentas facções criminosas do país, o Primeiro Comando da Capital, com ramificações em outros países da América Latina.

Num deslocamento aproximativo entre áreas aparentemente díspares, estabeleço uma relação entre a *discursividade desinformativa* e a proposta

epistêmica de uma *ecologia decolonial* na perspectiva de Ferdinand (2022) e sua “política do porão”. Ao (re) situar a escravização de “pretos”, o autor reflete sobre um modo violento de estar em relação ao outro, no que denomina de “uma *política do porão*” (idem, p.70) pensada em seu caráter destruidor de habitar e estabelecer relações com o que seriam os não humanos. A definição para o sentido de porão se dá metaforicamente em relação aos navios negreiros.

Mais do que um arranjo técnico violento de navegação no qual os corpos-acorrentados eram aprisionados, esse porão simboliza *uma relação com o mundo e um modo de relação com o outro*. Colocar no porão não é um ato circunstancial. Certamente, não se trata da única maneira pela qual tais homens, mulheres e crianças podiam viajar juntos num mesmo barco. Ao contrário, colocar no porão é o gesto que inaugura a relação escravagista para tais homens, mulheres e crianças. Essa relação escravagista não desaparece no desembarque, na saída física do porão dos navios negreiros, ainda que suas formas sejam diferentes. Os prisioneiros do navio negreiro e os escravizados das *plantations* encontram-se ligados nesse mesmo porão no mundo (Ferdinand, 2022, p. 72).

O diálogo teórico com Ferdinand (2022) permite traçar vias paralelas de análise do enunciado da SD16, a partir do sentido de “colocar no porão”. Ou dito de outra maneira, estabeleço uma relação metafórica entre “o habitar o porão no mundo” e o “ser posto em sentido na desinformação”. Aos 38 anos, Marielle Franco foi atravessada por vários e sucessivos assassinatos. Para além da interrupção de sua vida no exercício de seu mandato, a socióloga foi exposta a uma série de violações. Nesse aspecto, prossigo na aproximação a Ferdinand (idem), para quem estar e ser inserido no porão implica em considerar e reiterar a perspectiva binária, na qual diferentes posições-sujeito são analisadas em oposição umas às outras: europeus x prisioneiros africanos; senhores x escravizados; senhoras x escravizadas, todas constituídas na abrangência da “política do porão”:

Para o referido autor, esse conjunto de disposições articuladas política e socialmente são responsáveis por escravizar e condicionar a experiência humana; a política do porão tem, como “finalidade manter os seres humanos fora do mundo. [...] O escravizado colonial é mantido numa relação de alienação com o mundo” (idem, ibidem). Acrescento que o mesmo aprisionamento se dá na produção das *discursividades desinformativas* que interseccionam raça, gênero e classe social, na medida em que os sentidos funcionam metaforicamente como clausura, prisão e mordaza.

Vejamos outros funcionamentos em curso na SD16. No trecho “Foi eleita pelo Comando Vermelho e descumpriu ‘compromissos’ assumidos com seus apoiadores. Ela, mais do que qualquer outra pessoa ‘longe da favela’ sabe como são cobradas as dívidas pelos grupos entre os quais ela transacionava”, a juíza, em sua sentença póstuma afirma o *dolo direto* de Marielle Franco. Ao se associar a bandidos, a vereadora assumiu o risco de ser assassinada. O efeito do descrédito ao caráter duvidoso da vereadora é, então, reiterado ao ponto de ser posta como a mulher negra que trai até os bandidos aos quais se associou. E principalmente, trai seus apoiadores. Logo, Marielle, não era digna de confiança em vida, ao ponto de ser assassinada. Tem-se, assim, o assassinato funcionando como um castigo merecido.

O julgamento póstumo também é entendido como a retirada de direitos. Mesmo pensada na perspectiva de um silenciamento definitivo, a morte não se aplicaria ao caso de Marielle. A desinformação, analisada numa única *fake news*, mostra detratações em série, que buscam minar qualquer possibilidade de reabilitação da reputação da vereadora. Desse modo, observo um funcionamento no qual a “política do porão” tangencia uma linha imaginária em que “através dos humanos que recusa a alguns as mesmas qualidades que confere a outros, que de imediato exclui alguns da dignidade de uma existência em que se compartilham uma cena, uma Terra no mundo” (Ferdinand, 2022, p. 72). Na SD16, por meio da *discursividade desinformativa*, é negado a Marielle o direito não apenas a uma reputação digna, mas acima de tudo é negado o direito a ocupar uma “Terra no mundo”. O lugar da vereadora é o porão, retomando o sentido de senzala, ou seja, há um *já lá* em funcionamento na memória discursiva colonial.

Nos trechos “Até nós sabemos disso. A verdade é que jamais saberemos ao certo o que determinou a morte da vereadora mas temos certeza de que seu comportamento, ditado por seu engajamento político, foi determinante para seu trágico fim”. Tem-se o uso do pronome nós, indicando a inclusão do orador em um grupo ou comunidade específica. Se o enunciado é referendado por uma juíza, é possível pensar o grupo na perspectiva do discurso jurídico. Ou seja, tem-se ainda o sentido de autoridade sobre o que se diz. E mais, existe o funcionamento da coesão do grupo em torno do funcionamento discursivo proposto. Ao mesmo tempo, campos contraditórios sugerem relações de oposição ao que se diz em “Até nós sabemos

[...] e a verdade é que jamais saberemos [...]” e o retorno a um sentido de assertividade em “mas temos certeza”.

Em “Qualquer outra coisa diversa é mimimi da esquerda tentando agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro”, vemos o retorno ao sentido único no qual só existe uma verdade. Nessa perspectiva, “qualquer outra coisa” representa uma mera reclamação da esquerda, sendo importante destacar o jogo de polarização entre o que seria a direita que sabe o que diz; a direita com prerrogativa de enunciar a verdade sobre Marielle em sua experiência de vida e de morte. Enquanto à esquerda discordante caberia apenas tentar “agregar valor a um cadáver tão comum quanto outro qualquer”. O assassinato de Marielle assume, desse modo, um funcionamento político partidário com disputa de sentidos que se opõem.

O ápice da necropolítica (Mbembe, 2016) constitutiva do enunciado é marcado pela tentativa de estabelecer uma relação valorativa entre diferentes tipos de cadáver. O uso do adjetivo comum estabelece uma distinção entre opostos comum x singular, comum x extraordinário, comum x excepcional. Ou seja, o sentido de comum coloca o cadáver de Marielle Franco, mulher preta, lésbica e moradora do Complexo da Maré como algo da ordem do ordinário, do trivial. Para Mbembe (2016, p. 129), a relação entre o sistema colonial, atualizações de formas de assassinato e crueldade visa não só “civilizar os caminhos da morte, mas também eliminar um grande número de vítimas em espaço relativamente curto de tempo. Ao mesmo tempo, uma nova sensibilidade cultural emerge, na qual matar o inimigo do Estado é uma extensão do jogar” .

Para o referido autor, “o terror colonial se entrelaça constantemente com fantasias geradas colonialmente, caracterizadas por terras selvagens, morte e ficções para criar um efeito de real” (idem, p. 134). Vejamos que, na enunciação da juíza, Marielle é posta como alvo natural do “abate” racial. O corpo de Marielle, assim como o de João Pedro, em simetria às *discursividades desinformativas* que os significam, representam a personificação máxima e atualizada da matriz colonial de extermínio.

5.2.2 Territórios de Efeito: discursividades desinformativas retomam sentidos de porão e de senzala

A materialidade do *corpus* mostra que o processo de análise pressupõe o surgimento de questões demandadas pelo objeto. Além de porosas, as fronteiras analíticas impõem uma certa dose de fluidez diante do reconhecimento de que é preciso avançar na busca de conceitos que abarquem o que se coloca como imperativo na e a partir do objeto de pesquisa. Dentre os questionamentos formulados, talvez o mais recorrente tenha sido: como analisar discursividades que ao simularem o real atingem comunidades, grupos, pessoas sem tocar num ponto crucial, seus efeitos, no que Orlandi (2011) define como o espaço em que se vive?

No artigo “Diluição e indistinção de sentidos: uma política da palavra e suas consequências sujeito/história e indivíduo/sociedade”, Orlandi (2011, p. 40) se refere ao “espaço vivido” na perspectiva relacional entre as discursividades, o político, a globalização, e as disparidades espaciais e sociais. Conforme a autora, face à constitutividade discursiva entre Estado/Sociedade no capitalismo, é impossível, dissociar uma coisa da outra. Nesse sentido, estados autoritários produzem e administram relações sociais autoritárias “e, como sabemos, no discurso encontramos os sentidos que estas relações tomam, já que a prática discursiva se relaciona com as práticas sociais gerais” (idem, p. 38).

Retomo Orlandi quanto à possibilidade de trazer, na proposição do *território de efeito*, a política do efeito e suas consequências, a partir das *discursividades desinformativas*. Se como Pêcheux (2014, p.82) afirma “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes”, a localização do *território de efeito* se organiza na perspectiva de seu funcionamento na e para além da linguagem. Desse modo, ancorada nos dispositivos teórico-metodológicos mobilizados da Análise materialista do Discurso, meu intuito é pensar o *território de efeito* nos “processos de significação específicos” referidos por Orlandi (2003), no texto “Para uma enciclopédia da cidade?”⁷⁹

⁷⁹ Organizada por Eni Orlandi, a obra/glossário reúne contribuições de Carolina Rodriguez-Alcalá, Claudia Castellanos-Pfeiffer, Cláudia Wanderley, Esmet Ammar, Maria Onice Payer, Rosângela

O contato com o trabalho de Orlandi sobre processos de significação, que têm a cidade como objeto, foi determinante em minha tentativa de responder, no escopo desta tese, sobre um *vazio* analítico decorrente da desconsideração de determinados efeitos a partir de enunciados desinformativos, racializados e gendrados.

Há, diz M. Pêcheux, “um real constitutivamente estranho à univocidade lógica e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina e que, no entanto, existe produzindo efeitos” (1990). É esse real-sujeito à interpretação, que se dá no cruzamento da língua com a história - que é objeto de compreensão da análise de discurso. É assim que a análise de discurso se propõe a inauguração de novas práticas de leitura, construindo-se escutas que permitam levar em conta esses efeitos e explicitar a relação com esse saber que não se aprende. E é a mobilização desse saber que estamos querendo construir com nossos “instrumentos” teórico-analítico na leitura da cidade, ou melhor, construindo com esses princípios um artefato de leitura “sintomática”. Isso significa levar em conta o que é dito entre um discurso e o que é dito em outro, “escutando” o não dito no dito, relacionando o que é dito aqui e o que é dito em outro lugar, deixando-se atravessar por sentidos não experimentados (Orlandi, 2003, p. 13).

Ler a desinformação a partir das contribuições de Eni Orlandi e Michel Pêcheux em diálogo com pensadores negros, como Milton Santos (2000) e Muniz Sodré (2002) que teorizam o território, ampliou sobremaneira a minha compreensão sobre processos de significação que se ramificam em relações de sentido amplificadas para além do dito. O movimento que faço ao conceituar os *territórios de efeito* tem o propósito de atravessar o intradiscurso da desinformação, buscando no *não dito*, efeitos *do dito*. A partir do que exponho nos recortes analisados, identifico o *efeito território* em sua relação com o “espaço vivido”, referido por Orlandi. Constitutivo da ordem das práticas sociais, trago o conceito como lugar em que as condições ideológicas se materializam. É o *efeito* posto em relação ao dito/não dito *realizados*.

Proponho sistematizá-lo, ora distinguindo-o, ora aproximando seu funcionamento em relação a outros conceitos da Análise do Discurso. Pensado em aproximação ao *pré-construído*, definido por Pêcheux (2014, p. 89) “como se esse elemento já se encontrasse aí” - *territórios de efeito* são da ordem do fio discursivo e, portanto, sua identificação pressupõe um batimento constitutivo entre a *memória discursiva* e as

relações sociais. É importante destacar, no entanto, que embora aponte sua inserção no *já lá* da ordem do sentido, seu funcionamento extrapola fronteiras da linguagem para se materializar no “espaço vivido” e em alguns casos na experiência simbólica. Teorizo o território de efeito no escopo do que Pêcheux e Fuchs (2014/1975, p.182) definem por “teoria situação concreta”, pensada enquanto formação ideológica “em que o “vivido” é informado, constituído pela estrutura da ideologia, isto é, ele se torna esta estrutura na forma da interpelação recebida, para retomar uma formulação de L. Althusser”. Não se trata, no entanto, de estabelecer simetria ou analogia entre *território de efeito* e *interpelação*. O que proponho é a leitura do território de efeito, enquanto resultado de processos interpelativos racializados e gendrados na desinformação. O território de efeito é, sob esta ótica, constitutivo da interpelação na medida em que não temos como identificá-lo fora dela.

Tomando como exemplo a SD15 “João Pedro, jovem morto pela polícia, posa com armas e drogas em vídeo”, identifico os seguintes territórios de efeito:

- 1- *A violência* – materializada no assassinato de crianças e jovens negros por “bala perdidas”, especialmente *a violência* decorrente de ação policial armada;
- 2- *A criminalização da pobreza* interseccionada à raça e classe social;
- 3- *O corpo de João Pedro*.

Nessa perspectiva, o corpo de João Pedro é marcado pela raça e pela pobreza, enquanto *território de efeito* do discurso racista. Assim, o processo de significação de João Pedro é atravessado por questões de raça e de classe social. Território de efeito, na perspectiva das discursividades desinformativas, é proposto nesta tese como o lugar/instância física e/ou simbólica em que a ideologia colonial se consolida na experiência humana atravessada pela desinformação racializada. João Pedro é negro, portanto, é bandido. E mais, afetado pelas *discursividades desinformativas*, mesmo assassinado é posto como agente de criminalidade e não vítima da violência policial.

É importante ressaltar que, na criminalização da pobreza, a favela é o lugar privilegiado de funcionamento do *território de efeito*. Se como Milton Santos nos diz,

existe um diálogo constante entre sujeitos e o território, discursivamente é preciso estabelecer o funcionamento do espaço territorial na dinâmica de produção de efeitos de sentido no “espaço vivido”. Nesse funcionamento, a horizontalidade de comandos e inclusão é nula. Enquanto retomada de sentidos raciais, de gênero e de classe social, o conteúdo desinformativo funciona como o espaço/cativeiro de corpos e corpos LGBTQIAP+ negras e periféricas. *Territórios de efeito* pressupõem uma relação de poder verticalizado na formulação e constituição das *discursividades desinformativas*. Essa ação decorre da constitutividade entre *território de efeito* e *formações discursivas*.

Pêcheux (2014, p.147) define uma formação discursiva como “aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.” Desse modo, na perspectiva de autorizações e desautorizações de sentido, é pelo discurso que “uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria ‘próprio’, vinculado a literalidade” (idem, p.147). Quero demonstrar, desse modo, que assim como os sentidos, os *territórios de efeito* na desinformação são constituídos a partir de uma formação discursiva dominante. Estratificações, inclusões e interdições de sentidos enunciadas me levam a pensar no *território de efeito*, não como metáfora para lugares, mas como um tipo de ocupação simbólica da ordem da materialidade do efeito de sentido.

De acordo com Sodré (2022), além de terem enfrentado um processo de exclusão, por parte do Estado, tanto na composição das classes sociais quanto nas tentativas de controle da nação brasileira, negros e negras permanecem simbólica e materialmente escravizados. Identifico a permanência da condição de escravizados e escravizadas no território das *discursividades desinformativas*. Para o referido autor, as tentativas de controle seriam um plano de fundo ideológico, no qual negros e negras escravizadas eram corpos a serem afastados e “junto com ele [o corpo], as aparências de pobreza, de hábitos não ‘civilizados’, de questões sociais graves - por qualquer plano de remodelação da cidade, do espaço imediatamente visível” (idem, p. 45). Nessa perspectiva, entendo que um movimento material similar e simultâneo

se estende à política de higienização compulsória aplicada sistematicamente à corpos negros, periféricos e LGBTQIAPN+.

A princípio, pensei em estabelecer uma relação de constitutividade entre *territórios de efeito* e *objetos paradoxais*, identificados por Pêcheux (2015, p.115-116) como “esses objetos (sob o nome de povo, direito, trabalho, gênero, vida, ciência, natureza, paz, liberdade...)”. Mas ainda que não possa tratá-los enquanto constitutivos, é possível aproximá-los na medida em que temos uma relação de circularidade na qual *objetos paradoxais* em determinadas enunciações desinformativas comportam *territórios de efeito* e o oposto também pode ser formulado. *Territórios de efeito* comportam *objetos paradoxais*. Tomemos como exemplo a SD15 “João Pedro, jovem morto pela polícia, posa com armas e drogas em vídeo”:

- 1- *morte* em oposição a *vida*.
- 2- *morte* em relação de sinonímia com assassinato pela polícia, numa situação de não-paz.
- 3- João Pedro, enquanto jovem negro periférico, cujos efeitos de sentido sobre seu corpo na desinformação operam na univocidade de sentidos, colocado numa *posição-sujeito* que desautoriza o sentido de *liberdade*.

Desse modo, os *territórios de efeito* não podem ser compulsoriamente tratados em relação de sinonímia ou de oposição a objetos paradoxais. Mas podem ser pensados em *relação a* tais objetos. Mantendo a reflexão na dimensão territorial e no que seria a lógica de estabilidade de sentidos e de mobilidade nesse lugar desinformativo, tem-se uma estrutura discursiva, na qual

o território e suas articulações socioculturais aparecem como uma categoria com dinâmica própria e irredutível às representações que a convergem em puro receptáculo de formas e significações. Essa dimensão incita à produção de um pensamento que busque discernir os movimentos de circulação e contato entre grupos e em que o espaço surja não como um dado autônomo, estritamente determinante, mas como um vetor com efeitos próprios, capaz de afetar as condições para a eficácia de algumas das ações humanas (Sodré, 2002, p. 16).

Trazendo o pensamento de Sodré para a perspectiva discursiva, observo os funcionamentos de receptáculo e significações. Reitero a constituição dos *territórios*

de efeito enquanto produção do discurso. Ou melhor dizendo, os *territórios de efeito* se constituem no lugar em que Pêcheux (1969) define discurso enquanto produto do *efeito de sentidos entre locutores*. Não se trata, portanto, de significações autônomas e alheias ao processo discursivo que nas *discursividades desinformativas* resultam de retomada e ressignificação da *aventura colonial*.

Voltando à SD15 “João Pedro, jovem morto pela polícia, posa com armas e drogas em vídeo”, o racismo consiste em um *território de efeito*, se pensarmos a política de extermínio de corpos negros nas periferias brasileiras.

O racismo entendido como política de silêncio pode ser atrelado à política da invisibilização: por interditar ou dificultar o acesso dos sujeitos racializados a determinadas posições na divisão social da enunciação ou por levar ao não- dizer sobre as desigualdades raciais ao mesmo tempo em que é constitutivo dos discursos da democracia racial, da desigualdade social como explicação exclusiva da desigualdade racial, do mérito, da diversidade cultural, entre outros, nos quais pessoas negras são representados pela repetição do imaginário dominante. Assim como o silêncio, a invisibilidade significa. O processo de invisibilização do sujeito é pensado como repetição de determinadas imagens acompanhada de interdição a determinadas representações, ao invés de não-representação. (Cestari, 2015, p.245-246).

As retomadas de sentido articuladas à memória discursiva conectam *imagens de controle ao território de efeito*, na medida em que representam a atualização do processo de marcação de corpos, raças, classes sociais e gênero, marcáveis na desinformação. Dessa maneira, o trabalho de conceituação sobre o conceito de *território de efeito* se estrutura em sua exterioridade física e/ou simbólica, cuja materialidade se estabelece numa perspectiva relacional às *discursividades desinformativas*. Conforme identificado nas análises das *fake news*, tem-se um fio discursivo nas enunciações, no qual o intradiscurso se filia, conforme demonstro, às memórias de exclusão e interdição.

Nesse aspecto, Santos (2000) chama atenção para a ação de forças hegemônicas na definição e no uso privilegiado de determinados territórios, e os comandos que os definem:

Por meio de suas ordens, comandam verticalmente o território e a vida social [...] Não serve falar do território em si mesmo, mas do território usado, de modo a incluir todos os atores. O importante é saber que a sociedade exerce um permanente diálogo com o

território usado, e que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual (Santos, 2000, p. 23-26).

Reafirmar o *território de efeito* em referência ao *não dito* em articulação ao “espaço vivido”, coloca-o também como efeito da ordem do discurso político. Irredutibilidade e univocidade estão entre as evidências ideológicas da desinformação, enquanto reprodução de matrizes de sentidos coloniais interseccionados. Aqui a interseccionalidade é posta em relação ao que Angela Davis nos diz, envolvendo o tripé racismo, capitalismo e colonialismo, a partir de uma mirada teórica abrangente que traz para a centralidade atualizações contemporâneas que levem em conta:

uma consciência em relação ao capitalismo, ao racismo, ao colonialismo, à pós colonialidade, às capacidades físicas a mais gêneros do que jamais imaginamos, a mais sexualidades do que pensamos poder nomear. O feminismo não nos ajudou apenas a reconhecer uma série de conexões entre discursos, instituições, identidades e ideologias que tendemos a analisar separadamente. Ele também nos ajudou a desenvolver estratégias epistemológicas e de organização que nos levam além das categorias “mulher” e “gênero” (Davis, 2018, p. 99).

A identificação do *território de efeito* nas *discursividades desinformativas* é também um meio de buscar estratégias analíticas que alcancem não a totalidade das conexões entre efeitos de sentido e práticas sociais, mas parte delas. Ou seja, não se trata de *fechar questões* face ao fenômeno da desinformação em nosso tempo. Mas, diante das condições dadas, a marcação de corpos, a segregação de espaços, a simulação de sentidos únicos são também um meio de centrar a análise em outras instâncias. Refiro-me a sentidos marcáveis na linguagem, e que resvalam para *territórios de efeitos*.

Na problematização do racismo como uma fantasia colonial, Mombaça (2021, p. 64) fala de algo em permanente exposição, por meio de retomadas que irrompem paisagens, muros, cercas e fronteiras das cidades. Deslocando essa reflexão para as *discursividades desinformativas*, dos discursos fundadores às *fake news*, considero que as sequências discursivas analisadas no escopo desta pesquisa expressam a tentativa de invisibilizar corpos, enquanto aparato discursivo que mantém o racismo funcionando como ferida exposta desde a colonização.

Ainda que simuladamente silenciado, o racismo nas *fake news* atualiza incessantemente novos modos de interdição e de sujeição. Tal atualização demanda a entrada na cena analítica de novos processos e objetos de significação, tratando-se de

processos de significação e relações de sentido que se estabelecem na articulação do tempo, do espaço, do corpo, dos sujeitos urbanos. Constituir, formular e fazer circular sentidos são passos de um processo complexo e nem sempre dos mais visíveis quando tomamos a cidade como um lugar em que isso se dá. [...] Deparamo-nos com diferentes formas de linguagem -enunciados, cores, sonorizações, volumes, espessuras, movimentos – que, relacionados entre si, entram em relação também com (Orlandi, 2003, p. 8).

Para Sodré (2002, p. 21), a noção de território deve ser tomada como uma questão de identidade, no que se refere “à demarcação de um espaço na diferença com outros. Como conhecer a exclusividade ou a pertinência das ações relativas a um determinado grupo implica também localizá-lo territorialmente”. Assim como o discurso e a memória da história sobre *um* Brasil, em sua univocidade colonial passam pela invenção e, portanto, pela desinformação quanto à diversidade de pluralidade e diversidade negadas, corpos e corpos em *fake news* estão excluídos da possibilidade de mobilidade e de liberdade.

Território é, assim, o lugar marcado de um jogo, que se entende em sentido amplo como a protoforma de toda e qualquer cultura: sistema de regras de movimentação humana de um grupo, horizonte de relacionamento com o real. Articulando mobilidade e regras na base de um “fazer de conta”, de um artifício fundador que se repete, o jogo aparece como a perspectiva ordenada de ligação entre o homem e o mundo, capaz de combinar as ideias de limites, de liberdade e de invenção (Sodré, 2002, p. 23).

Desse modo, os sentidos de invenção ou reinvenção, tomados discursivamente por *produção/reprodução*, estão lastreados nas *discursividades desinformativas* à memória de silenciamentos contínuos. Corpos e corpos dissidentes estão, assim, cativos de um lugar, *território de efeito*, que opera na segregação extrema.

6 EFEITO DE CONCLUSÃO

O *fechamento simbólico* deste estudo de doutoramento representa o *território de efeito* no qual todas as vozes implicadas na pesquisa, metaforicamente gritam em uníssono, *sentidos ao vento*. O grito conclusivo, longe de representar o fim de uma trajetória, significa em certa medida, um ato de resistência aos sucessivos silenciamentos impostos pelo objeto de observação desta tese: as *discursividades desinformativas*. Concluir, assim como iniciar, implicou em tomada de posição sobre a complexidade discursiva do que considero um dos acontecimentos discursivos de nosso tempo, enquanto prática desinformativa institucionalizada.

A conclusão central e a partir da qual derivam as demais considerações é que *as discursividades desinformativas representam uma encenação discursiva em constante alteração, para que se complete nelas, e a partir delas, o funcionamento ideológico esperado*. Tal funcionamento, no que refere aos sentidos de dominação e controle sobre raça, classe social, gênero e sexualidade, repete-se desde o início do que Fanon chama de “a aventura colonial”, e atravessa os dias atuais, por meio da ressignificação da base ideológica original, em novas tipologias desinformativas que interseccionam raça, classe social e gênero.

O conceito de *discursividades desinformativas* foi pensado metaforicamente em seu efeito guarda-chuva, com capacidade de representar e incorporar variáveis tipológicas que têm em sua constituição, formulação e circulação elementos que se repetem. Dito de outra maneira, meu intuito é reiterar a importância de que as *discursividades desinformativas* possam ser observadas em perspectivas distintas. Primeiro, em sua heterogeneidade, que possibilita a observação de especificidades, e de diferentes graus de simulação e de vieses de distorções, exageros, negacionismos, omissões, descontextualizações, manipulações e sentidos unívocos acionados para fins ideológicos. E, num segundo momento, possam ser tratadas em seu efeito conjunto, enquanto fenômeno discursivo e de comunicação com abrangência para diferentes áreas.

Postulo que tais discursividades, analisadas por tipologia ou em blocos, podem ser tratadas enquanto arranjos enunciativos específicos, em função dos

processos ideológicos e de repetibilidade, que favorecem e viabilizam a circulação de sentidos estratégicos. A ênfase na distinção entre uma e outra abordagem possibilita não apenas a mobilização de dispositivos distintos, mas principalmente o reconhecimento da abrangência de seus efeitos nas práticas sociais.

Enfatizar a distinção foi, desse modo, determinante na obtenção dos resultados referentes às análises 1 – de uma sequência discursiva de referência, “Deus, Pátria e Família” extraída da plataforma partidária do Movimento Integralista Brasileiro e retomada décadas depois no *slogan* de campanha de Jair Messias Bolsonaro; 2- discurso histórico sobre o Brasil; 3- discurso religioso neopentecostal; 4 – enunciados de Plínio Sampaio/Miguel Reali, Adolf Hitler e Jair Messias Bolsonaro; 5- *fake news* racializadas. O recorte proposto possibilitou o estudo da atualidade da propagação da desinformação, observada simultaneamente a alguns dos principais efeitos reais de sua disseminação. Racismos, sexismo, misoginia, intolerância religiosa, crimes de ódio estão no cerne de tais efeitos e implicam na naturalização de desigualdades.

Embora este estudo não dê conta de elencar discursivamente a localização de todos os efeitos nocivos, é possível identificar regularidades de sentidos simulados racializados, gendrados e de classe. Postulo que a memória discursiva evocada nas discursividades desinformativas têm, desse modo, dupla função e opera, ao mesmo tempo, na delimitação de posições-sujeito alvos (pretos, pretas, pobres, gays, lésbicas, opositores) a serem silenciados e abatidos no discurso e nas relações sociais. Opera também na nominação e na universalização compulsória, a partir de matrizes discursivas coloniais, articuladas na contemporaneidade ao nazifascismo e a normatizações de gênero cisheterossexista.

No processo analítico, o recorte interseccional possibilitou ainda a identificação de uma política discursiva (des)informativa centrada em autorizar sentidos a partir de um conjunto de formações discursivas associadas ideologicamente à extrema direita. O uso da interseccionalidade enquanto ferramenta analítica no estudo das discursividades desinformativas reafirma a regularidade de práticas binárias. O uso sistemático da desinformação discursiva determina autorizações e desautorizações, acesso e restrições não apenas dos sentidos em si, mas a direitos de um modo geral.

Numa escala discursiva imaginária, as discursividades desinformativas, em seu efeito de conjunto, afetam desde as subjetivações raciais, de gênero e de classe social ao acesso a políticas públicas de saúde, segurança, moradia, dentre outras. Nessa perspectiva, a interdição vai além de reiterados silenciamentos, pois implica em *penúltima instância* em eleger corpos com direito à vida em oposição a corpos matáveis. Dito de outra maneira, tanto na memória dos discursos fundadores quanto na atualidade da disseminação das notícias falsas, as discursividades desinformativas funcionam em matrizes coloniais, e, portanto, seus efeitos apontam para manutenção do controle, sujeição e extermínio de corpos negros e vulnerabilizados. Diante dos quadros de guerra discursiva apresentados e postos em associação ao funcionamento do discurso que funda a ideia de um só Brasil, considero que a última instância marcável nas discursividades desinformativas não diz respeito ao que seria o apagamento pela morte. O desejo de extermínio de corpos e sentidos positivos se materializa no vilipêndio moral de corpos negros, periféricos e que escapam aos padrões de gênero cisheterocentrados.

Insiro no escopo de tais discursividades todo e qualquer discurso, cuja informação é pensada a partir da simulação de sentidos únicos para questões que pressupõem abordagens plurais e diversas, e nessa distinção trato as *fake news* como sendo uma das variantes contemporâneas do pacto colonial racializado. Desse modo, proponho pensar as discursividades desinformativas enquanto política discursiva que organiza ideologicamente as relações de poder e de desigualdades. Na tentativa de obliteração do *outro* (outra raça, outro gênero, outra classe social, outra pátria, outra família) a desinformação marca, estigmatiza raça, silencia populações, subjuga *territórios* e interdita sentidos e vidas.

Diante da impossibilidade de apagamento total daquilo que escapa à normatividade, os conteúdos desinformativos, simulam metaforicamente tanto a *senzala discursiva* quanto as correntes ideológicas coloniais. Concluo afirmando que, nesse movimento metafórico, as discursividades desinformativas assim como os territórios de efeito que delas resultam, aprisionam raça, classe social e gênero numa espécie de pelourinho no qual tanto os sentidos quanto os castigos materializam seus efeitos. Tornam-se, portanto, a materialidade do racismo racial e religioso, da misoginia, da homotransfobia, da lesbofobia nas práticas sociais de nosso tempo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sílvio. **Marxismo e questão racial**: Dossiê Margem Esquerda. -São Paulo: Boitempo, 2021.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Trad. Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1958.
- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, p. 229-236, 2000.
- ERNST, Aracy; SILVA, Gabriela de Mello; VIEIRA, Vívian Vaghetti. “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (João 8:32): efeitos de simulação no discurso político, **Cadernos de Letras da UFF on-line**, Niterói, v. 30, n. 59, p. 115-132, 2º número, 2019.
- ARENDT, Hannah. **A origem do totalitarismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BISPO DOS SANTOS, Antonio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: UBU Editora, 2023.
- BORGES, Juliana. **O que é**: encarceramento em massa? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.
- BUENO, Winnie. **Imagens de Controle** -um conceito de Patrícia Hill Collins. Porto Alegre/RS: Zouk, 2020.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do sexo. São Paulo: Crocodilo Edições, 2019.
- BUTLER, Judith. **Discurso de ódio**: Uma política do performativo. São Paulo: Editora Unesp, 2021.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdades no Brasil**. São Paulo: Selo Nedro, 2011.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de Racialidade**: a construção do Outro como não ser como fundamento do ser. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CAVALCANTI, Cristiane Renata da Silva; AZEVEDO, Nádia Pereira Gonçalves de. O movimento parafrástico de “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” x

“Deutschland Über Alles”. **Policromias** – Revista do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 51-64, jan.-abr. 2022.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Trad. Cláudio Willer. Ilustração de Marcelo D’Salete. Cronologia de Rogério Campos. São Paulo: Veneta, 2020.

CESTARI, Mariana Jafet. **Vozes-mulheres negras ou feministas e antirracistas graças às yabás**. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutora em Linguística. Campinas/SP: 2015

CESTARI, Mariana Jafet. Por uma tomada de posição feminista e antirracista na análise de discurso. In: Zoppi Fontana, Mônica G./Ferrari, Ana Josefina (Org.). **Mulheres em discurso: identificação de gênero e práticas de resistência**. Volume 2. Campinas/SP: Pontes Editores, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Trad. Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Política sexual negra: afro-americanos, gênero e o novo racismo**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022.

CONEIN, Bernard. Descrever um acontecimento político. In: CONEIN, Bernard et al. (Org.). **Materialidades discursivas**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2016.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2014.

COURTINE, Jean-Jacques; MARANDIN, Jean-Marie. Que objeto para a Análise de discurso. In: **Materialidades Discursivas**. Bernard Conein et al. (Org.). Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2016.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte da memória. In: Pierre Archard et al. (Org.). **Papel da memória**. Campinas/SP: Pontes Editores, 2015.

DAVIS, Angela. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. **Gelédes**, 12 jul. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018

DUNKER, Cristian et al. **Ética e pós verdade**. Porto Alegre: Dubinense, 2017.

European Commission, Directorate-General for Communications Networks, Content and Technology. **A multi-dimensional approach to disinformation**: report of the independent High level Group on fake news and online disinformation, Publications Office, 2018. Disponível em: <https://data.europa.eu/doi/10.2759/739290>. Acesso em: 05 jul. 2022.

ENGELS, Friedrich. Prefácio. In: MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Trad. e notas de Nélío Schneider e prólogo de Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Trad. Ligia Fonseca Ferreira; Regina Salgado Campos. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital**: por uma crítica hacker favoniada. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

FRANÇA, Glória. Por lentes de gênero e raça: análise do discurso sobre uma Brazilianidade. In: ZOPPI-FONTANA, Mônica G.; FERRARI, Ana Josefina (Org.). **Mulheres em discurso**: identificação de gênero e práticas de resistência. Vol. 2. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

GONZALES, Lélia. Por um feminismo latino-americano. In: BUARQUE DE HOLANDA, Heloisa et al. **Pensamento feminista hoje**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GUILBERT, Thierry. **As evidências do discurso neoliberal na mídia**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2020.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos de arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni P. et al. (Org.). **Gestos de Leitura**: da história no discurso. 4 ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2014.

GUIMARÃES, Manoel Luiz S. Nação e civilização nos trópicos. **Revista Estudos Históricos**: caminhos da historiografia, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. **Um Novo Mundo é Possível**. São Leopoldo/RS: Ed. Sinodal, 2004.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita**: língua, sujeito e discurso. 2. ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2013.

INDURSKY, Freda. Discurso político: processos de significação em tempos de fake news – uma entrevista com Freda Indursky. MARIANI, Bethania; DELA SILVA, Silmara. **Cad. Letras UFF**, Niterói, v. 30, n. 59, p. 13-31, 2º número, 2019.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Memória e história na/da Análise do discurso**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2011.

INDURSKY, Freda. Que sujeito é este? In: GRICOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele Stockmans; SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da (Org.). **Silêncio, Memória**

e Resistência: a política e o político no discurso. Campinas/SP: Pontes Editores, 2019.

INTERVOZES. Coletivo Brasil de Comunicação Social. **Fake News:** como as plataformas enfrentam a desinformação. Rio de Janeiro: Multifoco, 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Trad. Jesse Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KLEMPERER, Victor. **A linguagem do Terceiro Reich.** Trad. apres. e notas Miriam Bettina Paulina Olsner. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

LIMA, Vivaldo Costa. **A família de santo nos candomblés Jejes-Nagôs da Bahia:** um estudo de relações intragrupais. Salvador: Currupio, 2003.

LORDE, Audre. **Sister outsider:** essays and speeches by Audre Lorde. Berkeley: Crossing Press, 2007.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. In: BUARQUE DE HOLANDA, Heloisa et al. (Org.). **Pensamento Feminista:** conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: BUARQUE DE HOLANDA, Heloisa et al. (Org.). **Pensamento feminista hoje:** perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

MACEDO, Edir. **Orixás, caboclos e guias.** São Paulo: Unipro Editora, 2021.

MARINONI, Bruno; GALASSI, Vanessa. **Desinformação:** crise política e saídas democráticas para as fake news. São Paulo: Veneta, 2020.

MACKINNON, Susan. **Genética neoliberal:** uma crítica antropológica da psicologia evolucionista. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela.** -1. Ed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MARTINS, Helena (Org.). **Desinformação:** crise política e saídas democráticas para as fake news. São Paulo: Veneta, 2020.

MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 6 (24), jan. 1845, p. 389-411.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** Trad. e notas de Nélío Schneider e prólogo de Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAZIÉRE, Francine. In: OLIVEIRA, Guilherme Adorno; NOGUEIRA, Luciana (Org.). **Encontros na análise de discurso:** efeitos de sentidos entre continentes. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2019.

MAZIÈRE, Francine. “Pêcheux sempre trabalhou com andaimes”. **Encontros na análise de discurso**: efeitos de sentidos entre continentes. OLIVEIRA, Guilherme Adorno; NOGUEIRA, Luciana (Org.). Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2019.

MESSEDER, Sueli Aldir. A pesquisadora encarnada: uma trajetória decolonial na construção do saber científico blasfêmico. In: BUARQUE DE HOLANDA, Heloisa et al. **Pensamento Feminista Hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder soberania estado de exceção política da morte. **Arte & Ensaios**, n.32, p. 123-151, dez.2016. Disponível em : <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MODESTO, Rogério. Interpelação ideológica e tensão racial: efeitos de um grito. **Revista Littera Online**, n.17, 2018. Programa de Pós-Graduação em Letras | Universidade Federal do Maranhão. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/view/10378>. Acesso em: 24 maio. 2023.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MUNANGA, Kabenguel E. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 5. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância Religiosa**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2007.

ORLANDI, Eni P. Diluição e indistinção de sentidos: uma política da palavra e suas consequências sujeito/história e indivíduo/sociedade. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Memória e história na/da Análise do discurso**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à Vista**. Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo. 2. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso**: Princípios e Procedimentos. 11. ed., Campinas, SP. Pontes Editores, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Do sujeito na história e no simbólico. In: ORLANDI, E. **Discurso e texto**. Formulação e circulação dos sentidos. 4. ed. Campinas/SP: Editora Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 6. ed. Campinas/SP: Pontes Editores, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas/SP: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso Fundador**. Campinas/SP: Pontes, 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Uma amizade firme, uma relação de solidariedade e uma afinidade teórica. In: ORLANDI, Eni P. et al. (Org.). **Gestos de Leitura**: da história no discurso. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2014.

ORLANDI, Eni. **Volatilidade da interpretação**: política, imaginário e fantasia. Abralin ao Vivo. Youtube. Transmitido ao vivo em 18 de maio de 2020, pelo canal Abralin (115 min). Disponível em: <https://youtu.be/MjCsJxfiXtg>. Acesso em: 21 jan. 2024.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Volatilidade da interpretação: política, imaginário e fantasia. **Cadernos de Linguística**, v. 2, n. 1, p. 01-15, 2021.

ORLANDI, Eni. Segmentar ou Recortar? In: **Linguística**: Questões ou Controvérsias. Uberaba: Publicação do Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984, p. 9-27.

ORLANDI, Eni P. Ler a cidade: o arquivo e a memória. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas/SP: Pontes, Labeurb/Unicamp, 2003.

ORLANDI, Eni. Política e Silêncio na América Latina: quando se fala pelo outro. In: **Silêncio, Memória e Resistência**: a política e o político no discurso. GRICOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele Stockmans; SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da (Org.). Campinas/SP: Pontes Editores, 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Argumentação e Análise de Discurso: conceitos e análises. Campinas/SP: Pontes Editores, 2023.

OYÈRÓNKÉ, Oyewùní. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemológicas africanas. In: BUARQUE DE HOLANDA, Heloisa et. al. (Org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

PAVEAU, Marie-Anne. **Os pré-discursos**: sentido memória, cognição. Trad. Greciely Costa e Débora Massmann. Campinas/SP: Pontes Editores, 2013.

PAVEAU, Marie-Anne. É preciso repolitizar a Análise do Discurso recolocando-a numa perspectiva materialista. In: OLIVEIRA, Guilherme Adorno; NOGUEIRA, Luciana (Org.). **Encontros na análise de discurso**: efeitos de sentidos entre continentes. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2019.

PÊCHEUX, Michel. O estranho espelho da Análise do discurso. In: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2014.

PÊCHEUX, MICHEL. O enunciado: encaixe, articulação e (des) ligação. CONEIN, Bernard et al. (Org.) **Materialidades Discursivas**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2016.

PÊCHEUX, Michel. **Materialidades Discursivas**. CONEIN, Bernard et al. (Org.) Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2016.

PÊCHEUX, Michel. Abertura do Colóquio. In: CONEIN, B. et al. (Org.) **Materialidades discursivas**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2016, p. 23-29.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. 7. ed. Campinas/SP: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. et al. (Org.). **Gestos de Leitura**: da história no discurso. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise & HAK, Tony. (Org.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. GADET, Françoise & HAK, Tony. (Org.). 3. ed. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. GADET, Françoise & HAK, Tony. (Org.). 3. ed. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. In: **Papel da Memória**. ACHARD, Pierre et al. (Org.). Campinas/SP: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. O estranho espelho da Análise de Discurso. In: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**. O discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos/SP: EdUFSCAR, 2014, p. 21-26.

PÊCHEUX, Michel. Foi “propaganda” mesmo que você disse? In: **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed., Campinas/SP: Pontes Editores, 2015 [1979]. p. 73-92.

PÊCHEUX, Michel. Língua, linguagens e discurso. In: Piovezani, Carlos; SARGENTINI, Vanice (Org.). **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em análise do

RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe Bonow. O Discurso Desinformativo sobre a Cura da COVID-19 no Twitter. Estudo de caso. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. v. 24, jan–dez, publicação contínua, 2021, p. 1–29.

RIBEIRO, Darcy. Nós e os índios. In: ZANINI, Walter. **História geral da arte no Brasil**. São Paulo, 1983. Instituto Walther Moreira Salles e Fundação Djalma Guimarães.

RIBEIRO, Cintia. Sentidos minerados: o discurso do kit gay e a circulação algorítmica no controle do gênero. **Revista Leitura**, [S. l.], n. 71, p. 18–31, 2021. DOI: 10.28998/2317-9945.202171.18-31. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/12420>. Acesso em: 20 maio. 2024.

RIBEIRO, Cíntia; ERICSON, Sóstenes. “Pais de maricas”: negacionismo binário no discurso bolsonarista sobre a covid-19. **Revista do GELNE**, Natal/RN, Vol. 24 - Número 2: p. 128-138, Dezembro, 2022.

ROBIN, Régine. **A memória Saturada**. Trad. Cristiane Dias e Greciely Costa. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2016.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, Carlos Alberto Ivanir dos; DIAS, Bruno Bonsanto; SANTOS, Luan Costa Ivanir dos. **II Relatório sobre Intolerância Religiosa: Brasil, América Latina e Caribe**. 1. ed. Rio de Janeiro: CEAP, 2023.

SANTOS, Cíntia Ribeiro. **O real em redes de sentidos virais: o discurso de gênero em fake news**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) da Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2020.

SILVEIRA, Juliana. Sujeitos Ordinários e efeito-rumor: Discurso, Arquivo e Tecnologia. In: FLORES, Giovanna G. Benedeto; NECKEL, Nádia Regina Malfi; LAGAZZI, Suzy; PFEIFFER, Claudia Castellanos; ZOPPI-FONTANA, Mônica G. (Org.). **Análise do Discurso em Rede: Cultura e Mídia**. Campinas/SP: Pontes Editores, 2019.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

SPYER, Juliano. **Povo de Deus: quem são os evangélicos e por que eles importam**. São Paulo: Geração Editorial, 2020.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil- 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas. Organização Flávia Rios, Márcio André dos Santos, Alex Ratts. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2023.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information desordem**: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Report. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

WEISSBERG, Jean-Louis. Real e virtual. In: PARENTE, André (Org.). Tradução de Rogério Luz et al. **Imagem-máquina**: a era das tecnologias do virtual. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. É o nome que faz a fronteira. In: INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 1999.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. Cidadãos modernos e representação política. 2. ed. rev. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2014.

FONTANA, Mónica Zoppi. “Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência. **Revista Conexão Letras**, [S. l.], v. 12, n. 18, 2018. DOI: 10.22456/2594-8962.79457. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/79457>. Acesso em: 7 abr. 2023.

FONTANA, Mónica G. Zoppi. Lugares de enunciação e discurso. **Revista Leitura**, [S. l.], v. 1, n. 23, p. 15–24, 2019. DOI: 10.28998/2317-9945.199923. 15-24. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/7592>. Acesso em: 4 abr. 2023.

FONTANA, M. Z. “Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência. **Revista Conexão Letras**, [S. l.], v. 12, n. 18, 2018. DOI: 10.22456/2594-8962.79457. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/79457>. Acesso em: 7 abr. 2023.

FONTANA, Mónica G. Zoppi; CESTARI, Mariana Jafet; “Cara de empregada doméstica”: Discursos sobre os corpos de mulheres negras no Brasil*. In: **RUA** [online]. 2014, Edição Especial - ISSN 1413-2109/e-ISSN 2179-9911. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. <http://www.labeurb.unicamp.br/rua>. Acesso em: 7 abr. 2023.

FONTANA, Monica Graciela. Arquivo jurídico e exterioridade. A construção do corpus discursivo e sua descrição/interpretação. In: GUIMARÃES, Eduardo; BRUM-DE-PAULA, Mirian Rose. (Org.). **Sentido e Memória**. Campinas/SP: Pontes Editores, 2005, p. 93-116.

